



Centros de Convivência e Cooperativa

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



Centros de Convivência e Cooperativa

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP
Psicologia todo dia, em todo lugar.

Caderno Temático nº15 - Centros de Convivência e Cooperativa

XIV Plenário (2013-2016)

Diretoria

Presidente | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidente | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | José Agnaldo Gomes
Tesoureiro | Guilherme Luz Fenerich

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui

Organização do caderno

Marília Capponi
Odette Godoy Pinheiro

Revisão ortográfica

Adriana Tullio, por SOS texto

Projeto gráfico

Fonte Design | www.fontedesign.com.br

Editoração

Paulo Mota | Micael Melchhiades

C755c Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Centros de Convivência e Cooperativa / Conselho Regional de Psicologia
de São Paulo. - São Paulo: CRP - SP, 2015.
96 p.; 21 x 28 cm. (Cadernos Temáticos CRP SP)

ISBN: 978-85-60405-27-5

1. Psicologia – Saúde Mental. 2. Centros de Convivência.
3. Movimento de Luta Antimanicomial. 4. Humanização da Assistência.
5. Relações interpessoais. 6. Inclusão Social. I. Título

CDD: 158.2

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Antonio de Toledo – CRB-8/8396.

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos* do CRP SP, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orienta as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas(os); o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, garantir voz à categoria, para que apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP que contaram com a experiência de pesquisadoras(es) e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas(os), bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 15º Caderno da série. O seu tema é o *Centros de Convivência e Cooperativa*.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo, para o espaço coletivo, informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita a ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas(os).

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crpsp.org.br:

- 1 - Psicologia e preconceito racial
- 2 - Profissionais frente a situações de tortura
- 3 - A Psicologia promovendo o ECA
- 4 - A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 - Cidadania ativa na prática
- 5 - *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 - Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 - Nasf - Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 - Dislexia: subsídios para políticas públicas
- 9 - Ensino da Psicologia no Nível Médio
- 10 - Psicólogo judiciário nas questões de família
- 11 - Psicologia e diversidade sexual
- 12 - Políticas de saúde mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 - Psicologia e o direito à memória e à verdade
- 14 - Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia

Sumário

07	APRESENTAÇÃO “A DELICADA ARTE DE PRODUZIR ENCONTROS” - I ENCONTRO ESTADUAL DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA	
09	JULIANA MARIA PADOVAN ALEIXO	
10	MARILIA CAPPONI	
11	MILENA LEAL PACHECO	
13	LUZIA DE OLIVEIRA PEREIRA	
14	REGINA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	
15	KÁTIA DE PAIVA	
16	ADILSON ROCHA CAMPOS	
18	CARLA APARECIDA DE ALMEIDA SIQUEIRA MACHADO	
	QUAL O LUGAR DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA NA REDE SUBSTITUTIVA	
19	MARIA CECILIA GALETTI	
	OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA E EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
23	RUTE BARRETO RAMOS	
	OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA E A INTERSETORIALIDADE	
27	ISABEL CRISTINA LOPES	
	DISCUSSÕES EM GRUPOS	
33	GRUPO VERDE	
34	GRUPO VERMELHO	
35	GRUPO AZUL	
36	GRUPO AMARELO	
	ANEXOS (PDFS)	
37	NORMATIZAÇÃO DAS AÇÕES NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVAS MUNICIPAIS	
89	DOCUMENTO CECO CAMPINAS	
93	LEI MUNICIPAL Nº 2.466, DE 31/05/2010 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA CONVIVER DE EMBU E DAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.	

Apresentação

A partir de 2001, com a promulgação da Lei 10.216, uma série de transformações na assistência em Saúde Mental está em curso no país.

O cuidado em liberdade, a inclusão social, a autonomia e o protagonismo dos usuários vão permeando as ações e os serviços da rede substitutiva de atenção em Saúde Mental.

Os Centros de Convivência são dispositivos fundamentais integrantes dessa rede. No Estado de São Paulo, são 34 Centros concentrados em quatro municípios apenas: 21 na Capital, 11 em Campinas, 1 em Embu das Artes e 1 em Mogi das Cruzes.

Nos Centros de Convivência, são desenvolvidas atividades relacionadas a arte, educação, lazer, cultura e economia solidária, visando estreitar laços sociais e afetivos entre usuárias(os) do serviço e a comunidade. Os centros são abertos: qualquer pessoa pode frequentar e participar das suas atividades e não há necessidade de encaminhamento nem restrições de acesso.

Da riqueza dessa experiência ímpar de inclusão social por meio do encontro das diferenças, surge a necessidade de realizar um encontro para discutir e problematizar o que são os Centros de Convivência e que lugar de fato têm ocupado na rede substitutiva.

De que forma contribuem para a desinstitucionalização e a desconstrução do modelo e das práticas manicomialis?

Como estão construídas as experiências de Economia Solidária nesses locais?


Qual construção possível com a rede inter-setorial?

O CRP SP, entendendo o Centro de Convivência como lugar estratégico na rede substitutiva de saúde mental, promoveu o “**I Encontro Estadual de Centros de Convivência – A delicada arte de produzir encontros**”, realizado em setembro de 2011, em Campinas.

Atividade criada no planejamento estratégico do CRP, ao final de 2010, o evento foi organizado por uma comissão que contava com a presença de integrantes da Secretaria de Saúde de Campinas, dos Centros de Convivência de Campinas, São Paulo, Embu das Artes e membros do CRP SP, e teve apoio do Serviço de Saúde Cândido Ferreira e da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A partir de falas individuais e produções coletivas (discussões em grupo), questões importantes para a estruturação desses serviços foram trazidas à tona. Nesse encontro, muito foi contado, mostrado, pensado, refletido... Foram trazidas ao debate práticas que respondem de maneira contra-hegemônica a patologização de toda forma de sofrimento e solidão, por meio de linhas, tecidos, miçangas, dança e teatro. Pudemos refletir e celebrar a práxis antimanicomial!

A Delicada Arte de Produzir Encontros gerou este 15º caderno temático que apresentamos agora.

O evento, em Campinas, reuniu mais de 400 pessoas, entre usuárias(os) e profissionais da Saúde de diversos municípios, interessados em conhecer melhor o debate que cerca os Centros de Convivência e a importância desse serviço na clínica antimanicomial. 

“A delicada arte de produzir encontros”

I Encontro Estadual de Centros de Convivência

JULIANA MARIA PADOVAN ALEIXO

COORDENADORA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA
ROSA DOS VENTOS DE CAMPINAS - SP

Bom dia. Gostaria de agradecer a presença de todos, em nome da comissão organizadora do I Encontro Estadual dos Centros de Convivência. Essa comissão contou com a presença de integrantes da Secretaria de Saúde de Campinas, do Centro de Convivência de Campinas, São Paulo, Embu das Artes e membros da comissão gestora do CRP SP. Esse evento está sendo realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, o CRP do Estado de São Paulo, com o apoio do

Como criar uma política comum de estruturação dos CECCOs sem perder de vista tantas diversidades e especificidades, que, muitas vezes, foram conquistadas a partir da espontaneidade e da informalidade?

Serviço de Saúde Cândido Ferreira e com o apoio da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. A realização do encontro de hoje se deu pela necessidade de fortalecimento, legitimação e construção de políticas públicas que estruturam os Centros de Convivência. Contamos que, com as possibilidades de troca no dia de hoje, possamos encaminhar alguns pedidos desse coletivo, que pensa, trabalha, usufrui e acredita no Centro de Convivência. Pedidos que apontam para a construção de diretrizes, caminhos, possibilidades, ações que regulamentem e estruturam os CECCOs, no sentido de garantir a qualidade de nossas ações, de nossa clínica, de nosso modo de exercer e pensar o cuidado em saúde, criando, assim, corresponsabilização e comprometimento com todos aqueles que acreditam nesse equipa-

mento e que possam ser parceiros na criação da sua regulamentação na Secretaria de Saúde e no Ministério da Saúde. Porém, é fato que pensar

Como buscar institucionalidade saindo do informal, buscando garantir a qualidade de nossas ações, sem perder a espontaneidade, a leveza e a delicadeza dos encontros produzidos no dia a dia de nosso trabalho?

numa estruturação nos remete a grandes desafios: como criar uma política comum de estruturação dos CECCOs sem perder de vista tantas diversidades e especificidades, que, muitas vezes, foram conquistadas a partir da espontaneidade e da informalidade? Como regulamentar esses dispositivos garantindo recursos, sem burocratizar e engessar nossas ações? Afinal, o diferencial de nossas ofertas é pautado na não necessidade de protocolos, burocracias, procedimentos formais. Como buscar institucionalidade saindo do informal, buscando garantir a qualidade de nossas ações, sem perder a espontaneidade, a leveza e a delicadeza dos encontros produzidos no dia a dia de nosso trabalho? Como pensar o CECCO enquanto estratégia de abertura das redes, legitimando um dispositivo que inaugura uma nova forma de pensar o cuidado em saúde, colocando em prática os princípios do SUS, a prevenção, a promoção e a integralidade do cuidado. 🍀

Programamos esse evento no planejamento estratégico do Conselho no final do ano passado. O CRP acredita no potencial do Centro de Convivência, no lugar estratégico que ocupa na rede substitutiva, que faz parte da reforma psiquiátrica brasileira. A potencialidade desse serviço, infelizmente, contrasta, na mesma medida, com o não investimento do poder público nos recursos humanos necessários, nos materiais terapêuticos, na infraestrutura. No intuito de fortalecer esses serviços, decidimos realizar um primeiro encontro para que todos pudessem começar a discutir a situação atual dos Centros de Convivência. Em nosso texto de apresentação, fazemos algumas perguntas: que lugar têm, de fato, ocupado na rede substitutiva, esses serviços? De que forma eles contribuem para a desinstitucionalização? Qual o papel que ocupam na desconstrução das práticas manicomiais? Como estão constituídas as experiências de economia solidária desses serviços? Acho que hoje é o momento de iniciarmos essas discussões, digo iniciar porque sei que um encontro não vai ser suficiente para dar conta da diversidade que existe nos serviços. Então, espero que esse seja o primeiro de muitos encontros que ainda virão. Obrigada. 🍷

A potencialidade desse serviço, infelizmente, contrasta, na mesma medida, com o não investimento do poder público nos recursos humanos necessários, nos materiais terapêuticos, na infraestrutura.

MILENA LEAL PACHECO

ASSESSORA DA ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PSICÓLOGA, ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL, MESTRANDA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, gostaria de agradecer o convite, em nome do Ministério da Saúde e da equipe de coordenação de Saúde Mental, e parabenizar essa iniciativa que o Conselho Regional de Psicologia teve junto com os Centros de Convivência e a Prefeitura de Campinas. Espaços como esse, encontros como esse, são fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas e para os serviços, à medida que podem estar reavivando os debates e atualizando essa questão da interface da saúde, da saúde mental, da cultura, da economia solidária. O que nos chamou a atenção na organização desse evento é que vocês estão juntando as pessoas para discutir a situação atual dos Centros de Convivência e dos projetos de economia solidária e podem, à luz das propostas que foram aprovadas na 4ª Conferência de Saúde Mental Intersetorial¹, das quais 55 têm relação direta com a economia solidária e com a cultura, fazer encomendas e propostas para as políticas públicas. O Ministério da Saúde vê isso de forma muito favorável, mas queria fazer uma provocação para vocês que é discutir como podemos mobilizar e chamar o Ministério da Cultura, a Secretaria Nacional de Economia Solidária para esse debate. A 4ª Conferência já aponta esse caminho da intersectorialidade. De fato, a saúde, a saúde mental, no início do processo da reforma, teve esse protagonismo e puxou muitos dos dispositivos, na época, enquanto projetos. Eram projetos de geração de trabalho e renda, e o Centro de Convivência pegou para si o desafio de discutir a reabilitação psicossocial, a cidadania, a emancipação

1 A 4ª Conferência de Saúde Mental Intersetorial foi realizada em junho de 2010. O relatório final pode ser consultado pela internet em www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_final_IVcnsmi_cns.pdf

do sujeito, o combate ao estigma das pessoas com transtorno mental. E hoje esses parceiros da intersectorialidade avançaram e já se convenceram de que essa é também uma questão para eles. Então temos políticas públicas acontecendo na cultura, na educação, na assistência social, e temos que estar, de fato, conversando com eles e vendo de que forma podemos garantir o financiamento e o apoio para esses projetos que têm se mostrado tão efetivos. Fizemos um levantamento em 2008, e este apontou a existência de 51 Centros de Convivência já implantados, 10 em fase de implantação e 21 em projeto. É necessário um novo levantamento para saber qual é a situação no país, porque esse último também mostrou um protagonismo e um número maior de experiências aqui no Estado de São Paulo. Então, provocar esse debate nos outros estados é fundamental. Em termos de financiamento e de apoio, tivemos a iniciativa, em 2005, de elaborar uma Portaria para dar as diretrizes para os Centros de Convivência, mas essa Portaria, infelizmente, foi revogada. Na 4ª Conferência, saiu também, proposta de Portaria Interministerial que no momento pareceu o mais viável, para se constituir de fato um serviço nessa rede intersectorial. Portanto poderíamos estar discutindo com o Ministério da Cultura como poderíamos financiar esses projetos. No Ministério da Saúde, o que temos conseguido é promover seleção de Projetos de Arte, Cultura e Renda. Em breve, no início de outubro, deve sair a 3ª Chamada de Arte, Cultura e Renda na rede de saúde mental, pela Portaria 1169 de 2005, aquela que destina cinco, dez e quinze mil. Pensando que esse valor ainda é muito pequeno, dada a riqueza dos projetos. Estamos discutindo, também, a possibilidade de rever, no âmbito do Plano Crack, que

está sendo discutido no Governo, os valores da rede substitutiva. A partir desse mote, poderemos rever uma série de portarias, como custeio das residências terapêuticas e, também, rever o valor da 1169 e passar para valores até 50 mil reais de incentivo, o que sabemos não ser suficiente. Essa questão do uso de álcool e outras drogas, especialmente o crack, é um desafio que está dado agora no campo da reforma. Há uma disputa de modelo que está sendo colocada. Recentemente houve a reunião do colegiado de coordenadores de saúde mental, com a presença do Ministro Padilha, ocasião em que houve intenso debate. Segundo o Ministério da Educação, 17% dos adolescentes de 10 a 19 anos está fora da escola, e ficamos pensando porque a saúde mental, através dos dispositivos dos Centros de Convivência, não passa a ocupar os espaços das escolas, porque, de fato, as escolas não estão conseguindo dar conta de atrair esses jovens e trabalhar com a comunidade de uma forma efetiva. São algumas perguntas que eu gostaria de colocar: como garantir um financiamento, pensar na questão da intersetorialidade, como legitimar essas experiências, e, se vai ser uma Portaria Interministerial, como garantir a presença de outros parceiros nesses eventos. Pensando nessas experiências de intervenções na cultura e na economia solidária, o Ministério lançou um curso de gestão de empreendimento solidário, através de um convênio que existe com a incubadora da UFRJ, curso aberto para usuários, familiares e trabalhadores que já participam dessas experiências. Espero que neste encontro a gente possa tirar bons frutos e batalhar conjuntamente nessa questão dos Centros de Convivência, da economia solidária e me coloco à disposição. Obrigada. 🌱

O Centro de Convivência pegou para si o desafio de discutir a reabilitação psicossocial, a cidadania, a emancipação do sujeito, o combate ao estigma das pessoas com transtorno mental.

LUZIA DE OLIVEIRA PEREIRA

USUÁRIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E
COOPERATIVA / CECCO CAMPO LIMPO DE SÃO
PAULO - SP

Bom dia para todos. Eu quero relatar um pouco das nossas necessidades nos Centros de Convivência, porque, do mesmo modo que o mundo aprendeu a conviver com os cancerianos, com os tuberculosos, cuja história relata episódios de rechaçamento social, agora é a vez da loucura encontrar o seu lugar no mundo e não mais no isolamento, que pode gerar ainda mais loucura, pois o homem, esteja ele em que condições esteja, é e sempre será um ser social, e no CECCO ao qual eu pertencço, a gente tem orgulho de ver como essas pessoas são tratadas pelas professoras e por todos os usuários. Eles são tratados com muito amor e carinho, eles participam de todas as atividades e a gente

bem recebidos pelas instrutoras. Eu mesma, quando eu cheguei lá, eu não tinha mobilidade nas mãos, mesmo na cabeça, por um motivo de uma queda que eu levei e fiquei... Tive que fazer um monte de quimioterapia e daí eu fiquei um pouco imóvel. A paciência das instrutoras e das colegas foi que me levou a melhorar e, hoje, eu sou o que eu sou, participo do CECCO, participo do Centro de Gestor da Saúde do Campo Limpo, graças às instrutoras dos CECCOs e, por isso, eu quero só pedir mais atenção, mais condições de trabalho para os CECCOs, porque nós precisamos. Muito obrigada a vocês. 🌱

Eu quero só pedir mais atenção, mais condições de trabalho para os CECCOs, porque nós precisamos.

elogia eles, as professoras elogiam: “Você tem isso aqui tão bonito”, isso estimula eles, eles são mais calmos dentro de casa, e para o mundo, né? Agora, falta muita coisa nos CECCOs, coisas que não estão ao nosso alcance, está ao alcance dos Governos nos dar estas condições. Tem CECCO que falta até bebedouro de água, tem CECCO que falta banheiro adequado para as pessoas, então, eu estou hoje aqui, representando o CECCO do Campo Limpo e queria ser ouvida das nossas necessidades lá nos CECCOs, para que melhore o atendimento nosso e de todas as pessoas que frequentam lá, porque não são poucas, tem muitas pessoas que frequentam lá e são muito bem recebidos pelas instrutoras, isso eu quero dizer que nós somos muito

Bom dia a todos. Eu estou representando Campinas, o CECCO Toninha. A minha chegada ao CECCO Toninha foi através da perda de um filho, um dependente químico. Antes dele falecer, eu já estava com problemas de depressão e tudo veio a culminar com o falecimento dele. Fui muito bem recebida no CECCO Toninha pelas psicólogas, pelas terapeutas. Eu fui encaminhada pelo posto ao CECCO Toninha e lá participei da terapia ambiental, de relaxamento, de várias oficinas, do letramento digital, o que me abriu uma visão maior para a amizade com outras pessoas. Hoje, voltei ao trabalho numa grande empresa, trabalho na Samsung, tenho amizade na rede de internet com vários jovens, na faixa da idade do meu filho, então, isso só tendeu a crescer e o meu agradecimento a todos os psicólogos, a todos os terapeutas que estão cuidando da parte psicossocial também do familiar do dependente químico, e Campinas precisa, cada vez mais, do apoio do Ministério da Saúde, para que possa continuar esse trabalho em prol dos dependentes químicos e de todos os familiares. Obrigada. 🍀

Fui muito bem recebida no CECCO Toninha pelas psicólogas, pelas terapeutas. Eu fui encaminhada pelo posto ao CECCO Toninha e lá participei da terapia ambiental, de relaxamento, de várias oficinas, do letramento digital, o que me abriu uma visão maior para a amizade com outras pessoas.

KÁTIA DE PAIVA

COORDENADORA DE SAÚDE MENTAL DA
SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES - SP

Bom dia a todas e a todos. Acho que é muito difícil a minha fala após as falas anteriores, porque, para mim, foi falado tudo o que tínhamos a dizer nessa Mesa. O que viemos falar é que não dá mais para o Centro de Convivência não ter um lugar institucional e não ser validado, quer seja pelo Estado, quer seja pelos Municípios, quer seja pelo Governo Federal. Nós tivemos um grande avanço quando fomos para a 4ª Conferência e todos nós estivemos lá e fizemos reivindicações importantes. Penso que cada município está conseguindo se organizar da forma que pode. No Município de Embu, nós fomos com os usuários e com os profissionais até a Câmara de Vereadores e fizemos a proposta de uma lei instituindo o Centro de Convivência, porque, daqui a pouco, nós estaremos diante de uma nova eleição, e o que não está legalizado pode não perdurar. Precisamos de algo que dê uma identidade, porque o Centro de Convivência precisa ter essa identidade que foi construída pelos próprios usuários e pelos profissionais, mas também precisamos ter um marco institucional. Esse marco que, de fato, não o enrijeça, porque ele pode falar enquanto saúde, mas, quando se trata de procedimentos, ainda segue a lógica da doença e não da saúde. Nós não precisamos de um CID, nós precisamos dos afetos, das trocas afetivas e das relações que se dão. Outra coisa muito importante que deu uma outra visão e alavancou o Município de Embu em relação à saúde mental foi deixar o Centro de Convivência como um equipamento central no fluxograma. É ele que organiza essa rede, é ele que convoca e chama outros setores. Porque ele é contra-hegemônico, porque ele não fala no lugar da doença e é ele que tem essa possibilidade de sair dessa água, desse mergulho, conseguir respirar e chamar, inclusive, os profissionais.

Precisamos de algo que dê uma identidade, porque o Centro de Convivência precisa ter essa identidade que foi construída pelos próprios usuários e pelos profissionais, mas também precisamos ter um marco institucional.

Tem uma coisa que, a meu ver, precisa sair daqui. Para além de propostas, temos que sair com algumas questões bastante amarradas, não só no que diz respeito ao financiamento, mas a documentações, puxando o projeto Geração de Renda, a questão da intersectorialidade. Nós deveríamos pensar enquanto gestão da saúde, chamando a intersectorialidade, porque o medo é que o transtorno mental não entre, porque é muito fácil deixá-lo isolado. Nós deixamos a gestão na saúde e eu, pelo menos é essa posição, eu acho que é o que deveria ser, diante da dificuldade de outros setores, acho que outros setores têm entrado, principalmente porque nós temos provocado e eu temo que a gente perca isso e de novo, a gente perca todo um trabalho aí, de 30 anos. Obrigada e bom trabalho a todos nós. 🌱

Bom dia, pessoal. Eu não sou da área da mental, sou médico, sou sanitarista e transito entre duas áreas, a da Saúde do Trabalhador e a área de gestão, nas quais já estive em vários espaços. Área de Saúde do Trabalhador, uma área tão contra-hegemônica quanto a área da mental, uma área onde há bastante luta, e a de gestão, uma área de intensos conflitos, em que cumprimos geralmente duas tarefas. Uma, a tentativa, muitas vezes em vão, de suprir as necessidades apontadas por vários setores, pelos usuários, por nós mesmos, pelos trabalhadores da saúde, e, muitas vezes, dando murro em ponta de faca, fazendo isso contra-hegemônicos, também. E, por outro lado, tentando abrir espaços. Eu entendo esse espaço aqui como um espaço também contra-hegemônico, um espaço de luta, um espaço de onde podemos sair fortalecidos, no sentido da defesa daquilo em que sempre acreditamos: um SUS público, um SUS com controle social, um SUS enquanto política pública e não política de governo, um SUS com um financiamento adequado, um SUS com construção de cidadania. Sinceramente, enxergo esse momento como um momento bastante importante nesse sentido. Quero agradecer muito estar aqui presente, agradecer a nossa coordenadora da área de saúde mental e agradecer a todos vocês pela oportunidade de estar aqui. Não vou poder ficar durante o dia, mas tenho certeza que o produto desse encontro vai ser extremamente positivo para todos nós. Quero dizer que me sinto muito orgulhoso, apesar de não ser da área da mental, acho que estive sempre presente de uma maneira ou de outra. Faz anos e anos, décadas que nós (referindo-se a pessoas presentes) lidamos com a área da mental, uma área em que fomos extremamente bem sucedidos. Conseguir o que nós con-

seguimos dentro da área de saúde mental nos últimos 30, 40 anos não é coisa fácil. Foram conquistas e mais conquistas, e, nesse sentido, devemos nos sentir extremamente orgulhosos. Foi um processo de construção extremamente rico, extremamente salutar, no qual todos nós crescemos, no qual todos nós mostramos nossa força e construímos algo muito legal e extremamente contra-hegemônico.

Agora gostaria de acrescentar alguma coisa, e o que eu gostaria de fazer é um chamado à continuidade da luta pelo SUS, à continuidade da luta pela cidadania e enxergo, nesse momento, os CECCOs como um espaço extremamente privilegiado. Outro dia, eu estive no CECCO Toninha, e fiquei, de fato, emocionado e impressionado com o nível de atuação, com o nível de articulação desse serviço. Temos que tratá-lo com todo carinho, temos que tratá-lo com toda dedicação, e eu falo isso a partir de um cargo de gestão, no sentido de valorizá-lo, no sentido de melhorar o financiamento, no sentido de institucionalizá-lo por um lado, mas mantendo esse caráter intersetorial, esse caráter de SUS extramuros, extramuro institucional, que vocês representam muito bem. Às vezes, pensando no SUS, pensamos muito dentro da instituição, e aí caímos na burocracia, no *economicismo*, em algumas armadilhas, particularmente, quando se está na gestão. Os CECCOs, para mim, representam um espaço onde se pode ir para além dos muros da instituição, e o SUS é muito isso, o SUS tem que estar onde a vida acontece e o CECCO representa isso em todos os sentidos. O CECCO vai para além da mental, vai para além do SUS, o CECCO vai para cidadania. E é nesse sentido que estou orgulhoso de estar aqui. Outra coisa que eu queria falar é o seguinte: gostaria muito de estar aqui feste-

Conseguir o que nós conseguimos dentro da área de saúde mental nos últimos 30, 40 anos não é coisa fácil. Foram conquistas e mais conquistas, e, nesse sentido, devemos nos sentir extremamente orgulhosos. Foi um processo de construção extremamente rico, extremamente salutar, no qual todos nós crescemos, no qual todos nós mostramos nossa força e construímos algo muito legal e extremamente contra-hegemônico.

jando hoje a aprovação da Emenda Constitucional 29 que passou no Congresso. Nós estamos brigando por isso há pelo menos 11 anos e, no entanto, mais além da vontade de festejar, trazemos a imensa preocupação com o cenário do SUS nacional hoje, não por responsabilidade do Ministério da Saúde, mas da própria situação. E volto ao chamamento, afirmando a nossa disposição para conseguir botar as coisas nos rumos que queremos. Nós aprovamos a Emenda Constitucional 29 agora e corremos o risco de haver mais desfinanciamento na área de saúde, o que é uma coisa muito paradoxal. Um dos financiamentos que já estão correndo, que muitas vezes, justifica as situações de faltas que a gente tem vivido nos últimos tempos, um financiamento hoje da saúde que encontra-se com... são 62% de financiamento privado e 38% de financiamento público, uma relação absurda que pode, ao longo do tempo e desde

já, estar minando os pilares da universalidade, da integralidade, da equidade e principalmente, do controle social e da gestão pública, visto que pelo país a fora, particularmente no Estado de São Paulo, o crescimento da atenção tem se dado muito em função de organizações sociais. Esse é um cenário que interessa a todos nós pessoalmente e enquanto coletivo. Um outro cenário é o cenário da mental, onde estamos em um momento de inflexão muito negativa. A história do crack, a história de outras drogas e mas particularmente a do crack trazem em si um apelo ao conservadorismo, o que é um retrocesso muito grande. Temos que estar atentos, lidar com isso com bastante sabedoria, com bastante carinho, que foi o que fez com que a gente crescesse nos últimos 30 anos. Não quero fazer uma fala negativa, pelo contrário, a minha fala é uma fala de reconhecimento de tudo de positivo que fomos criando e que nos permite estar aqui e chamar todo mundo para continuar lutando, continuar avançando e impedindo o retrocesso que de fato, pode vir a acontecer. Parabéns a todo mundo, espero que a cidade possa acolhê-los muito bem e volto a dizer que é com muito orgulho que eu estou aqui. Muito obrigado. 🙏

COORDENADORA DE SAÚDE MENTAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS.

Bom dia a todos e a todas. Em nome de Campinas, em nome da equipe que compõe a coordenação de saúde mental, queria dizer da nossa felicidade em poder sediar esse espaço de convivência e de muitas produções e reflexões. O SUS nos propõe a questão da integralidade, mas a integração de saberes e setores é um grande desafio e isso não é fácil. Isso requer um espaço de muita convivência e eu acho que o Centro de Convivência tem nos mostrado esse espaço de muita potência e de muitos instrumentos, a integração para a promoção e a proteção à saúde, do cuidado integral à saúde e à reabilitação psicossocial. Penso também que ele promove a integração com a cultura, com a saúde, com a educação, com o trabalho, com o lazer e também, a participação social. Acho também que ele promove a integração com a ciência e com a arte, com os saberes e as sabedorias. Resumindo, os Centros de Convivências nos trazem uma visão e uma integração com a diversidade, com a intersectorialidade e a interdisciplinaridade. E esse é um papel muito importante. Queria en-

Os Centros de Convivências nos trazem uma visão e uma integração com a diversidade, com a intersectorialidade e a interdisciplinaridade.

fatizar aqui o papel do Centro de Convivência na rede e na linha do cuidado e uma questão fundamental para mim é a questão da potência desses serviços no nosso sistema. Desejamos a todos um dia de muita convivência produtiva, prazerosa, leve e circulante. Queria dizer que vocês são muito bem-vindos ao nosso município e também que nós temos muita produção, e acho que é isso que nos fortalece. Quero agradecer a todos por esse dia que estamos conseguindo propor nesse município, e espero que seja um primeiro encontro de outros muitos que virão. Obrigada a todos. 🌱



Qual o lugar dos Centros de Convivência na Rede Substitutiva

MARIA CECILIA GALETTI

TERAPEUTA OCUPACIONAL, MESTRE E DOUTORA EM PSICOLOGIA CLÍNICA. ESPECIALIZAÇÃO EM PSICANÁLISE NO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. EXPERIÊNCIA NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL, COM ÊNFASE EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS EM SAÚDE MENTAL.

Bom dia a todos. Estou muito feliz de ver esse auditório cheio, bastante cheio. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao CRP, à equipe de organização do encontro, à Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, pelo convite para participar dessa Mesa e das atividades grupais que ocorrem nesse dia. É com muita alegria que estou aqui hoje, participando desse encontro que é pura produção de desejo dos trabalhadores, usuários e simpatizantes dos Centros de Convivência. E é com muita tristeza que eu estou aqui hoje, sem ver nenhum representante da cidade de São Paulo, da Secretaria de Saúde da cidade de São Paulo. Compartilhar as experiências do CECCO nas várias cidades do Estado de São Paulo é fazer funcionar a axiomática fundante desse serviço, colocar as diferenças num campo de relação. Quero afirmar também que considero uma posição ética política importante o tema escolhido para esse encontro: “*A delicada arte de produzir encontros*”, que nos direciona para um modo de produção em que encontrar-se não é colidir-se com o outro, mas experimentar, justamente, a distância que nos separa. No encontro, a partir da distância, podemos encontrar polidez, delicadeza, gentileza, suavidade, ao mesmo tempo separação, vai e vem, sobrevoos, contaminação, envelopamento, ressonâncias entre alteridades, qualidades que sabemos caras para o trabalho dos CECCOs. Penso então, que essa temática do encontro trouxe para o debate coletivo a complexidade que envolve a tarefa cotidiana dos Centros de Convivência na montagem da rede substitutiva de saúde mental que é a sustentação de experiências coletivas que confere a marca da singularidade nos mínimos gestos. A partir desse nosso encontro e das questões levantadas aqui, talvez possamos desenhar políticas públicas compartilhadas para os projetos desse complexo serviço, constituir novas formas de trabalho coletivo, novas formas de vida em comum e, quiçá, alcançar o que Varella chamaria de uma experiência de reen-

cantamento do concreto. O desafio proposto para mim nessa Mesa, de pensar o lugar dos Centros de Convivência na rede substitutiva, necessariamente, me faz entrar em relação com as políticas públicas de saúde mental, a partir da reforma psiquiátrica brasileira. Desde que foi criado, em 1989, na cidade de São Paulo, como um serviço que tinha como função prioritária na rede de saúde a inclusão dos usuários de saúde mental no tecido social, os CECCOs vêm acompanhando importantes transformações sociais no Brasil, que, como em

No encontro, a partir da distância, podemos encontrar polidez, delicadeza, gentileza, suavidade, ao mesmo tempo separação, vai e vem, sobrevoos, contaminação, envelopamento, ressonâncias entre alteridades, qualidades que sabemos caras para o trabalho dos CECCOs.

outros países, vivem na atualidade uma complexidade marcada pelo colapso da esfera pública, da expropriação do comum, além da precarização das condições de trabalho que impulsiona cada vez mais processos de desvinculação social. O cidadão moderno, na expressão de Slavoj Žižek, é um ser isolado na cidade, na rua, em casa, e se protege com uma carapaça de indiferença como estratégia de sobrevivência para suportar o esgotamento provocado pelo individualismo exacerbado. Fenômenos tais como a globalização, o consumo desenfreado e, principalmente, a velocidade da informação são marcas definidoras da cultura contemporânea. O avanço da tecnologia nos últimos anos e o invento da internet obrigam-nos a

repensar a noção de encontro e os desdobramentos subjetivos provocados por essa experimentação virtual que fazem da própria tecnologia o meio ambiente e esfumam a noção de lugar, de corpo e mesmo de encontro. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão, integração, orientadas para a diminuição da desigualdade social, devem estar atentas para esses novos modos de subjetivação do contemporâneo. Se um tecido social é constituído pelo conjunto das mediações sociais, não se trata apenas de uma mera atuação nas brechas abandonadas das instituições. Isso não basta para recuperar o *sotius* para enfrentar a problemática da vulnerabilidade e da desvinculação social. Trata-se, sim, de invenção e criação de novas estruturas sociais, capazes de comportar a complexidade da contemporaneidade de seus sujeitos. São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a implementar, no final dos anos 80, os Centros de Convivência como serviços da rede substitutiva em saúde mental. As primeiras coisas que eu quero apontar são a riqueza e a ousadia inovadoras desse projeto idealizado pela companheira Isabel Cristina Lopes, na gestão da Prefeita Luiza Erundina. Quero ressaltar, também, as importâncias política, cultural, suas inserções históricas no movimento coletivo de construção da rede pública no Brasil, de luta antimanicomial e de implantação da reforma psiquiátrica. A criação dos CECCOs como um serviço intersetorial na saúde foi um acontecimento singular no plano das políticas públicas, pois não foi apenas a implementação de mais um serviço substitutivo ao tratamento psiquiátrico. Assim pensado, o Centro de Convivência nasceu com a vocação de funcionar numa potência de desterritorialização de cada território ao qual está ligado, ou seja, seu caráter intersetorial insere a cultura na saúde, a saúde nas áreas verdes, a ecologia nos esportes e, atravessando tudo isso, as ideias de inclusão, convivência e criação. Um projeto que visava, desde o início, a conexão de pessoas não pelas suas patologias, mas pela experimentação da arte, do trabalho e do lazer. No projeto visionário dos CECCOS, uma certa novidade contemporânea se apresentava como anúncio de novos possíveis, uma política pública que introduz uma insígnia: colocar juntos os diferentes. Poderíamos avançar, fazer funcionar as diferenças, promover encontros de criação, produção a partir dessas diferenças. Surpreendentemente, essa política cria um campo de experimentação no qual vamos assistindo, no acompanhamento de sua cartografia, a virtualidades, por estarmos presentes no campo da saúde mental e porque, naquele momento de criação

São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a implementar, no final dos anos 80, os Centros de Convivência como serviços da rede substitutiva em saúde mental.

dos CECCOs, puderam ser efetuadas através das propostas que foram sendo criadas na experiência cotidiana de acolher, conectar, fazer redes, inventar saídas. Diferente de outras unidades de saúde, que têm suas práticas cotidianas mais voltadas para assistência em patologias, os CECCOs foram criados como um projeto híbrido de produção de saúde, pois, aqui, produzir saúde é necessariamente produzir encontros com outras esferas sociais. Assim, os CECCOs operam na rede de saúde no território onde se instalam como um dispositivo de conexão, de agenciamento. Mas, enfim, como sustentar um coletivo que preserva viva a dimensão de singularidade? Como criar espaços heterogêneos com tonalidades próprias, atmosferas distintas, permitindo que cada um se enganche ao seu modo? Como manter uma disponibilidade que propicie os encontros, mas que não os imponha, uma atenção que permita o contato, mas que preserve alteridade? Como dar lugar ao acaso, sem programá-lo? Como sustentar uma gentileza que permita a emergência de um dizer onde cresce um deserto afetivo? É a partir dessas inquietações provocadas pelo nosso cotidiano de trabalho que eu quero tratar a problemática do lugar dos CECCOs

O Centro de Convivência nasceu com a vocação de funcionar numa potência de desterritorialização de cada território ao qual está ligado, ou seja, seu caráter intersetorial insere a cultura na saúde, a saúde nas áreas verdes, a ecologia nos esportes e, atravessando tudo isso, as ideias de inclusão, convivência e criação.

na rede substitutiva. Um serviço de inclusão não apenas com uma possibilidade de um convívio comunitário de trânsito mais espontâneo pela cidade, mas também, e principalmente, como uma estratégia de composição, de avizinhamo, experiências que podem reinventar a diferença entre isolamento e vida coletiva. Pensado assim, o

CECCO é um serviço que também é um modo de produção em saúde na medida em que retira o serviço de lugar de estrutura e o recoloca no território, como uma máquina de subjetivação, um dispositivo de construção de redes no território. O trabalho em rede que, direcionado para essa perspectiva de conexão, inverte uma certa lógica hegemônica de atenção em saúde que iguala a rede ao somatório de serviços. Diferente disso, o CECCO e esses modos de produção na intersecção, essa política da conectividade, da vizinhança, do colocar-se ao lado de, já é uma possibilidade de trabalho em que rede não se define por um somatório, mas, sim, por uma relação de ressonância que se estabelece entre elementos de um dado território, num movimento capaz de agitar as formas de produção hegemônica em saúde, fazendo aumentar o *quantum* de comunicação dos serviços. Nesse sentido, podemos pensar que esse modo de construção de

Nesse tempo de globalização, de alto nível de informação, cuja rede hegemônica é de capital geradora de desvinculação social, a rede que temos afirmado no CECCO é outra, é uma rede de resistência e criação, aquela na qual as experiências sociais podem se multiplicar, por onde crescem os saberes espontâneos.

redes nos leva a uma experiência de trabalho afetivo, isso é, de produção de afetos no trabalho e na vida social. O trabalho afetivo representa, em si e diretamente, a constituição de comunidades e subjetividades coletivas, produz sociabilidade e, finalmente, produz a própria sociedade. Mas, aqui, eu também quero colocar o operador de prudência, quando falamos em constituição de redes. Nesse tempo de globalização, de alto nível de informação, cuja rede hegemônica é de capital geradora de desvinculação social, a rede que temos afirmado no CECCO é outra, é uma rede de resistência e criação, aquela na qual as experiências sociais podem se multiplicar, por onde crescem os saberes espontâneos, rede de produção de novas ações e sociabilidade, de comunidade, de solidariedade, de afirmação diferencial, uma rede de resistência às formas de homogeneização à qual se procuram criar aberturas para processos heterogênicos que afirmem novos modos de convívio.

Nesse sentido, as redes podem agir na complexa tarefa de transversalizar o funcionamento dos serviços e, também, criar as instâncias que formulam as políticas públicas. Essa aposta na filosofia da rede faz com que a concepção de inclusão social fundante na criação desse serviço seja ampliada pelas estratégias que criam zonas de comunidade. Essa aposta numa atitude inclusiva que compõe relações por meio do cuidado é nossa arte de produzir encontros. Entendendo arte assim como propõe Aristóteles em seu livro sobre a ética, que é a composição entre *poiesis* e *práxis*, isto é, a composição de linhas de criação e linhas de ação. Assim tomado, cada projeto existente no CECCO deve ser um articulador desses dois vetores: criação e ação. As oficinas, nossa tecnologia de convívio social, funcionam cada uma delas como uma rede de conversação focada na relação do projeto com o fora da instituição, estabelecendo entre si, uma zona de comunidade, mas cada qual com aberturas próprias ao seu domínio. Frente a essa posição clínico-política, o caminho dos CECCOs pode ser experimentado a partir de dois eixos fundamentais que se distinguem, mas não se separam: o CECCO serviço, que se caracteriza por todas as estratégias que ocorrem a partir dos atendimentos dos usuários que frequentam essa unidade de saúde para os diversos trabalhos, como as oficinas, os eventos culturais, as festas, os passeios; e os CECCOs projetos-território, que são os projetos que se desdobram do serviço ao território ou o inverso, e que fazem com que tanto o serviço como o território possam se conectar. Esses dois vetores é o que entendemos hoje como dispositivo CECCO, uma modulação do serviço que retira do lugar de centro, de onde tudo emana e o relança para experimentação em rede. Assim, o CECCO é uma estratégia multifacetada, com uma riqueza de aspectos, cada um dos quais colocando questões de muita complexidade e, nessa perspectiva, é um serviço que se coloca como um potente espaço de experimentação e de efetuação da transdisciplinaridade, entendendo essa prática na sua possibilidade de experimentar as bordas e os limites, criando com isso outras formas de subjetividade que podem subverter, ainda que parcialmente, os padrões majoritários de assistência em saúde. O CECCO é um dispositivo que, ao não se fixar no terreno exclusivo do atendimento em saúde, invade e transita por territórios outros, como a arte, a rua, a cidade, colocando a clínica de saúde mental em contato com a sua exterioridade. Esse projeto tornou-se assim, mais que um projeto de saúde, um projeto de vida para aqueles

O CECCO é um dispositivo que, ao não se fixar no terreno exclusivo do atendimento em saúde, invade e transita por territórios outros, como a arte, a rua, a cidade, colocando a clínica de saúde mental em contato com a sua exterioridade.

que o frequentam. Entendendo a vida para além da simples ausência de doença, mas vida como pluralidade, inauguração de novas possibilidades, como impossibilidade de totalizar-se em modelos. Com isso, quero afirmar que trabalhar tanto no CECCO, onde eu sou coordenadora, como acompanhar como supervisora o trabalho de outros CECCOs, tem sido para mim uma experiência singular, pois trata-se de habitar um campo híbrido: a diversidade. Habitar um lugar onde acontecem as misturas e os encontros e, por isso, habitar um lugar fronteiriço dos agenciamentos dos vários campos. Assim, é possível afirmar que os CECCOs são um dispositivo político de atenção em saúde mental, o político entendido como um campo de encontros de alteridade, onde o encontro é marcado por processos ininterruptos de diferenciação. Ao se transportar para outras paragens, invadindo *sotius*, apropriando-se de seus recursos, o CECCO se inventa como um dispositivo e opera saídas para fora daqui. Nessa perspectiva, mais do que promover a inclusão das pessoas que nos procuram, o CECCO promove, no território, uma saúde inclusiva. Esse modo de produzir saúde vai não somente indicar e abrir a vida para possibilidade de mistura, mas, também, instaurar outro estatuto de cidadania, que não deixa as práticas de saúde isoladas da vida na cidade, mas, ao contrário, interfere e repercute na cidade, pois se conecta e se mistura a ela. Penso que participar dessa aventura clínica é um processo inclusivo também para profissionais e usuários do CECCO, porque exerce uma provocação de vida em todos os participantes, na medida em que produz outros modos de subjetivação na clínica, como, por exemplo, na diversidade de papéis para que somos convocados a ocupar. Penso que isso é desejado nas intervenções da clínica de saúde mental, pois, a partir desses novos modos de subjetivação experimentados é que podemos desertar a subjetividade dominante na saúde: doença, doentes, terapeutas, terapia.

Quero dizer que, ao longo do tempo que tenho participado dos diferentes modos de existência do Centro de Convivência, tenho observado muitas transformações no modo de intervenção dos profissionais de saúde mental. A proposição de situações de vida comum e coletiva, que no cotidiano dos profissionais do CECCO faz reverter horários antes contaminados pela dicotomia saúde – doença a operar com conceitos não normalizadores dos modos de existência. Nesse sentido, a força dos CECCOs e a concretude das ações na conexão que se estabelece com os vários campos extravasa as fronteiras entre os serviços e, portanto, eleva a experiência clínica ao seu mais alto grau, isto é, rompendo a barreira que separa a clínica do social e o tratamento da vida. Para finalizar, quero dizer que os CECCOs, esses dispositivos de atenção em saúde mental, vêm se mantendo ao longo do tempo com poucos investimentos políticos, administrativos e econômicos. A natureza intersetorial desse serviço depende sempre dos agenciamentos possíveis de cada território, pois ainda não está garantido como política de Estado. Tanto o Ministério da Saúde como os estados e municípios comprometidos com a reforma psiquiátrica investiram ao longo dos últimos anos nos CAPS como centros de tratamento de saúde mental. Embora a Portaria determine que o CAPS deve funcionar segundo a lógica do território, é uma lógica contrária à construção de uma rede de serviços, entendendo que, no trabalho em rede, não há um serviço ou centro que organize esse território. Ao contrário disso, a Portaria 336, portaria CAPS, propõe claramente para esse serviço CAPS, um papel de organização da demanda, da rede de cuidados em saúde mental do seu território, o papel de regulador da porta de entrada da rede de assistência, além de supervisionar e capacitar outros serviços de saúde mental da rede. Essa lógica “CAPSlocêntrica” de atenção criou, ao meu ver, várias distorções na cultura assistencial do SUS, que tem como porta de entrada do usuário do serviço, a Unidade Básica de Saúde. Nesse sentido, os usuários de saúde mental não estão fora dessa lógica de atenção, assim sendo, o regulador de atenção à saúde de cada território não pode ser o CAPS, mas, sim, a rede básica de atenção à saúde. Quero chamar a atenção para isso, pois, nesse encontro onde impulsionamos a construção de uma política de Estado que legitime os CECCOs como serviços da rede SUS, é importante que os outros serviços também possam se reposicionar e transversalizar suas ações em atenção à saúde. Obrigada. 🌱

Os Centros de Convivência e Experiências de Economia Solidária

RUTE BARRETO RAMOS

ASSISTENTE SOCIAL SANITARISTA, TRABALHA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA DE SANTO AMARO (CECCO SANTO AMARO), TENDO COMO PRINCIPAIS ATIVIDADES: COORDENAÇÃO DO PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA “CRIANDO POSSIBILIDADES” E DESENVOLVENDO OFICINAS DE CONVIVÊNCIA.

Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, eu quero agradecer a organização do evento pelo convite e, também, à rede de saúde mental, que foi quem me indicou para estar apresentando a experiência do CECCO Santo Amaro. Inicialmente cabe lembrar que o Centro de Convivência e Cooperativa surge na cidade de São Paulo em 89, como já foi colocado, com a proposta de reinserção dos usuários no mundo do trabalho, considerando as cooperativas como melhor forma de organização. Assim, no início, antes mesmo do casamento com a Economia Solidária, pensou-se que as novas habilidades desenvolvidas no serviço, o aprendizado do artesanato e mesmo as habilidades artísticas poderiam constituir fontes de renda para os usuários. Um dos pontos é que o trabalho nas cooperativas pode ser estruturante e não como ele é visto tradicionalmente dentro do mundo do trabalho, como fonte de desequilíbrio e estresse. O trabalho é visto também como possibilidade de reconhecimento social, tanto no contexto familiar como na sociedade sair do lugar do incapaz, aquele que não sabe mais nada, aquele que não tem mais nada a oferecer, o improdutivo. Uma possibilidade de inclusão social, de acesso a bens e a serviços e de aumento do poder de trocas sociais e de resgate da cidadania. Tem uma frase do Boaventura de Sousa Santos, um sociólogo português de Coimbra, que diz “*Temos o direito de ser iguais, quando a desigualdade nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza*”. E essa é uma frase que, além de ser usada no nosso cotidiano, cabe também quando pensamos no mundo do trabalho. Por isso que o encontro da saúde mental com a economia solidária foi sempre bem-vindo, compreendendo que as características que a economia solidária coloca no trabalho, que são as questões da cooperação, da autogestão, da solidariedade, convergindo para

as propostas de geração de renda, quer sejam as propostas desenvolvidas, ou que sonhamos que aconteçam, elas são sempre diferentes das propostas da produção capitalista, que coisifica o trabalho e coisifica também o trabalhador, e não oferece espaço para novas alternativas nem para as diferenças, nem para os sonhos, nem para os desejos, nem para as fantasias.

Entre as características da economia solidária, destaco a autogestão. A autogestão é um ponto de grande intersecção entre a economia solidária e a saúde mental, e ao mesmo tempo, é um grande desafio, pois é a autogestão que sempre nos lembra de que é preciso garantir aos participantes, aos trabalhadores, a possibilidade de exercitar as práticas, e que esses processos de trabalho sejam sempre discutidos e nunca impostos. É o trabalhador que vai definir as estratégias e o caminho do empreendimento. Para operacionalizar o conceito de autogestão, é preciso que as equipes dos Centros de Convivência compreendam que elas não têm o papel de impedir e nem de substituir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

Entender isso é uma tarefa extremamente difícil, entendendo que, ao abordar o coletivo, não devemos negar o singular. Vou apontar alguns desafios a partir do projeto “Criando Possibilidades”, desenvolvido no CECCO Santo Amaro, que é um serviço que, desde 2004, vem desenvolvendo ações relacionadas à economia solidária. Vou destacar a Feira de Troca Solidária que nos permite, o tempo todo, lembrar o verdadeiro significado das feiras. Por exemplo, na Idade Média, as guerras paravam para que acontecessem as feiras, um grande momento de paz, um momento de festa, era feriado, era dia de descanso. A feira, enquanto um espaço para comercializar aquilo que é excedente, era o produto do trabalho valendo pelo seu uso, eram as trocas se dando a partir das relações

O encontro da saúde mental com a economia solidária foi sempre bem-vindo, compreendendo que as características que a economia solidária coloca no trabalho, que são as questões da cooperação, da autogestão, da solidariedade, convergindo para as propostas de geração de renda, quer sejam as propostas desenvolvidas, ou que sonhamos que aconteçam, elas são sempre diferentes das propostas da produção capitalista, que coisifica o trabalho e coisifica também o trabalhador, e não oferece espaço para novas alternativas nem para as diferenças, nem para os sonhos, nem para os desejos, nem para as fantasias.

imediatas entre os sujeitos que não eram vistos como concorrentes. A Feira de Trocas é um espaço onde cabem todos, tem espaço para artesão, artista, os sem talento, os com talentos, as crianças, os idosos, os deficientes, os solidários, os egoístas, os oportunistas, os alegres, os tristes, homens, mulheres, os com tetos, os sem tetos, os desocupados e os ocupados. Acreditamos que a feira é uma grande oficina de convivência, e, ao mesmo tempo, ela é um espaço de formação e economia solidária para todos que dela participam, independente de serem pessoas que buscam a troca em si ou que queiram ter futuros empreendimentos, ou que queiram estar participando enquanto espaço de lazer. A feira permite operacionalizar os princípios da economia solidária, pois, nela, o valor não está na moeda, mas na pessoa. Todos têm algo a oferecer, independente do conteúdo que tem no seu bolso. A equipe de montagem da feira é formada inclusive por pessoas em situação de rua, as quais, marginalizadas do processo econômico através de seu trabalho, conseguem adquirir roupas, produtos de higiene pessoal, o que lhes permite se ver como parte do grupo e necessários para a realização de um objetivo. A possibilidade de trocar extrapola a questão de ter dinheiro ou não. Usa a moeda social, o talento, e visa ser exclusivamente um meio de troca e não algo para ser acumulado. Hoje, a fei-

ra de troca solidária abrange um clube de trocas (as pessoas vão para trocar coisas que elas produzem, coisas que elas fazem, coisas que elas gostariam ou tenham em excesso em casa), grupos de geração de renda e também, empreendimentos econômicos solidários, e também dela participam pessoas que produzem individualmente e os prestadores de serviço, porque ela é um espaço de aprendizado e de preparo para os empreendedores participarem do mercado externo. A feira, enquanto espaço protegido, favorece também aos participantes a descoberta da sua vocação. Nós já tivemos uma usuária que começou a ir na feira e levar para troca um bolo que ela comprava e levava para ser vendido. Ela começou a sentir que participando de algumas oficinas poderia produzir um bolo. Então, hoje, ela faz o bolo que está levando. Assim como tinha uma usuária que ia à feira por lazer e depois viu a possibilidade de estar oferecendo serviços: serviço de manicure, limpeza de pele, de massagem. Então aos poucos, as pessoas vão descobrindo outros talentos, outras vocações, descoberta que esse espaço protegido favorece. A Feira de Troca Solidária também contempla uma cantina de culinária alternativa, que é um dos empreendimentos, e o Armazém Solidário. Nesse armazém solidário, são comercializados produtos alimentícios oriundos de doações de instituições parceiras: hoje se conta com Cáritas, Instituto São Judas, uma empresa que fez a reforma do CECCO e se encantou com a proposta do projeto e hoje é um parceiro também. O Armazém, antes de tudo, é um espaço de resgate da cidadania, porque ele se contrapõe às propostas assistencialistas, onde você dá alguma coisa. É um momento em que a pessoa com o talento que tem, aquela moeda social que ela tem, que adquiriu participando da feira, na troca ou na comercialização, pode adquirir o próprio alimento, e achamos que é o momento em que se consolida o prossumidor, ou seja, ele é produtor e é consumidor.

Uma tecnologia que foi desenvolvida com o apoio da incubadora de tecnologias de cooperativas populares, vinculadas à Fundação Getúlio Vargas, foi o Banco de Troca Solidária. Então, no Banco de Troca Solidária, cada participante da feira tem uma conta corrente, eles já têm até o cartãozinho de conta corrente para fazer esse exercício de depositar os talentos, podendo utilizar na feira ou no bazar terapêutico Amoreira, que funciona no CECCO. O bazar funciona através de doações e com produtos

dos grupos de geração de renda ou dos empreendimentos e pode estar utilizando também, fazendo essas compras. E o banco vai oferecer um financiamento para as pessoas, também em moeda social sem cobrança de juros. Para muitos, é a primeira vez que administram o seu dinheiro e é para ter essa possibilidade de, pela primeira vez, assumir o controle sobre seus assuntos e levar a cabo as suas opções, decidir o que vai fazer com o seu dinheiro. Assim, a feira constitui um espaço de construção e ampliação de capacidades que permite às pessoas e aos grupos obter controle sobre si mesmos, sobre os meios necessários para sua existência, facilitando através de ações estimulantes em um ambiente amistoso, favorável, do jeito que nós gostaríamos de ser cuidados, do jeito que gostaríamos que a cidade fosse cuidada. O projeto “Criando Possibilidades” de economia solidária CECCO Santo Amaro inclui a incubação de dois empreendimentos (Rede Prosol e o Retalho Vivo), grupos de geração de renda, Oficina de Sonhos, decupagem, marcenaria, culinária, tecer, o Tramas e Fios, a Feira, o Banco de Trocas, o Armazém Solidário e o Bazar Amoreira. Uma coisa que fomos aprendendo nesse projeto é que a construção dos empreendimentos deve considerar diferentes desejos: aqueles que querem participar das feiras de troca, aqueles que querem participar de feiras locais e aqueles que querem entrar no mercado e aqueles que nem querem pensar nisso, por enquanto. O grande desafio é respeitar os desejos, mas tendo a preocupação de respeitar sem deixar de estimular. Entender o processo de cada pessoa, de cada grupo sem deixar de investir, de apoiar. Cada grupo vai exigir um projeto singular que responda qual a possibilidade de trabalho e qual desejo e, às vezes, parece-nos que a possibilidade produtiva fica restrita às tradicionais oficinas de artesanato. Ainda bem que a realidade nos contesta quando nos aponta saídas como a própria prestação de serviços ou as artes e mesmo o artesanato, além dos produtos tradicionais que se tem aí dentro de artesanato.

Vou comentar a experiência de dois empreendimentos. Um é a Rede Prosol, Por muito tempo se insistiu que a atividade produtiva deveria ser o grande projeto em termos da economia solidária, pensar só na produção em si. E o que aprendemos? Que as pessoas têm experiências diferentes e que mesmo nessa questão da produção há aqueles que querem produzir individualmente ou em pequenos grupos, e não

devemos estar ligando para isso. A rede existe desde 2004, e foi se discutindo qual seria o perfil dessa rede, como ela seria organizada, e, hoje, viu-se que o desejo dos participantes da rede era ter uma rede de comercialização, onde cada um pudesse estar fazendo o seu produto com as suas características, ouvindo a opinião dos outros sobre este, mas o objetivo comum que teriam era o de comercialização coletiva. Hoje, a Rede Prosol não é empreendimento no sentido da produção, do fazer o artesanato, fazer todas as coisas junto, mas, sim, de um empreendimento que é coletivo no momento de pensar a comercialização, pensar em estratégia, pensar em como se organizar para estar participando, ou como foi: quem vinha para Campinas, quem não vinha, que produtos ia trazer, quem ia selecionar o produto de todo mundo, isso que é feito coletivamente. E isso acaba mostrando o quanto é importante, em todos os empreendimentos, esse respeito pelas individualidades, sem perder o singular mesmo nos processos coletivos.

Um outro exemplo é o Retalho Vivo, *Retalho Vivo, Bolsas e Acessórios*, um outro empreendimento que se iniciou em 2010, com 10 pessoas. Hoje, ele está com três e durante o momento de formação, tínhamos uma média de 8 participantes. Quando se começou a organizar o processo produtivo, o grupo se reduziu e poderíamos, num primeiro momento, achar que houve um fracasso. Não consideramos fracasso porque esse momento de participação permitiu que as pessoas se inserissem em outros projetos dentro de suas comunidades, algumas, inclusive, atuando como voluntárias em outros grupos. E, então, lembramos: nós somos, antes de tudo, um Centro de Convivência, onde o que queremos é desenvolver as potencialidades, é pensar que é importante que as pessoas descubram o próprio caminho. O Retalho Vivo continua, continua a proposta do empreendimento, essa possibilidade de ampliação de redes sociais tem que sempre ser bem-vinda e estimulada. Não podemos esquecer que nós não somos uma empresa social, nós somos um Centro de Convivência. Podemos afirmar que o CECCO dentro de seus fundantes, a inclusão social e a geração de renda para a população em vulnerabilidade, ela deve ser sempre baseada na produção criativa, biosustentável, na gestão participativa. Isso nos leva a algumas indagações: Qual é de fato a formação das equipes para exercer esse papel

para poder fomentar essas iniciativas? Qual é o apoio técnico? Onde estão as incubadoras? A gente sabe de várias, tem contrato, tem isso, mas onde é que elas estão? Por quanto tempo haverá incubação? Qual é de fato, o apoio do poder público? Será um trabalho protegido? É um trabalho tutelado? Estamos, de fato, sendo fiéis aos princípios do cooperativismo? Quais as fontes de financiamento para os empreendimentos? Qual é a política de crédito? Quais os espaços efetivos permanentes de comercialização? Qual o momento para formalização do empreendimento? A relação entre os trabalhadores deve ser mediada pelo serviço? A qualificação técnica dos trabalhadores, quem garante? Onde sediar o empreendimento? A solidariedade, enquanto princípio ético, está incorporada em nosso cotidiano? Qual é a nossa capacidade de produzir novas tecnologias? Qual o nosso potencial de escuta em relação aos usuários, em relação aos outros serviços e em relação a nós mesmos? Estamos procurando algumas respostas para essas questões. A nossa opção foi a de não caminhar sozinho, independente da política municipal. Entendemos que a construção coletiva da intersecção entre saúde mental e economia solidária se dá no campo da definição, enquanto política pública adotada e priorizada em todas as esferas de governo, mas se dá fundamentalmente no movimento organizado da sociedade civil, como vimos a participação efetiva nas conferências de saúde mental, de cooperativismo e de economia solidária. É fundamental, hoje, o papel que representam as redes de saúde mental e economia solidária na formação técnico-política dos profissionais de saúde, dos usuários e dos trabalhadores dos empreendimentos, na mobilização para criação e efetivação de uma política pública que sustente as iniciativas de geração de trabalho e renda. Pensar em CECCO e economia solidária gera questões desafiadoras e as necessidades extrapolam as rotinas do cotidiano dos serviços, rompe o papel silencioso do usuário do serviço, aponta a necessidade de articulação com outros atores sociais, com outras organizações governamentais e não governamentais, causa-nos desconforto, não há porto seguro, não há pontes e outros, temos novos horários de trabalho, à noite, no final de semana, etc. É necessário solidarizar como o próprio dicionário coloca, tornar-se solidário, aderir a causa, ter interesse recíproco, partilhar mais ainda, integrar juntos, incor-

Entendemos que a construção coletiva da intersecção entre saúde mental e economia solidária se dá no campo da definição, enquanto política pública adotada e priorizada em todas as esferas de governo, mas se dá fundamentalmente no movimento organizado da sociedade civil, como vimos a participação efetiva nas conferências de saúde mental, de cooperativismo e de economia solidária.

porar essa proposta, esse projeto. Estamos na primavera, na primavera da saúde. Então, eu acredito que tudo no mundo não é por acaso, acho que esse encontro estava escrito, tinha que ser na primavera. Assim, eu espero que esse encontro marque um novo desabrochar, e que esse projeto de geração de renda e trabalho floresça independente da boa vontade ou de iniciativas sociais, mas, sim, porque estão incorporados no cotidiano de serviços e nas políticas públicas. Obrigada a todos. 🌱

Os Centros de Convivência e a Intersectorialidade

ISABEL CRISTINA LOPES

PSICÓLOGA, SANITARISTA, IDEALIZADORA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA DA CIDADE DE SÃO PAULO, COORDENADORA DO PROJETO CIDADÃOS CANTANTES (OFICINAS DE CORAL CÊNICO E DANÇA NA GALERIA OLIDO DE SÃO PAULO), ASSESSORA LEGISLATIVA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA O PROJETO DE LEI SOBRE CENTROS DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA E COORDENADORA DO PROGRAMA VOCÊ NO PARLAMENTO.

Bom dia, é um prazer muito grande poder participar desse primeiro encontro e fazer votos, como todos aqui, que essa seja a primeira iniciativa de um processo, e que a gente conquiste, aqui, algumas vitórias. Todos aqui já lembraram a história do CECCO, que começa em 89 na cidade de São Paulo. Mas é bom frisar esse nascedouro em função fundamentalmente de pensar que já tem maturidade para poder pensar, propor e refletir acerca das políticas públicas. Chama minha atenção essa frase “Centros de Convivência, delicada arte de produzir encontros”, e, nessa perspectiva, acho que poderíamos ampliar essa ideia de pensar os Centros de Convivência como um provocador de encontros, além de ser um produtor de encontros. Pensar essa provocação como uma ação que evoca desejo. Desejo no sentido do incômodo, do desafio, da curiosidade e a produção como uma ação presumida, uma meta, algo que carece de energia individual para imprimir criação e despertar núcleos desejantes. Digo isso porque, se pensar na provocação e na produção, tenho a impressão de que aí mora a grande charada do que é ou do que gostaríamos que fossem os Centros de Convivência e Cooperativa que assumem diferentes nomes nas diversas cidades aqui representadas, mas que, na sua essência, busca essa aproximação do que é o desejo e do que é produção, aquilo que é a criação e aquilo que é a prática. Entendo como o nuclear da nossa proposição convivência e trabalho. Então, não é por acaso que esse casamento se propõe no Centro de Convivência, não é um nome e sobrenome, é uma identidade híbrida. Ele não é híbrido só na formulação do seu “para quem”, ele não é híbrido só na formulação do seu “quem faz”, ele também é híbrido na sua formulação do “o que é”. Está presente no Centro de Convivência um “vir a ser”

porque é um estar acontecendo continuado. Ele nasce nessa provocação de encontros, na transversalidade, na heterogeneidade, no enfrentamento ao gueto, no desalinho, no desafio. Aquilo que aparentemente pode ser considerado a contramão. A heterogeneidade pressupõe pensar o não patologizante. Se imaginarmos o Centro de Convivência hoje, como um espaço sobretudo para os doentes, sejam eles com transtornos mentais, deficientes, com HIV positivo, todos os segmentos estigmatizados e excluídos de uma participação mais geral, corremos o risco de pensar a heterogeneidade dentro de uma igualdade estigmatizada. Esse é um grande risco. Já escutei de gerente de Centro de Convivência, não do nosso estado, que dizia: “*Trabalho com a heterogeneidade, porque cada pessoa sofre de um jeito diferente, então o delírio de um é diferente do delírio do outro, portanto, a heterogeneidade aí se encontra*”. Não é dessa heterogeneidade que falamos, a heterogeneidade de que falamos tem que estar imbuída de muita dignidade, de muita coragem de misturar histórias, dores, sonhos, perspectivas. A identidade dos que se misturam é uma identidade a partir do que somos, de como nascemos, meu nome, minha família, minha linhagem, não necessariamente ou exclusivamente ou prioritariamente o meu diagnóstico. Estar na saúde não significa que nos enclausuramos num espaço, no zoológico, no espaço de epidemiologia, no espaço de sofrimento. Estar na saúde é estar num espaço de emancipação, um espaço de liberdade. Como fazer isso? Provocar encontros e produzir encontros parece que é uma pista importante para essa conquista. A construção de um novo paradigma de saúde reside portanto, fundamentalmente, nesse “fazer junto”, nessa mistura, numa mistura que não é só de quem usufrui,

mas de quem trabalha. Mas podemos ir mais longe, uma mistura do *locus* improvável. O espaço onde esse “conviver” - que produz e que provoca encontros - acontece não dá para ser qualquer espaço. Agrupamentos não estratificados, um fazer pouco usual e múltiplo, merece um diferenciado. Ele não encerra em si todas as respostas, mas ele se baseia na experiência de *viver com* para produzir sujeitos, sentidos e produtos. O espaço, o mais público possível, altera essa relação de pertencimento e do que eu tenho inscrito, mesmo que indiretamente, como a tarefa do local. Se você está produzindo encontros, provocando encontros num parque, numa praça, numa casa de cultura, você provoca diferente e produz diferente do que se estiver num espaço alugado, uma casa específica para um determinado fim. Isso é suficiente? Não, ninguém se vacina da possibilidade de provocar o encontro das diferenças, encontro produtivo, de produção de novos sujeitos e de produção de sujeitos produtivos só com um *locus* diferenciado, mas isso faz a diferença e muita. E isso a gente pode dizer da experiência, do experimentar entrar num parque ou numa casa de cultura, ou numa praça onde você não precisa se apresentar para passar no portão, onde você não precisa de uma carteirinha para dizer: “Olha, tô indo em tal lugar, tenho hora marcada, posso entrar?”, onde a recepção, muitas vezes, é um balcão de obstáculo. Pensar nessas delicadezas pode nos dar, também, pistas de como fazer diferente. O “inter” nasce aí, esse “inter” do interstício, do intervalo, do estrangeiro, o “inter” é muito maior do que o intersetorial governamental. Esse “inter” pressupõe a surpresa, o não instituído, o habitante de um mesmo território, corpo subjetivo que não se reconhece no outro. Portanto, a equipe de saberes precisa estar muito atenta a essa perspectiva do “inter” que se dá no intervalo, naquilo que muitas vezes, é desconsiderado, é invisível. Edgar Morin nos presenteia com essa perspectiva de um “inter” mais amplo. Ele diz que “*É preciso reagrupar os saberes para buscar a compreensão do universo*”. Morin procura restituir o conhecimento que se encontra adormecido, um reagrupamento de unidade e diversidade. Com o passar do tempo, as teorias restringiram-se a estudos por área e a complexidade das questões do homem tem sido pouco compreendidas. Na Mesa de Abertura, o representante da saúde de Campinas falava: “A minha área não é a saúde men-

tal”, isso me chamou bastante atenção, porque é assim que a gente se apresenta. Ele só foi porta-voz da fala de muitos de nós, tanto que essa fala impregna ações de políticas, pois, quando essa não é a minha área, isso justifica o meu menor envolvimento, o meu menor pertencimento. Morin nos chama para essa possibilidade de religação de saberes, na qual, principalmente, fazer Centro de Convivência e Cooperativa exige de todos nós um desnudar-se das áreas, o que não significa jogar de lado o que sabemos e as nossas especificidades, mas é promover, de maneira generosa, um diálogo dessas especificidades entre si e descobrir que além de especificidades, temos saberes não específicos e, quando eles dialogam e se juntam, eles promovem transformações. Os Centros de Convivência estão na Saúde, mas eles são muito mais do que saúde, eles estão na Mental, mas eles são muito mais do que saúde mental. Esse “mais” não é melhor ou mais de acréscimo, é no sentido de agrupar quem mais pode ser agrupado nessa construção de conhecimento, nessa tarefa de produção de novos sujeitos. Pensar o Centro de Convivência e Cooperativa hoje para mim, é pensar em saúde coletiva, pensar num sentido de coletivo, em que o conhecimento da mental, o conhecimento da saúde pública, da saúde sanitária, se juntam aos conhecimentos de cultura, meio ambiente, trabalho para construir esse espaço que provoca e produz encontros. De outra maneira, me parece bastante difícil conquistar essa premissa que Morin nos aponta: de que a prosa da vida assegura a sobrevivência e a poesia estimula o viver. Muitas pessoas garantem a subsistência com determinado tipo de trabalho, sem deixar de investir em outras áreas que lhes dão mais prazer. A ideia é poder pensar essa aproximação no cotidiano desse “fazer”, provocando e produzindo encontros. O conceito de “nós” é diferente do conceito de eu e o outro, implica como um abraço probiótico que mistura perfumes dos corpos distintos quando esse abraço se dá. É desse “inter” que falo, necessário no nosso cotidiano para nos alimentar, dar força e poder teorizar, justificar frente aos gestores a importância singular dessa proposição que são os Centros de Convivência e Cooperativa. As secretarias, desde o governo da Luiza Erundina, bem no comecinho dessa proposição, elas participaram de um fórum intersecretarial que juntou transporte, educação, esportes. Lembro bem que a Cristiane, hoje coordenadora do

CECCO Mooca veio participar desse fórum como representante da Secretaria de Transporte, acho que ela nem imaginava virar uma coordenadora de Centro de Convivência. Foi muito interessante porque eram pessoas de todos os cantos que vinham para pensar desde a localização desses Centros de Convivência até o transporte. Discutimos com a secretaria de Transporte onde é que o ônibus poderia mudar seus roteiros. E os ônibus que precisavam ter adaptação de degraus para subirem as pessoas

Fazer Centro de Convivência e Cooperativa exige de todos nós um desnudar-se das áreas, o que não significa jogar de lado o que sabemos e as nossas especificidades, mas é promover, de maneira generosa, um diálogo dessas especificidades entre si e descobrir que além de especificidades, temos saberes não específicos e, quando eles dialogam e se juntam, eles promovem transformações.

cadeirantes, e aí eu fico pensando: “Meu Deus, isso era em 89, 90, até 92, uma construção tão gigante, quanto tempo faz?”. Estamos em 2011 e, na verdade, toda essa construção se apoiou na determinação e no desejo governamental dos que estavam e não se fundou, não se oficializou, não se cristalizou, no bom sentido, a não ser na vontade, no pulso firme dos trabalhadores que abraçaram a causa e o sonho e seguiram, independente dos ônibus que não mais seguiram as mesmas rotas, independente dos degraus que não mais foram adaptados, independente da Secretaria de Esportes que não mais ofereceu os seus educadores para compartilharem e fazer parte das equipes multidisciplinares, da educação, que não mais liberou os seus professores, principalmente os educadores artísticos. Podemos fazer uma lista imensa dos *não mais*, que, de alguma maneira, entendem a força e a atuação desse serviço, mas não mais tem força para fazê-lo sem a real oficialização. De Erundina a Kassab, o que conseguimos em São Paulo foi o ofício social por um ano, aparentemente, uma ilusão de ótica, algo que podia ser interessante que não se firmou,

mas que nos demonstrou que existe a possibilidade de orçamento, que existe a possibilidade do inter, do encontro entre secretarias, e portanto, intersecretarial, mas que não foi suficiente, mesmo com todo o impacto do que esse serviço representou na contratação de oficinheiros para os 20 Centros de Convivência e Cooperativa existentes na cidade, mesmo com todo o impacto de caminhadas que juntavam mais de 200 pessoas em oficinas coordenadas por bailarinos, por músicos, por artistas plásticos, por capoeiristas, por pessoas que detinham saberes muito distintos e qualificava, não só o trabalho das oficinas, mas qualificava o trabalho dos profissionais de saúde que puderam, em algum momento, estar mais protegidos na função de mediadores dos conflitos, de trabalhar com os grupos heterogêneos, o que não é um trabalho fácil, um trabalho de poder olhar o fenômeno do grupo, do grupo operativo ocorrendo e que, de alguma maneira, pudesse ter essas leituras amplificando, dando ressonância a uma ação mais emancipadora e criativa dessas pessoas. O risco é a formalização excessiva das relações. O risco nessa solidão de muitas equipes é que, com a burocratização dos processos de compartilhamento e reconhecimento dos saberes, os CECCOs devem ser, constantemente, objeto de análise, sem o que correm o risco de burocratizar e sucumbir às próprias questões para cujo enfrentamento ele foi justamente concebido. Neste sentido, eu fui beber da fonte da 27ª Bienal Internacional de Artes de São Paulo, cujo tema foi: “Como viver junto, não é um lema para além da arte?”, era um questionamento. Na ocasião, a curadora Lisette Lagnado dizia: “Eu acho que a gente, antes de tudo, teria que ser mais generoso e isso não quer dizer ser menos criterioso com a definição de artista. Hoje, eu o chamaria, como o Hélio Oiticica chamava, de o criador. Veja como as coisas são, a Documenta de Kassel chamou Ferran Adrià, um chefe de cozinha catalão para a próxima exposição, porque ele é um criador. Nesta direção, eu trabalho com a noção de artista como um trabalhador criativo ou artista construtor, como pensava Oiticica. É arte? Não sei. Para os puristas talvez não seja, mas eu sou do partido de que a arte deve transformar o mundo. Isso passa pelos criadores. Eu acho que indo por aí, o arquiteto é o artista, é criador. Pessoas que trabalham em coletividade, sobre a coletividade”. Nessa medida, como reflete o Peter Pál Pelbart e eu vou ler um pedacinho para vocês:

“Em vida capital, a invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência. Ela é a potência do homem comum. Todos e qualquer um inventam na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer, novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser limitada, torna-se quantidade social e assim, pode ensejar outras invenções e novas limitações, novas associações e novas for-

O risco é a formalização excessiva das relações. O risco nessa solidão de muitas equipes é que, com a burocratização dos processos de compartilhamento e reconhecimento dos saberes, os CECCOs devem ser, constantemente, objeto de análise, sem o que correm o risco de burocratizar e sucumbir às próprias questões para cujo enfrentamento ele foi justamente concebido.

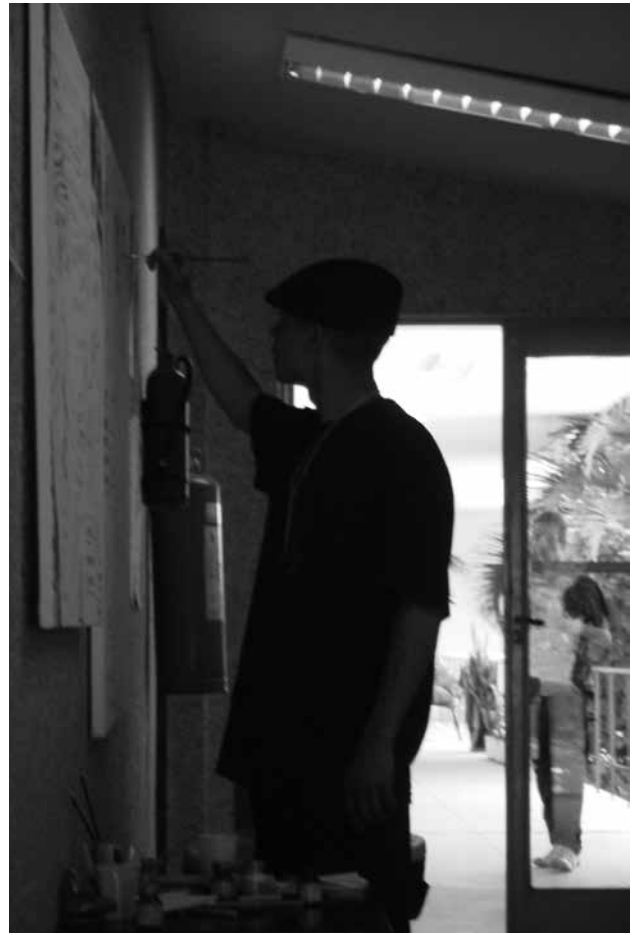
mas de cooperação. Nessa economia afetiva, a subjetividade não é efeito ou super estrutura etérea, mas força viva, quantidade social, potência psíquica e política. Nessa perspectiva, as forças vivas presentes por toda parte na rede social deixam de ser apenas reservas passivas à mercê de um capital insaciável e passam a ser consideradas, elas mesmas, um capital ensejando uma comunalidade de autovalorização. Em vez de serem apenas objetos de uma vampirização por parte do império, são positividade iminente e expansiva que o império se esforça em regular, modular, controlar todos e qualquer um e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada detêm a força invenção. Cada série do corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode tornar-se vetor de valorização e de autovalorização. Assim, o que vem à tona, com cada vez maior clareza, é a biopotência do coletivo. A riqueza biopolítica da multidão é esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia e material das últimas décadas que nos seus poderes de afetar e de ser afetado e de constituir para si, uma comunalidade expansiva, desenha as possibilidades de uma democra-

cia biopolítica”. Me ocorre arriscar que o que se propõe na perspectiva coletiva é uma rede coletiva de vida, na qual a saúde coletiva se insere. O Centro de Convivência e Cooperativa tem essa missão, de participar dessa rede coletiva de vida, um SUS de sujeitos integrais, um SUS de sujeitos inter, um cuidar e um ressignificar reinventando. Ocorre que essa reinvenção de paradigmas de saúde, de cultura, de trabalho, ela não se dá só no nosso esforço, na nossa conceituação, na nossa criatividade, essa proposição, ela carece feliz ou infelizmente, de legislação. Daí, eu ter aceitado essa árdua, árida, terrível tarefa de ir para a Câmara municipal de São Paulo. Lá, construímos um PL em muitas mãos, um substitutivo, diga-se de passagem, que passou na primeira instância e está há muito tempo esperando a sua possibilidade de aprovação. Um PL fundamentalmente inter, que envolve inúmeras secretarias e inúmeros saberes é o 762/07, que, assim como a Emenda 29 de saúde, espero que não tenha que esperar mais de uma década para vê-lo aprovado, apesar de sabermos que isso não garante tudo, mesmo porque a aprovação exige a sua aplicação. O paradigmático, o que emaranha, o que mostra a saúde como potência e poder carecer dessas formulações, carecer de um Ministério da Saúde fundamentalmente sensível, não só à necessidade desse serviço ter um Decreto, mesmo porque a Portaria que foi construída está muito longe disso tudo que a gente defende, vive e constrói a cada dia. Que bom que ela não foi aprovada, na minha opinião, para que ela possa ser construída de forma mais autêntica, com a participação de todos, uma verdadeira democracia participativa, que possa pontuar esse grau de complexidade dos Centros de Convivência que têm, no Estado de São Paulo, sua maior expressão, mas não única, mas que abra para essa escuta muito mais ampla de um espaço que promove resolutividade na vida das pessoas, em termos de diminuição do seu sofrimento, que possibilita a ampliação de laços sociais, como um indicador de saúde, que possibilite o retorno à escola como um indicador de saúde, que possibilite o retorno ao trabalho como um indicador de saúde, possibilite o trânsito nessa polis imensa, urbana, como um indicador de saúde. Indicador de saúde que ultrapassa a epidemiologia, que ultrapassa o diagnóstico, passa por ele, também, mas vai além e não porque sabemos mais, simplesmente, porque sentamos no chão, porque a gente

sentou na terra, porque a gente mergulhou junto com os sujeitos, porque a gente foi caminhar nas cidades com os sujeitos, porque a gente foi costurar, porque a gente foi bordar, porque a gente foi dançar, porque a gente foi cantar, porque a gente foi trabalhar na marcenaria, porque a gente foi trabalhar na cozinha numa outra perspectiva, que não é a da laborterapia, que não é da musicoterapia, em que o terapêutico é um alcance, em que o terapêutico não é o enquadre e isso não é mais ou menos, melhor ou pior, é diferente, e esse diferente fez a diferença naquilo que a gente olha do sofrimento das pessoas, de passarem a sofrer diferente, de passarem a ter outro resultado dos mesmos coquetéis anti-HIV que um toma e participa só do espaço de um serviço clássico de saúde e o outro toma e participa do espaço não clássicos de saúde, tão inter que o faz fazer diferença. Essa diferença dá para se computar, essa diferença é que precisa ser olhada pelos gestores de saúde e olhar para isso e falar: “Espera aí, isso faz economia, isso faz diferença na vida das pessoas, isso medicaliza menos, isso enlouquece menos, por que que eu não posso investir mais nisso do que nas internações compulsórias? Por que que eu não posso investir mais nisso e investir menos na entrega de serviços para organizações sociais que não têm *expertise* nessa ação que temos? [palmas] Invisíveis somos ao Ministério, invisíveis somos ao Governo de Estado e ao Governo Municipal, que infelizmente, nem se fez presente. Essa invisibilidade que enclausura mais aos que não veem do que aos que estão na invisibilidade. Buscamos o potencial criativo e ativo nosso e daqueles que fazem parte como sujeitos biopotentes desses espaços, pensar no Ibirapuera, Centro de Convivência e suas parcerias, o Museu de Arte Moderna ou o Museu de Arte Contemporânea ou a escola de jardinagem e imaginar o quê que isso altera de qualidade na vida das pessoas é inimaginável e não invisível. Imaginar o Centro de Convivência Toninhas dentro de uma casa de cultura, da Casa de Cultura Tainá e enxergar ali, toda a riqueza de um povo que estuda e mistura as raças e que atrai todo um conhecimento de Áfricas e de mundo, não dá para achar que isso é pouco e pode ser invisível. Olhar para Santo Amaro e ver, o quanto que se constrói nas trocas justas e solidárias, não é possível isso ser invisível na qualidade que traz na vida desse sujeito. Pensar que em Campinas, no Tear das Artes e imaginar o trabalho de aproximação

com o novo Centro de Convivência Andorinhas, um espaço onde, mesmo no Tear, se constrói música para todos os segmentos, sejam eles vulneráveis ou não, não dá para ser invisível e nem fechar os olhos para isso. Nesse sentido, eu fecho a minha fala dizendo que realizar saberes e poderes exige muita generosidade, mais do que tolerância, encontros e muita generosidade. Um resgate ao primitivo é necessário, a nossa gênese, como nos presenteia o poeta Manoel de Barros, em *Memórias Inventadas*: “*Fomos formados no mato, as palavras e eu, o que de terra a palavra se acrescentasse, a gente se encharcasse de terra; o que de água, a gente se encharcasse de água, a palavra se encharcava de água, porque nós íamos crescendo de ímpar; se a gente recebesse oralidades de pássaros, as palavras receberiam oralidades de pássaros; conforme a gente recebesse formatos da natureza, as palavras incorporavam as formas da natureza; em algumas palavras, encontramos subterrâneas de caramujos e de pedras, logo, as palavras se apropriavam daqueles fósseis linguísticos; se a brisa da manhã despetalasse em nós, o amanhecer, as palavras amanheciam; podia-se dizer que a gente estivesse pregado na vida das palavras ao modo que uma lesma estivesse pregada na existência de uma pedra; foi no que deu a nossa formação, voltamos ao homem das cavernas, ao canto inaugural; pegamos na semente da voz, embicamos na metáfora, agora, a gente só sabe fazer desenhos verbais com imagens, tipo assim, hoje, eu vi outra rã sentada sobre uma pedra ao jeito que uma garça estivesse sentada, de tarde, na solidão de outra pedra; foi no que se deu a nossa formação, eu acho dela, eu acompanho*”. 🌱






Discussões em Grupos

GRUPO VERDE

A primeira coisa que eu gostaria de falar é que foi muito importante ter na Mesa da manhã as pessoas que foram as idealizadoras dos Centros de Convivência. Discutimos em nosso grupo porque os Centros de Convivência deram certo em São Paulo, sendo que são 16 anos de grande dificuldade. Discutimos o seguinte: os CECCOs de São Paulo são um grande exemplo para se pensar a sobrevivência deles. O principal fator foi eles terem ocupado o espaço público de convívio, e não ficarem reduzidos ao que acabou sendo na maioria dos Centros de Convivência, um local feito para a saúde ou para a assistência que não estava colocado no espaço de praças, da esquina da nossa casa ou na calçada do CAPS. Esse encontro teve uma importância grande não só por ser o primeiro, mas por ter na Mesa pessoas que simbolizaram o que é o grande mote do Centro de Convivência, que é pensar que temos que ocupar espaços públicos de convívio. E a primeira questão nossa era organizar uma agenda não só com o Ministério da Saúde, mas com alguns ministérios, Secretaria Nacional de Economia Solidária etc..., para fazer algumas coisas, para sair um pouco da nossa corda bamba, embora a nossa corda bamba faça parte da proposta do Centro de Convivência. Então, a primeira coisa é reconhecer nessa agenda que o Centro de Convivência deve ser reconhecido como um ativador dos espaços públicos de convívio. Devemos tecer uma rede de ressonâncias, promover encontros, não só o primeiro, mas o segundo, o terceiro. O encontro deve ser realmente o nosso mote do fazer, do organizar. São Paulo tem uma experiência importante, anos de experiência, Campinas tem outra, e devemos


trabalhar com o que já se tem produzido para pensar quais coisas que já têm resultado, pensar quantos profissionais precisaríamos para formar um núcleo que fosse o ativador dessas possibilidades de discussão. A partir desses encontros, poderíamos definir o que seria o Centro de Convivência, quantos profissionais seriam importantes e, a partir do que nós já temos de experiência, o que seria um financiamento importante para esse tipo de trabalho. Resumindo a nossa proposta seria:

- 1) agenda com os ministérios;
- 2) o nosso reconhecimento como ativador do espaço público de convívio;
- 3) promover os encontros, que será a nossa maneira de fazer ressoar, trabalhar e discutir;
- 4) verificar qual o número necessário de profissionais e as maneiras de financiamento. 

Nosso grupo teve propostas muito viáveis, baseadas em relatos de experiência e de militância. Uma questão que surgiu seria a necessidade de poder estar saindo da questão da saúde mental, e estar articulando e sensibilizando financiamento junto a outras áreas da saúde. Vemos o financiamento podendo sair pela ação primária, na qual temos aqueles espaços de práticas esportivas, por exemplo. Como podemos estar sensibilizando outras áreas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde para serem parceiras desse projeto de Centro de Convivência, já que eles são muito mais do que a própria saúde mental. Para isso, temos que legitimar e instituir esse dispositivo enquanto um dispositivo em que a saúde tem um protagonismo e que a saúde mental tem esse modo de fazer e essas experiências consolidadas, mas que também tem que contar com outros financiamentos e outros setores como cultura, educação. Em relação a essa questão de conceituar e de instituir os Centros de Convivência, o grupo propõe retomar o mapeamento que foi realizado em 2008 para poder estar investigando as experiências em outros estados. A experiência de São Paulo é muito importante, mas temos que verificar como é que o Nordeste está funcionando, como é que o Norte está funcionando, para que uma Portaria que possa instituir o Centro de Convivência esteja atenta às especificidades de cada região. A outra proposta foi criar uma rede de experiências de Centros de Convivência, além de ter uma rede virtual, o que na economia solidária deu certo. As experiências articuladas em rede propiciariam debates diários, semanais em relação ao que estaria acontecendo, quais os principais gargalos, quanto custa um Centro de Convivência, qual o recurso humano necessário para o Centro de Convivência, qual é o perfil desse profissional, mantendo o caráter interdisciplinar, intersetorial, pois não dá para se contar só com o pessoal da saúde. Uma portaria tem que dar conta de todas essas questões. Foi discutida também a possibilidade do Centro de Convivência estar pautando no âmbito municipal, no âmbito estadual, essa questão. Esse debate deve ser constantemente atualizado para se ter uma base política e poder chegar a uma política mais macro. Foi retomada também a questão da dificuldade que esses grupos, assim como os grupos da economia so-

lidária enfrentam na comercialização dos seus produtos, pois não podem vender no espaço do serviço. Como poder tornar isso, de fato, uma política pública para que as pessoas possam, sim, dar escoamento aos seus produtos e garantir também uma melhor condição de vida? Deve haver um debate articulado do Centro de Convivência com a Economia Solidária também para regularizar aquela situação de que se tem UBPC, aí, sim, passa a ser cooperado, então, perde o benefício, então como que a gente pode, também, estar resolvendo essa questão? E aí, então se fala dessa questão de mudar a lei das cooperativas sociais. Em relação à Portaria escrita em 2005, temos que reconhecer que, de fato, muito se andou, e o cenário que está colocado hoje é diferente do cenário de 2005, em que se falava que um Centro de Convivência seria para municípios com acima de 200 mil habitantes, e que teria que ter uma rede já formada. Discutimos então como poder estar usando esses dispositivos nos municípios de pequeno porte. À medida em que temos um grupo, um fórum permanente de discussão, que vamos ter o mapeamento dos CECCOS atualizado, que vai dizer como esse serviço funciona, quais são os principais gargalos, poderemos rever essa Portaria. Pensamos também em promover o encontro nacional de Centros de Convivência e Cultura e, nessa mesma lógica de também trazer a Economia Solidária para ganhar força no cenário macro e micro, para termos mais parceiros. E, por fim, foi também falado em um plano nacional de apoio aos Centros de Convivência. Então, ter uma política clara do que se quer, para que, cada vez que se muda, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, seja desnecessário haver toda essa negociação de novo (convencer, falar, explicar, à medida que isso se tornar público). A última coisa que apareceu no grupo foi como fazer para as pessoas conhecerem experiências muito exitosas. Porque aqui mesmo, no Estado de São Paulo, alguns municípios receberam convite e não sabiam o que era um Centro de Convivência. Como dar visibilidade a essas experiências? 🌱

Propomos:

1. Articular politicamente nossa atuação para legitimação e efetivação dos CECCOs como política pública, como experiência exitosa no trabalho da saúde, que deve contar com percentual de financiamento definido em lei para sua institucionalização.
2. Discutir o projeto de lei municipal 76207 de São Paulo, para garantir o lugar para os CECCOs na rede substitutiva do serviço de saúde mental. Essa legislação deve prever uma proporção de pessoal, espaço próprio, demais recursos necessários frente à população dos territórios para efetivação desse serviço. Além disso, esse projeto de lei deve estabelecer a forma como as várias secretarias participam do financiamento dos CECCOs.
3. Todos os atores que defendem o Centro de Convivência devem tomar conhecimento do projeto de lei municipal 76207 de São Paulo, disponível no *site* do vereador Police Neto, a fim de instrumentalizar melhor os movimentos, divulgando essa iniciativa e viabilizando outras semelhantes.
4. Os municípios devem se organizar para coordenar, articular, legitimar, dar visibilidade, fortalecer a política pública municipal dos CECCOs. Em Campinas, essa articulação é feita pelo Fórum Municipal do Centro de Convivência.
5. Solicitar ao Ministério da Saúde que convoque uma comissão para revisão da Portaria que foi revogada, construindo novo texto contemplando financiamento intersetorial de forma a garantir um marco legal, nacional, para essa política pública, garantindo as singularidades estaduais e municipais.
6. Garantir que o CECCO seja um serviço financiado pelo SUS, manter as gestões dos CECCOs na saúde, como estratégia de promoção de saúde, garantindo recebimento de verbas de outra secretaria, como já vinha ocorrendo, melhorar a infraestrutura física de pessoal e material mínima a todos os CECCOs existente e na criação de novos.
7. Viabilizar o financiamento dos oficineiros como ofício social, uma vez que estão sendo priorizadas as ONGs em detrimento dos equipamentos públicos, como está ocorrendo no município de São Paulo.
8. Os CECCOs devem ser pensados e viabilizados na perspectiva da intersetorialidade, da interdisciplinaridade e da geração de renda.
9. A estruturação dos CECCOs deve ser conquistada, cuidando para não burocratizar os serviços, preservando as eventuais propostas oportunistas que possam surgir.
10. Questionar a direção da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo pela ausência nesse encontro.
11. Os profissionais presentes nesse encontro devem se comprometer a ter uma ação articuladora em seus municípios de origem quando retornarem ao trabalho.
12. O Estado de São Paulo deve participar, efetivamente, da implementação dessa política pública nos municípios paulistas.
13. Sorocaba pede apoio aos órgãos de controle público para atuarem no enfrentamento do que diz respeito aos direitos humanos amplamente divulgados pela imprensa, inclusive auxiliando o Flamas, que é um coletivo de luta antimanicomial da cidade.
14. Superar formas de faturamento atuais, que não representam o que a reforma psiquiátrica defende como, por exemplo, ocorre em Campinas, onde os CECCOs atuam como ambulatório de saúde mental.
15. Mobilizar e fortalecer o controle social, conselhos gestores, conselhos locais, distritais e municipais no apoio da luta pela efetivação dos CECCOs como política pública de promoção de saúde.
16. Criar um fórum paulista de Centros de Convivência. 

Implementação de um sistema efetivo de informatização para o registro dos processos de trabalho nos CECCOs; a criação de um documento que defina e esclareça a função dos CECCOs na rede, e nossas ações na cidade; criação de estratégias de qualificação das equipes que compõem os Centros de Convivência; articulação do CECCO por parte de organizações independentes do Estado, compondo também, com as ações do próprio Estado; criação de redes independentes de acordo com seus eixos de ação: trabalho, economia solidária, cultura e assistência; garantir a implementação dos CECCOs em municípios que não possuem esses serviços; o orçamento dos CECCOs deve ser garantida pelo Ministério da Saúde para os municípios e também pelo estado e municípios; regulamentação legal do funcionamento do CECCO; criação de estratégias de divulgação; criação de um documento norteador para a política dos CECCOs a partir desse evento; financiamento por parte do Ministério da Saúde para implementação, e dos municípios para continuidade, destinando parte do financiamento para garantir articulações intersetoriais; a partir da explicitação quanti-qualitativa da essência de cada CECCO, criar uma documento de articulação com as esferas legitimadas de gestão; criar uma comissão a partir desse evento para o levantamento de dados dos CECCOs para a criação desses diálogos; ampliar a produção de conhecimento sobre os CECCOs a partir da solicitação de uma contrapartida das institui-

ções de ensino que compõem a rede de saúde, principalmente aquelas que usufruem do serviço, como campos de estágio; criar estratégias de garantia de voz dos usuários nos encontros a partir do recolhimento dos depoimentos dos mesmos, estratégia pensada para os próximos encontros; manter a regularidade de encontros anuais de CECCOs e sair deste fórum com uma data e uma comissão organizadora para o próximo evento; criação de um grupo de trabalho com representação de várias cidades para a criação de um documento que proponha os CECCOs como política pública no SUS, tanto para Câmara quanto para uma proposta interministerial; encaminhar a produção desse Fórum pra ABRASCO (outras pessoas vieram me procurar também para incluir a ABRAPSO e o Encontro Estadual de Saúde Mental promovido pela Associação Paulista de Saúde Pública); esse documento que as pessoas sugeriram deve definir ou nortear quais são as ações do CECCO; uma proposta também que surgiu é diferenciar os CECCOs das Casas de Cultura e dos CAPS, porque nas falas que foram aparecendo, em muitos municípios, isso ainda se mistura; criar estratégias que garantam a proteção de profissionais que se aposentam ou saem e não são repostos; criar conselhos locais nos CECCOs que tenham interlocução com os conselhos municipais e nacionais para criação de parceria com a esfera de gestão participativa; e readequação do sistema de financiamento dos CECCOs para a sua realidade de trabalho. 🌱



Normatização das ações nos centros de convivência e cooperativas municipais

Coordenação dos Grupos de Trabalho: Centros de Convivência e Cooperativa

G.T. Intersecretarial - Cultura Cidadania e Saúde Mental

Isabel Cristina Lopes

Composição dos Grupos de Trabalho

Representantes dos Cecco's , Representantes de Secretarias e Órgãos Municipais

Reflexões iniciais, Embasamento Teórico. Considerações Técnicas e Redação Final

Isabel Cristina Lopes

Discussão e Elaboração das Normatizações Indicativas aos Cecco's

Grupo de Trabalho Centros de Convivência e Cooperativa

Digitação

Beatriz helena de Castro Lloret Pardos

Montagem, Composição. Diagramação e Produção Visual

LP Engenheiros Consultores Ltda - Tel. 813.7787

Colaboraram na Produção deste trabalho:

Representantes dos Cecco's:

- . Praça Roosevelt
- . Eduardo Leite - "Bacuri"
- . Parque Previdência
- . CEE V. Guarani
- . Parque Ibirapuera
- . CEE Artur Friendereich
- . Cohab I Anchieta
- . Parque do Carmo
- . São Mateus*
- . Parque Ecológico Chico Mendes

CDM Ermelino Matarazzo Parque Santa
Amélia CEE Freguesia do Ó Brasilândia
Parque São Domingos Parque
Ananguera* Interlagos
Parque Guarapiranga Parque Santo Dias

* Em processo inicial de implantação

Composição do Grupo de Trabalho Intersecretarial Cultura, Cidadania e Saúde Mental Portaria 112/92 (cujo relatório referente a Centro de Convivência e Cooperativa foi anexado às Normatizações)

Representantes de Secretarias e Órgão Municipais

. Secretaria Municipal da Saúde (Coordenação)	SMS
. Secretaria Municipal do Abastecimento	SEMAB
. Secretaria Municipal da Cultura	SMC
. Secretaria Municipal da Educação	SME
. Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer	SEME
. Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB
. Secretaria de Serviços e Obras	SSO
. Secretaria Municipal de Transportes	SMT
. Companhia de Engenharia e Tráfego	CET
. Companhia de Habitação	COHAB
. Companhia Municipal de Transportes Coletivos	CMTC
. Corpo Municipal de Voluntários	CMV
. Guarda Civil Metropolitana	GCM

Agradecimentos Especiais a colaboração direta ou indireta no estímulo incentivador a invenção de Utopias:**Às Personalidades**

. Félix Guatarri, Suely Rolnik, Manuel Desvial, Gregório Kazi, Mario Tommasini, Marilena de Souza Chata, Paulo Freire, José Américo Peçanha, Sonia Lins, Nacile Daud Jr., Cecília Vasconcelos Guaraná, Soraia Inella Gazal, Marilze Terezinha de Araújo, Paulo Gianini, Renata Elza Stark, Boaventura Pereira, Marco Antonio C. Ferreira, Caio Magri, Savério Lavoratto, João de Deus, Paulo Amarante, Domingos Sávio do Nascimento, Lúcio Gregori.

Às Instituições:

- . Organização Pan-americana de Saúde (OPAS)
- . Ministério da Saúde - Coordenação de Saúde Mental
- . Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP

Este documento servirá de referência normativa para os Centros de Convivência e Cooperativa. As normatizações e reflexões aqui contidas resultaram de um longo processo de discussão, em forma de grupo de trabalho, que envolveu representantes de todos os Centros de Convivência e Cooperativa, o Colegiado de Saúde Mental, o CTA da Secretaria Municipal de Saúde e o Grupo de trabalho Intersecretarial “Cultura Cidadania e Saúde Mental” portaria 112/92 do Diário Oficial do Município de 31/03/1992).

É importante assinalar que tais contribuições técnicas normativas, não se dão conta do serviço prestado. Esta se garante pelo investimento em recursos (materiais, físicos, humanos) pelo preparo técnico dos profissionais em consonância com a realidade e as diversas demandas territoriais, e pelo conhecimento e aplicação dos princípios políticos que regem as ações de saúde mental antimanicomiais.

REFLEXÕES INICIAIS E EMBASAMENTO TEÓRICO

“Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta: a vida como objetivo político foi tomada ao pé da letra e volta da contra o sistema que tentava controlá-la.

Foi à vida, muito mais do que o direito, que se tomou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através do direito.

O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política de todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania.”

Michel Foucault

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. 15. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998

“Os Centros de Convivência e Cooperativa não transformarão o mundo mas o mundo só se transformara com projetos deste tipo”.

Paulo Freire

Na perspectiva de defesa do direito à vida se inscreve a luta antimanicomial na política Oficial da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Um compromisso de enfrentamento e substituição de modelos e contratos de relações marcadas pela violência, a alienação, o estigma, a marginalização e a segregação, ao qual denominamos Cultura Manicomial.

A Cultura Manicomial características das instituições totais e presentes na estrutura de funcionamento, na filosofia e na qualidade das relações de muitas escolas, fábricas, unidades de saúde, creches, famílias.... e emblematicamente tendo como representante “mor” o Hospital Psiquiátrico, se instala negando a expressão da subjetividade, negligenciando a manifestação de desejos, disciplinando singularidades e normalizando desigualdades.

Tecendo direta ou indiretamente o impeditivo ao exercício de cidadania.

Determinante vital desta cultura manicomial está o cenário político-ideológico-econômico-social que através das más condições de vida (saneamento, moradia, alimentação, transporte, educação...) e das más condições de trabalho (turnos, pressão de chefia, exposição a produtos tóxicos...) concorre na produção social do sofrimento psíquico.

Mas, é justamente no hiato da vida desta produção violenta de sofrimento que as relações humanas se deterioram e se reparam dando fôlego aos indivíduos para questionarem e se reconquistarem cidadãos.

“Uma Instituição Total, segundo a definição de Goffman, pode ser considerada como o lugar onde um grupo de pessoas é condicionado por outras pessoas, sem ter a menor possibilidade de escolher o seu modo de viver. Fazer parte de uma instituição total significa estar a mercê do controle, do julgamento e dos planos dos outros, sem que o interessado possa intervir para modificar o andamento e o sentido da instituição.

No caso da Instituição total da espécie de um hospital psiquiátrico, a função de guarda do pessoal encarregado do tratamento condiciona, em todos os níveis, o grupo de internados, os quais são obrigados a considerar as medidas de proteção contra eles tomadas como único significado de sua existência. A única identificação que este tipo de instituição total oferece

aos enfermos é a necessidade das pessoas não se defenderem contra eles. Isso significa que o doente é levado a se identificar com um estereótipo bem definido na estrutura física e psicológica da instituição, o de um internado, “do qual as pessoas são se defendem”. Além desse caráter coercitivo de natureza defensiva, a instituição psiquiátrica total apresenta uma aproblematicidade absoluta em um dos polos de sua realidade (ao mesmo tempo causa e efeito de toda instituição coercitiva). O enfermo logo que internado no hospital, é definido como doente, e todas as suas ações, participações e reações são interpretadas e explicitadas em termos de doença. Logo, a vida institucional se baseia sobre a negação de valores aprioristicamente definida para o internado, que é considerado irreversivelmente objetivado pela doença, o que justifica, no plano prático institucional, a relação objetivante com ele instaurada.....”

**Franco Basaglia,
A Instituição Negada, 1985**

“Uma imensa reconstrução das engrenagens sociais é necessária para fazer face aos destroços do Capitalismo Mundial Integrado. Só que esta reconstrução passa menos por reformas de cúpula, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito a singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade.

Dar lugar para as brutais desterritorialização da psique e do socius, em que consistem os fantasmas de violência, pode conduzir não a uma sublimação miraculosa, mas a reconversões de agenciamentos que transbordam por todos os lados o corpo, o Ego, o Indivíduo.”

Félix Guatarri, As três Ecologias, 1990.

“Existem fenômenos que são considerados normais ou anormais segundo a profissão, a cultura, a renda, as possibilidades terapêuticas: e a sociedade transforma essas avaliações em motivo de exclusão ou de reprovação. Porém, fazer coincidir anormalidade e patologia é frequentemente uma arbitrariedade” (...)

“A avaliação mistura, portanto critérios objetivos com o comportamento, com as reações, com as ações desenvolvidas pela diversidade ou pelo desvio. Isto é típico de qualquer espécie vivente e de toda história humana, mas nas sociedades desenvolvidas são sempre maiores as reações e as interações institucionais, que se ligam a economia, ao Estado, à cultura, ao poder. Mas a característica social

das pessoas é ser pobre marginal é a probabilidade de que estas pessoas sejam definidas como anormais”.

Giovanni, Berlinger, A Doença, 1998

<http://www.cebes.org.br/internaEditoria.asp?idConteudo=1421&idSubCategoria=22>

NOVOS SIGNOS MANICOMIAIS

Comprometidos com a construção desta cidadania a SMS vêm desenvolvido um exaustivo trabalho que pretende alterar radicalmente o modelo hegemônico de atenção aos que sofrem mentalmente. Este modelo hegemônico marcado pelo enclausuramento, o eletrochoque, enquanto terapêutica de punição, a super-sedação, as longas internações, a continência pela ação de camisas de força e celas fortes.

Apesar da natureza de tais práticas ser essencialmente político-ideológica por pretender “preservar” a sociedade de seus “ditos loucos” que denunciam através da loucura-sofrimento, parte dos conflitos e contradições desta mesma sociedade, ainda nos deparamos com quem as justificam fundamentando-as através do discurso científico.

Entretanto se concebermos o sentido do manicomial para além dos hospitais psiquiátricos, a construção de uma nova rede de serviços, conceitos e relações de atenção em saúde mental antimanicomial, deverá cuidar para não protagonizar outros signos manicomiais como:

- A camisa de forças burocráticas;
- A “desumanização” no acesso aos serviços;
- A normatização a serviço do “empurra-demanda”;
- A “ vaidade” na ação individualizada à transdisciplinariedade;
- A negação da espiral de co-responsabilidade (guetos protegidos) à espaços gerais de saúde (convivência heterogênea contra-estigmatizante);
- O desejo do profissional à necessidade da comunidade;
- O perfil do que bate a porta ao perfil epidemiológico e social da realidade territorial-local;

- A negação da determinação social do sofrimento mental;
- O modelo médico ao modelo de saúde pública;
- A negação da subjetividade e do sofrimento psicossomático;
- A objetivação pela doença (paciente) à compreensão do outro enquanto poder de troca (usuário).
- A insensibilidade na escuta e decodificação do pedido-desejo-necessidade “barrados” no balcão-porta.
- A negação do fenômeno saúde-doença enquanto processo.
- A ação guiada pelo quadro nosológico à expressão- intensidade na manifestação do sofrimento;
- O não investimento e o não reconhecimento do vínculo enquanto função de vida.
- O “enclausuramento” no equipamento de profissionais sem asas e tentáculos para expiarem pelas frestas das “portas abetas”: a rua, a comunidade, os enclausurados em seus domicílios.
- A cronificação em leituras apriorísticas à disponibilidade em se reciclar com os livros, os movimentos populares, o transdisciplinar, o usuário;
- A desautorização em criar-recriar novas senhas e abordagens....

A “aventura” consequente de rastrear o território e reconhecê-lo a partir de seu próprio referencial, em consonância com a realidade da produção científica a serviço do homem, e o cuidado vigilante frente aos novos signos manicomial, irão representar o contorno da nova rede de atenção à saúde mental na cidade de São Paulo.

Sob a influência da Reforma sanitária, das conferências nacionais de saúde e de saúde mental, as iniciativas do legislativo durante e após a constituinte a nível federal e estadual, as experiências de trabalhadores em saúde mental na rede pública, as pesquisas e produções acadêmicas a nível nacional e internacional, a criatividade de muitos profissionais aliados a população organizada na “reinvenção do novo”, sob o referendo das organizações: Panamericana de Saúde, Mundial de Saúde e Nações Unidas em torno da questão da Saúde Mental, vai se configurando o novo modelo de Atenção à Saúde mental da cidade de São Paulo, subsídio concreto para a efetivação da Reforma psiquiátrica, ou melhor dizendo, da Reforma em Saúde Mental Brasileira.

Assim a Reforma em Saúde Mental deverá florescer dos movimentos de massa buscando refletir as mesmas considerações colocadas na Reforma sanitária como sugere o texto:

“A Reforma Sanitária não poderá ser pensada como meras modificações técnicoadministrativas e organizacionais. Mas, sim, precisa dar posição central a temas como a democratização do Estado e da formulação de um projeto contra-hegemônico (no que a questão da consciência sanitária e da ampliação do conceito de “direito à saúde” colocam-se como pontos vitais).”

Jaime A. Oliveira e outros, Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde, 1989

Neste caminho conjunto das reformulações em saúde pública os avanços na constituição federal e as indicações das conferências nacionais de saúde apontam para a formulação de um Sistema Único de Saúde sob o gerenciamento do município concebido sob pressupostos imprescindíveis a Reforma em Saúde Mental, como a equidade, a Universalidade, a Regionalização, a Integralidade das ações. Os parâmetros deverão

ser epidemiológicos e sociais, não mais tutelados pelo modelo médico e com parceria da população organizada na construção do novo sistema.

“Entretanto, enquanto ampliação do conceito de direito à saúde mental nos deparamos com a necessidade de reformulação profunda de toda legislação civil e penal em vigor, que sustenta a discriminação e a exclusão do doente mental, fundamentada nas noções de incapacidade civil absoluta e na periculosidade como inerente a própria natureza da doença mental (...). Associada à inexistência de cidadania do doente mental e a consequente ação tuteladora do Estado, vê-se o desenvolvimento de uma política privatizante que permite a disseminação de um dos maiores parques asilares do mundo, entre hospitais psiquiátricos particulares e instituições públicas existentes, consolidando um modelo assistencial asilar completamente falido, excludente, discriminatório, perverso e corrupto.”

Francisco Drumond Marcondes de Moura Neto e Outros, Saúde Mental e Cidadania, 1987

Considerando os pressupostos do Sistema Único de Saúde no cenário real da política de Saúde Mental e os entraves legislativos, se inicia ao mesmo tempo um resgate histórico político e uma reformulação na abordagem assistencial do sofrimento mental. A saber:

- O investimento na Unidade de Saúde Mental em Hospitais Geral Público, a inclusão dos excluídos, ou seja, fundamentalmente a “inclusão” da subjetividade e do porta-voz mais caricato da discriminação o “dito” louco/doente mental, através da dinâmica metodológica-institucional do *Hospital-aberto* (a inserção da subjetividade, a participação do acompanhante, o valor terapêutico da multidisciplinariedade...);
- A Enfermaria e a Emergência de Saúde Mental em hospital Geral, investimento na garantia de internação sem asilamento, violência, perda de direitos, o respeito ao sujeito, a família e a manifestação do sofrimento:

- O investimento nas equipes de Referência em Saúde Mental em Unidades Básicas de Saúde para ações ambulatoriais em conjunto com as ações gerais de saúde recuperando a integralidade, universalidade e fundamentalmente a equidade dos serviços e da abordagem verdadeiramente holística frente ao fenômeno: sofrimento humano; Abrindo as portas para a “loucura” num espaço mais geral e diversificado de saúde;
- A Criação de Unidades de Convivência Terapêutica Intensiva (os Hospitais dia em saúde Mental), espaço de suporte às necessidades de intervenções intensivas e contínuas em liberdade e em co-responsabilidade com a família e a comunidade;
- A perspectiva de investimento em Lares-Abrigados para fora dos muros dos Hospícios, resposta aos sobreviventes do sistema manicomial, desprovidos de laços familiares e com chances de reestruturação de vida;
- E finalmente a invenção de espaços de convivência e núcleos de trabalho cooperado que reinventem consígnias e contratos não mais sob a égide da doença e da “tutela”, os Centros de Convivência e Cooperativa. Utopia??

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA

“Pouco importa que se trate ou não de utopia, temos aí um processo bem real de luta (...). (Michel Foucault). De luta pela vida, pela cidadania, pela contra hegemonia com responsabilidade terapêutica e sustentação técnica.

“Por todos os lados impõem-se espécies de invólucros neurolépticos para evitar precisamente qualquer singularidade intrusiva. É preciso mais uma vez, invocar a história! No mínimo pelo fato de que corremos o risco de não mais haver história humana se a humanidade não reassumir a si mesma radicalmente. Por todos os meios possíveis, trata-se de conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante.

Ao invés de ficar perpetuamente ao sabor da falaciosa de “challenges” econômicos, trata-se de se reapropriar de Universos de valor no seio dos quais processos de singularização poderão reencontrar consistência. Novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, como o estranho: todo um programa que parecerá bem distante das urgências do momento! E, no entanto, e exatamente na articulação da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores da nossa época(...).

(...) A subjetividade através das chaves transversais, se instaura ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes agenciamentos sociais e institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitem as mais íntimas esferas do indivíduo. A Reconquista de um grau de autonomia criativa, num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. Assim, toda uma catalise da retomada de confiança da humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a banir dos meios, os mais minúsculos.”

Félix Guatarri

Parafraseando Guatarri: Meios minúsculos tal como se pretende, utópica ou não, esta contínua e coletiva invenção-(re)-invenção de protagonizar a vida, que denominados Centro de Convivência e Cooperativa.

Em tempos de mudança velhas terminologias, anunciadoras de novas posturas, se apressam em participar de nosso vocabulário apontando na direção de reinvenções, reorganizações, reformas, a partir de desconstruções e criações sustentadas por estudos, pesquisas, experiências de valor reconhecido que vêm embasar tais terminologias, mas fundamentalmente corroborando a capacidade de empatia, vínculo e *feeling* de muitos “profissionais vocacionados”, diante da manifestação de vida, seja ela humana ou não.

Coerente com este contexto encontramos alguns pontos programáticos das diretrizes de Saúde Mental do Programa de Governo da prefeita Luiza Erundina que vêm referendando historicamente a abordagem de novas abordagens:

- *“Priorizar o espaço de discussão junto à população nos bairros e às organizações populares e sindicais, visando desmitificar a loucura e o transtorno mental na reflexão de seus determinantes sociais;*
- *As praticas em Saúde Mental deverão favorecer a humanização das relações homem-homem, homem-natureza e homem-sociedade; impedindo que a medicalização e a técnica oprimida mortifique o individuo;*
- *Reconhecer e valorizar os saberes e praticas culturais populares, como formas de equilíbrio social, relativizando o saber médico-psicológico;*
- *Favorecer através de suporte técnico e financeiro, a criação de espaços culturais, educativos e da integração social auto-geridas pela população que atenda as necessidades dos diversos grupos que se caracterizam por diferentes graus de deficiência física ou mental”.*

Pontos do Programa de Governo Democrático e Popular para a Cidade de São Paulo -Área de Saúde Mental – 1988

Necessários se fizeram a invenção de abordagens e o pacto com um conceber de homem em movimento em relação a dinâmica com o próprio homem, com a natureza e com a sociedade. Relação “espiralada e operativa” como nos inspira a teoria de Pichon Riviere, afim de promoverem o surgimento de um novo espaço, um novo *setting* de apreensão e resposta holística ao sofrimento humano: os centros de convivência e cooperativas.

A escolha preferencial pelos espaços públicos por excelência, ou seja aqueles onde o acesso teoricamente é livre e aberto à necessidades menos estruturadas e portanto menos impeditivo à entrada, como os Parques Municipais, as Praças, os Centros Esportivos e Desportivos, os Centros Comunitários da Cohab,...Públicos também enquanto conceito de apropriação da população “o não privativo”.

Sendo parte da perspectiva de ação dos Cecos a alteração de perfil do usuário destes espaços públicos, tornando-o mais fiel a características da heterogeneidade do publico-população, e mais, tendo por perspectiva resgatar a vocação original destes espaços e explorá-la, de forma a potencializar o seu uso diário e introduzindo uma vocação aliada e não concorrente: a terapêutica.

Assim a apropriação da coisa publica favorece um dado reconhecimento, a consciência das similaridades, das diversidades, a dialética da relação do homem com este micro-meio questionando e fazendo analogias, estimulando a análise e síntese.

(por exemplo)- *“O fino riacho que corta delicadamente a pequena reserva de Mata Atlântica num parque municipal tombado. Reserva esta preservada e vigiada para evitar meninos predadores que se aventuram entre as arvores centenárias e descuidadamente pisam no riacho e levam consigo dejetos fecais que ali “preservados” têm passagem livre. No entanto, não são desconhecidos destes pequenos pés, que conhecem intimamente seu percurso, que não tão delicadamente cortam o quintal, quando não o próprio chão do barraco, onde a noite, estes mesmos meninos, descansam o corpo exausto de driblar as normas e as leis do proibido...!”*

Este movimento chamaremos de processo de convivência onde o individuo se reconhece e se estranha, onde troca de lugar e conquista novos ou velhos lugares... um processo com a natureza não só humana, instrumentalizando o exercício de conviver, favorecendo um “se flagrar”, ampliando repertórios, compreensões e potencialidades individual ou coletivamente. Este conviver crítico vai desnudando conceitos como o da homogeneidade e da desigualdade, e do da diferença e o da igualdade. Pois bem o

que se objetiva é esta identidade de convivência questionadora e coerente com a amostra da realidade da espécie humana, não natural, mas real, de diferença de acesso a bens e serviços, de desenvolvimento, de acesso à saúde e de conseqüentemente, forma de adoecer e morrer.

Pensar em diferenças pressupõe pensar em origem destas, para além do circunscrito no indivíduo, em seus objetos internos, na relação familiar, mas pensar cuidadosamente na determinação social destas diferenças e na contrapartida reativa desta mesma matriz-social, impulsionando a culpabilização e a expiação, metamorfoseando diferenças em desigualdades sociais e subjetivas.

“as diferenças e as assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades e, essas, em relação de hierarquia, mando e obediência(...) Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma de dependência da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque o invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do caráter nacional”

Marilena Chaui, Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura Popular no Brasil, 1989.

“... As Três Ecologias deveriam ser concebidas como sendo da alçada de uma disciplina comum ético-estética e, ao mesmo tempo, como distantes uma das outras do ponto de vista das práticas que as caracterizam. Seus registros são da alçada do que chamei heterogênesse, isto é, processo contínuo de re-singularização. Os indivíduos devem se tornar a um só tempo solidários e cada vez mais diferentes”.

Félix Guatarri

Assim Caberá ao Cecco possibilitar o encontro dos diferentes, das assimetrias sejam elas expressos na relação com a natureza, com o fenômeno do sofrimento humano, mental ou não, expressas na chance de vida de determinados grupos sociais, no resultado da relação

dominador-dominado, que concorrem para delinear-sombrear uma “ecologia da subjetividade”. Onde o se perceber diferente poderá remeter a noção do estrangeiro, potencial interno desconhecido/potencial do outro reconhecido, tecendo novas relações que preservem a vida e recriem papeis e direitos, num contínuo crítico questionamento do desejo, da cidadania.

Este exercício de convivência dos tidos diferentes, estruturado sob o eixo da solidariedade e da não segregação dará contorno a uma abordagem em Saúde Mental de ruptura com a cultura manicomial para a efetivação de contratos sociais anti-discriminatórios e anti-paternalistas, para nesta fratura conquistar relações democráticas e “desalienantes”.

Giovanni Berlinguer reflete:

“A presença de um doente em casa pode agregar ou desagregar a unidade familiar, fortalecer ou destruir uma pequena comunidade. A presença de uma criança deficiente na escola pode torná-la alvo do embaraço de todos, pode fornecer um alibi para as disfunções educativas de cada dia, pode criar efetivos embaraços se há falta de uma pedagogia e de uma assistência especializada; mas pode também, fortalecer o grupo, aumentar a capacidade de reconhecer e aceitar “os diferentes”, ser um estímulo educativo no plano científico e moral(....)

(...) O movimento coletivo pela saúde pode ser um dos estímulos mais fortes às modificações daqueles fatores que não são somente morbígenos, mas também alienantes, ou de alguma forma criaram obstáculos ao desenvolvimento da comunidade (...) afastar os efeitos, segregar os doentes ou até rotulá-los como perigosos para a coletividade impede de dar atenção aquele que é um dos aspectos mais interessantes da doença: o sinal, o fato de que o sofrimento individual é frequentemente a manifestação do coletivo”.

As misturas das pessoas e de suas diferentes chances de vida nos Cecco's deverá se fazer com orientação e supervisão técnica, visto que o objetivo não é meramente se juntarem em suas mazelas comuns ou parecidas, pressupostos da formação de guetos. Antes e fundamentalmente, a heterogeneidade dos grupos deverá objetivar a aglutinação pela tarefa, e será quem trará a inscrição da identidade grupal.

A diferença enquanto desigualdade, expressa no quadro nosológico e na ação descontextualizada e medicalizante, marca da discriminação e dos resquícios da cultura eugenista, que pressupõe segregação e extermínio através fundamentalmente da realização de experiências humanas nos porões institucionais, não deverá banisar a formação de grupos o que destinaria a uma identidade estigmatizante e reprodutora de modelos disciplinadores de repressão e segregação.

A tarefa por sua vez também inovará com a consigna da produção conjunta, da capacidade criativa, do prazer e da ousadia em fazer o novo, em arriscar contratos de barganha afetiva, inicialmente, entre os indivíduos e suas histórias muito diferentes, para barganhas sociais mais amplas, sob a escuta e a colaboração da pontuação técnica, visando à costura necessária para o outro lançar-se, dando substrato a uma ação verdadeiramente terapêutica e não aventureira. Onde o *setting* e contrato também se conjuguem diferenciados no processo.

A linguagem, enquanto facilitadora de expressão artística, musical, teatral, gestual, esportiva, literária, artesanal, corporal... deverá proporcionar um recriar de conceitos estéticos, e terapeuticamente concorrer com uma visão diferenciada de si e do outro, de perspectivas e potencialidades, de visão de mundo e projetos de vida. Propondo uma relação também modificada com a “doença” num reintroduzir na sociedade de seus excluídos.

Possibilitando emergir o conceito vivo do “diferente” ao desviante e ao anormal, reinscrevendo a “subjetividade da ressingularização” e o conceito de “limitação” em suas exigências de diferenciação, em nome de uma sobrevivência da humanidade, repudiando a morte lenta do “estigma profetizante”: desigualdade-tutelada.

Assim todos (noção de heterogeneidade) poderão se consorciar em atividades expressivas destas (re)inscrições, o “*a priori*” na maior parte das vezes deverá ser “o desejo” individual e/ou coletivo associado a ousadia em manifestá-lo.

“Eu viúva, dona de casa, velha, nervosa e enfermiçosa! Olhava para aquela oficina de teatro no Centro de Convivência, uma mistura, uma confusão” (...) até que arrisquei e me descobri nova, louca, solta, até entrevista pra jornal eu dei, representei em praça pública e de forma inesquecível dançamos no palco do Teatro Municipal... (...) minha idade hoje?? - Eu Alice! Do Movimento”

Fragmentos e Interpretação do discurso de uma usuária de Cecco.

- é necessário organizar a sociedade de modo a integrar as “anormalidades” criando obstáculos à tendência a defini-las sempre como doenças, com as conseqüentes discriminações e prejuízos, como aconteceu com frequência com as internações nos hospícios.

A tendência à integração é tanto mais praticável quanto menos a sociedade é competitiva. Quando se tornar norma de vida a concorrência desumana por qualquer meio, e tendência será inevitavelmente aceitar no trabalho, na escola, na coletividade somente os indivíduos dotados de qualidades particulares chegar-se-á a alargar o círculo das pessoas consideradas deslocadas ou anormais, e a encaminhá-las, porém ao beco sem saída da internação forçada e do abandono(...)

(...) é válido considerar as doenças como diferenças, não como desvios. Já que nem todas as anormalidades são doenças, seria errôneo afirmar o contrário: que doenças sejam desprovidas de objetividade e de substrato biológico ou psíquico. Por outro lado, é necessário reconhecer as variações do equilíbrio que podem tornar-se nocivos, utilizando e somando os conhecimentos científicos, e reduzir paralelamente, que sejam as causas de tais anormalidades, quer seja a amplitude do conceito de desvio quando a medida cultural e social se sobrepõe à clínica.”

Giovanni Berlinger

Nos lancemos, portanto, a um entendimento de *Linguagem* enquanto “falas inteligentes” de outras tantas formas de “falas expressivas”, mesmo que estas expressões se assemelhe aos *Caos*, ao destoante da norma vigente de beleza, de adequação, de verdade, de produtividade...

Caos “esse lugar metafórico que organiza a desorganização”.

Blanchot

“Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante”

Nietzsche

Linguagens se fazendo ouvir em oficinas de artes ou outra consigna qualquer que oriente a construção de uma dada “obra” sem pré-requisitos técnicos ou balizadores estéticos, mas antes tutelados pelo desejo de cada um e de um dado coletivo. A partir de um estímulo-tarefa com o

objetivo de aproximação do outro e gradativa convivência e aceitação do estranho/diferente, ir construindo mais do que um novo conceito ético-estético, provavelmente um novo patamar de trocas originais e de questionamentos acerca da ordem estabelecida.

“Como diz Maurice Blanchot , a loucura tem a mesma função que a obra, pois permite à sociedade, como a obra permite a literatura manter – inofensiva, inocente, indiferente- a ausência de obra entre os firmes limites de um espaço fechado”. A ausência de obra fechada no asilo, esta emparedada também na obra. E tal como a desrazão usa a loucura para expressar-se, a ausência de obra usa a obra, até às vezes a sua possibilidade extrema (isto é, arruinando-a), para manifestar-se(...) É o fora que, confinado à obra, a utiliza para vir “a luz”, e ao fazê-lo a arruína, sem nunca conseguir destruí-la. É assim que a obra existe como um movimento que de algum modo a anula sempre, levando-a de volta à ausência de obra, mas nunca definitivamente(...)

Refletindo Postulados de Foucault, o autor sugere:

“Desrazão e ausência de obra só podem expressar-se na forma que os aprisiona: como obra louca. Os poetas loucos não realizam a síntese entre um gênero literário e outro psiquiátrico, mas expressam a desrazão com as máscaras que esse século e outros talvez lhes reservam: a arte e a loucura (...) A desrazão confinada na loucura ou na obra exigiria, quem sabe não psiquiatras, nem críticos de arte, mas (...) pensadores do Fora. O pensamento do Fora pode ocupar-se do Fora embutido na loucura e na arte, na filosofia ou na política. Pouco importam, aqui, os territórios. O essencial é que se trate de um pensamento que pratique, como diz Blanchot em outro contexto, o aléa entre raison et déraison. Talvez o pensamento do Fora permita um contato com a desrazão que não desemboque na loucura (...)

(...) Ao longo de uma história da loucura sempre estarão em questão as diferentes modalidades de relação com o Fora (confinamento, exposição, a troca) segundo diagramas de poder, os estratos de saber e os modos de subjetivação sucessivos. Loucura e Pensamento do fora entendidos enquanto “experiências”

tanto artísticas, cotidianas, místicas como propriamente pensantes. em que uma certa turbulência é expressão de um tipo de relação com o Fora ou a Desrazão. São duas formas de se relacionar com o Fora(...), enquanto à Loucura transforma o Fora em-Dentro numa adesão surda, o pensamento do Fora é capaz sie estabelecer com ele um jogo e uma troca”.

Peter Pál Pelbart, Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura, 1989

Será a própria experiência destes novos códigos de convivência, onde cada dificuldade, cada limitação possa ser compreendida num universo mais complexo do que a “culpa” individual ou a predestinação ao fracasso, ao sofrimento e a não autonomia. A compreensão de que a “solidariedade consorciada”, ou seja, a complementariedade das potencialidades e vocações de uns, associadas as de outros formam cadeias, correntes, com elos fortes que patrocinam transformações na concepção de homem, de mundo e de se estar no mundo, no olhar de cada indivíduo.

Códigos de convivência onde se exercita um poder de barganha afetiva, e sendo o afeto não catalogado cientificamente como louco, deficiente, marginal ou são; logo este código contribuirá na construção de um outro poder: de barganha contratual. Onde se exercita a associação indiscriminada anti-guetos, que busca desenvolver a façanha da “louca criação marginal” reinventando o belo, a obra individual ou coletiva tendo a cidadania como tutora.

Inevitavelmente este exercício nos levará a outros campos e cenários mais áridos e impulsionará a realizações e inserções em outras esferas do mundo humano, para além dá esfera da convivência, da solta associação dos afetos. A esfera do mundo do trabalho, onde residem as balanças de precisão que equacionam virilidade, produtividade e felicidade, maquiando a exploração do homem, de sua força de trabalho, impedindo sua criatividade e crítica, alienando vocações, ... a experiência de convivência certamente questionará.

O trabalho enquanto espaço de produção de riqueza e de “loucura-sofrimento” precisa ser resgatado em sua essência oposta, ou seja, nas chances de se produzir e de se agrupar indivíduos diferentes em suas potencialidades e habilidades, sob um contrato de investimento e disponibilidade cooperativa e não competitiva, segundo as possibilidades máximas de cada um, e portanto, pres-

supondo uma divisão igualitária do ganho-lucro” para produtos-produções finais diferentes, frutos de processos acordados sobre bases iguais.

Assim a cooperação enquanto característica dos núcleos de trabalho a se desenvolverem nos Cecco’s poderão propiciar (re)significado a segmentos marginalizados que empunharão a própria defesa da liberdade e da dignidade de suas vidas, (re)conquistando uma senha, de singular importância no nosso meio, nestes tempos: a de Ser sujeito de produção (produtivo) e portanto com efetivo poder contratual.

Entretanto, a curto e médio prazo, serão outros os eixos sustentadores de tal empreitada trabalhista: o incentivo a formação de grupos consorciados a se desenvolverem fora do Cecco mas com a colaboração e assessoria facultativa deste:

- Estímulo ao desenvolvimento de economia popular autônoma, gerida pelo próprio grupo;
- A discussão permanente do significado do trabalho, do lucro, da mais valia, da alienação, do risco, da relação determinística das más condições de trabalho e sofrimento mental, etc.;
- A valorização de iniciativas espontâneas e a disponibilidade de profissionais em colaborar no sucesso das tentativas.

“As doenças e as deficiências existem, seja no campo físico, seja no campo mental. Mas é arriscado catalogar a saúde como ideal e o patológico como desvio, porque os dois fenômenos são parte de um processo único; e porque a doença, que se constitui sobre bases biológicas ou psíquicas, é revestida de um juízo social pelas consequências que provoca na vida cotidiana. Daí derivam os comportamentos que podem agravar ao invés de atenuar os fenômenos patológicos em ação. Entre-as Personagens de Luigi Pirandello (1867-1936) existem, p.e., muitíssimas extravagantes e numerosas loucas. Mas Pirandello nunca as coloca no manicômio. Num de seus romances, Um, Nenhum, Cem Mil, mostra que, ao contrário, em certas condições, pode acontecer a qualquer um de ser “considerado louco”. Temos constantemente diante de nós situações alienantes, trabalhos incompatíveis com a vida muito mais que vidas incompatíveis com o trabalho, sociedade para ser transformada muito mais do que homens a serem rejeitados (...)

(...) O deficiente é considerado um indivíduo que não pode trabalhar ou que pelo menos em uma capacidade de trabalho inferior à normal. Isso é absolutamente errado, porque na maior parte dos casos se aquele que tem alguma desvantagem é colocado numa função adequada pode produzir como todos. Admitamos que um indivíduo seja completamente paralisado dos membros inferiores, enquanto que para o resto seja completamente normal, e que a ele seja reconhecido um grau de 80% de diminuição da capacidade de trabalho. Vejamos onde está o absurdo de que falei: este indivíduo colocado para fazer um trabalho que requer o uso quase perfeito das pernas, ou que também requeira esforço físico, será naquele posto uma redução da capacidade de trabalho de 100%, se, ao invés disso, for colocado para fazer um trabalho que requeira o uso das mãos, ou da mente, ou da voz, o mesmo indivíduo produzirá no seu grau máximo (...)

(...) as tribos Kubu, da Ilha de Sumatra, das quais fala Sigerist¹, aceitam e integram no seu grupo, normalmente, os casos de doenças (pequenas doenças, feridas ligeiras) que não atrapalham a vida comunitária. Por outro lado, quando a doença impede o indivíduo de fazer parte da vida coletiva, eles rejeitam, com meios bastante enérgicos, aqueles que são afetados, os afastam e os condenam a um fim prematuro. Sigerist escreve que o “doente está morto socialmente, muito antes que esteja morto fisicamente”. É necessário reconhecer que hoje, na sociedade industrial altamente competitiva e desumana, ocorre algo de semelhante quando não intervém a assistência pública ou a solidariedade das pessoas. Isto é, ocorre um retorno às leis tribais, com o agravante de que estas talvez fossem necessárias para a sobrevivência da tribo. Hoje não!”

Giovanni Berlinguer

“Seja na vida individual ou na vida coletiva, o impacto de uma ecologia mental não pressupõe uma importação de conceitos e de práticas a partir de um domínio “psi” especializado. Fazer face à lógica da ambivalência desejante, onde quer que ela se perfile - na cultura, na vida cotidiana, no trabalho, no esporte, etc. -, reapreciara a finalidade do trabalho e das ati-

1 <http://hist.library.paho.org/Spanish/EMS/10435.pdf>

vidades humanas em função de critérios diferentes daqueles do rendimento e do lucro: tais imperativos da ecologia mental convocam uma mobilização apropriada do conjunto dos indivíduos e dos segmentos sociais!!

Félix Guatarri

“Mesmo que a realidade tratada nas descompensações psicóticas e neuróticas não tenha nenhum poder patogênico, a não ser pelo conteúdo que veicula, admitamos que a realidade, mesmo sem nenhuma ocorrência específica, pode favorecer o surgimento de uma descompensação. Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma pane importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psicossomáticas (...)

(...) a organização do trabalho e, em particular, sua caricatura no sistema taylorista e na produção de peças é capaz de neutralizar completamente a vida mental durante o trabalho (“Fantasmas” no sentido psicanalítico). Nesse sentido, o trabalhador encontra-se: de certo modo, lesado em suas potencialidades neuróticas e obrigado a funcionar como uma estrutura caracterial ou comportamental. Efetiva-se assim, artificialmente, pelo choque com a organização do trabalho, o primeiro passo para uma desorganização psicossomática experimental. (...)

(...) Deste modo, a livre organização do trabalho torna-se uma peça essencial do equilíbrio psicossomático e da satisfação.”

**Christophe Dejours,
A Loucura do Trabalho, 1987**

“O trabalho é essa atividade tão específica do homem que funciona como fonte de construção, realização, satisfação, riqueza, bens materiais e serviços úteis à sociedade humana.

Entretanto, o trabalho também pode significar escravidão, exploração, sofrimento, doença e morte. A escravidão, oficialmente abolida na maioria dos países do mundo atual, deixava bem clara a delimitação entre os homens que eram donos do poder e dos meios de produção e aqueles outros homens, utilizados como ferramentas vivas na produção e no servir. O corpo e a mente do escravo eram propriedade do senhor, existiam para obedecer e para produzir. A obediência e a ausência de liberdade do escravo constituíam, justamente, a garantia da realização do máximo de trabalho possível por cada escravo. Foucault mostra como este princípio da garantia da obediência, ainda em nossos dias, continua sendo mantido, através de sistemas de controle bem mais sofisticados do que a escravidão.

Assim, nas sociedades modernas, ditas evoluídas e humanistas, foi criada toda uma estrutura que, explicitada como sendo de serviços destinados a proteger os direitos e a saúde dos trabalhadores, surge em verdade também para ocultar o processo de extração das energias humanas e seus efeitos, podendo, é verdade, até suavizar este processo, contanto que a produtividade não seja atingida.”

**Edith Seligmann Silva e outros,
Cidadania e Loucura – Políticas
de Saúde Mental no Brasil – 1987**

Aos profissionais, fruto de uma dada concepção de saúde - doença, construída sob o prima da história natural da doença, sob a proteção do modelo médico, cabe um repensar de conceito ético, particularmente, patrocinado pelo enfoque processual do fenômeno saúde-doença questionador de parâmetros rígidos que insistem em desconsiderar os nexos causais associados a determinação social deste sofrimento humano e negam uma compreensão dinâmica de proposições como: adoecimento, cura, resolutividade, eficácia, eficiência, modelo, ciência, vínculo, sigilo, poder, responsabilidade, participação, subjetividade, multidisciplinariedade,...

Felix Guatarri reflete:

“A condição prévia a todo novo impulso da análise (...) consiste em admitir que, em geral, e por pouco que nos apliquemos a trabalhá-los. Os Agenciamentos subjetivos individuais e coletivos são potencialmente capazes de se

desenvolver e proliferar longe de seus equilíbrios ordinários. Suas cartografias analíticas transbordam, pois, por essência, os territórios existenciais aos quais são ligadas. Com tais cartografias, deveria suceder como na pintura ou na literatura, domínios no seio dos quais cada desempenho concreto tem a vocação de evoluir, inaugurar aberturas prospectivas, sem que seus autores possam se fazer valer de fundamentos teóricos assegurados pela autoridade de um grupo, de uma escola, de um conservatório ou de uma academia...

Fim dos catecismos psicanalíticos; comportamentalistas ou sistematistas. O povo “psi”, para convergir nessa perspectiva com o mundo da arte, se vê intimado a se desfazer de seus aventais brancos, a começar por aqueles invisíveis que carrega na cabeça, em sua linguagem e em suas maneiras de ser (um pintor não tem por ideal repetir indefinidamente a mesma obra...). Da mesma maneira, cada instituição de atendimento médico, de assistência, de educação, cada tratamento individual deveria ter como preocupação permanente fazer evoluir sua prática tanto quanto suas bases teóricas”.

Para **Giovanni Berlinguer**:

“Além da pressão das indústrias e dos especialistas para o uso de instrumentos e de fármacos em excesso em relação às exigências do tratamento, além do abuso de internações hospitalares, existe também a necessidade de ser superada pela população a ideia de que sejam preferíveis os tratamentos que parecem levar consigo uma expiação de culpa; dessa forma, os medicamentos amargos são mais eficazes, as injeções são melhores que as pílulas, a confissão dos pecados é necessária para a cura. Por outro lado, foi observado pelo estudioso francês Michel Foucault, que a medicina moderna, prescrevendo ao doente de modo rigoroso e autoritário o que ele deve fazer para curar-se, rompe a sua relação com o mal. Isto é, obriga-o a romper com uma parte de si, que ele, ao contrário, deve fazer emergir do inconsciente para decidir-se voluntariamente a combater”

Peter Pál Pelbart nos coloca:

“Em dado período da história da psiquiatria vimos que o alienismo teve que vestir a roupagem médica para legitimar-se enquanto ciên-

cia. A colcha de retalhos que costurou para si não foi capaz de ocultar a violência pedagógica e moralizaste que constituía sua natureza mais íntima. Quanto ao resultado de seu esforço cientificizante, só pode ser visto como uma estridente ironia do destino. Ao tentar dar um substrato anatômico à categoria recém-criada de doença mental, aspirando ao reconhecimento da comunidade médica e científica, tudo o que a psiquiatria conseguiu, em suas circunstâncias edificantes, foi mostrar, ao contrário, que o patológico é fruto da civilização.

Ao buscar um corpo para a loucura, encontrou a história (...)”

Contribuir para o reconhecimento de novas concepções acerca do papel *Terapêutico-Educativo- Facilitador de Transformações* dos profissionais dos Cecco's, aliado a efetiva participação popular, enquanto planejadora, avaliadora, termômetro da ação dos serviços na compreensão da produção social do sofrimento psíquico, do processo saúde-doença, da dimensão da cultura manicomial e da atenção em saúde mental contrahegemônica, consolidará de forma estreita uma também nova e necessária concepção de “Qualidade de Vida”, em que a expressão da subjetividade e o exercício de cidadania sejam singulares e imprescindíveis.

Reflexões de **Gigliola Lo Cascio**:

“(...) Do momento em que as causas do mal não são mais procuradas nos deuses, mas nos homens, inicia-se a caça aos “corpos de delito”: bruxas, bruxos, marginais e minorias são perseguidos porque são considerados responsáveis pelas causas do mal. Nasce além disso a nova concepção da morte, não mais como passagem para o além, mas como ameaça à destruição da ordem social: e do momento em que não se consegue dar-lhe uma explicação aceitável, a única reação possível é a de afastá-la. aprisioná-la, separá-la. Os hospitais funcionam, assim, de um lado como antecâmara da morte, onde são recolhidos os doentes para liberar a sociedade das doenças e dos contágios. do outro lado, como prisão para os agitadores da ordem civil, para os vagabundos, para os mendigos, para aqueles para os quais as medidas de repressão são necessárias”.

Reflexões de **Peter Pál Pelbart**:

(...)loucos são internados juntamente com os doentes venéreos, os devassos, os libertinas, os sodomitas e os alquimistas - todos transgressores da nova ética do trabalho, nem propriamente miseráveis, nem doentes. “O que outrora constituía um inevitável perigo das coisas e da linguagem do homem, de sua razão e de sua terra, assume agora a figura de personagem”, explica Foucault.

A desrazão, antes inumana e onipresente, agora não passa de uma galeria de tipos desviantes, identificáveis e condenados. (...)

A desrazão era afetiva, imaginária e atemporal, a loucura será temporal, histórica e social. É assim que no próprio momento em que a desrazão é silenciada, a loucura é exibida de forma organizada e explícita, no escândalo de suas formas e, por trás das grades, numa distância protegida”.

Um exercitar diário - cotidiano de inúmeros resultados favoráveis vem fundamentar o investimento articulado de vários setores de políticas públicas municipais - o Intersecretarial - nos Centros de Convivência e Cooperativa, buscando entendimento comum na linha da complementariedade dinâmica e não da sobreposição setorizada, apostando numa parceria de cunho não institucionalizador neste “fazer saúde” afim de tecermos cuidadosamente uma “teia ecológica da subjetividade” em defesa de uma vida com qualidade.

“A prática vivenciada em uma gestão democrática e popular como a em curso no Município de São Paulo desde 1989, aponta para o reconhecimento de que a determinação do que venha a ser Qualidade de Vida, deva ser definida através do postulado de participação efetiva dos trabalhadores, mulheres, negros, homossexuais, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais... e todos os grupos que lidam por sua emancipação, na definição conjunta de metas e prioridades, traduzindo estes interesses nas políticas públicas visando:

- Ampliar e melhorar a qualidade dos serviços sociais, mas principalmente,
- Incentivar, no interior da sociedade, a difusão de relações sociais alternativas, objetivando a formação de pessoas capazes de decidirem, intervirem e se solidarizarem consigo mesmas e com os destinos da cidade.

A experiência Intersecretarial no Grupo de Trabalho “Cultura, Cidadania e Saúde Mental” demonstrou ser possível praticar política pública social de forma integrada avançada e criativa, desde que seus agentes institucionais assumam a postura de colaboração fraterna acima dos interesses corporativos (...). A cultura de ações setoriais fragmentadas, com sobreposição de objetivos e dispositivos dificultadores da ação Intersecretarial que ainda impera no setor público municipal clama pela necessidade urgente da Reforma Administrativa elaborada pela PMSP, “quesito” indispensável para um desempenho administrativo menos burocrático e mais eficaz na resposta às necessidades de humanização das relações sociais em nossa cidade”.

Relatório do G.T.I. Cultura, Cidadania e Saúde Mental, 1992

“Qualquer que seja o momento histórico em que esteja a sociedade, seja a do viável ou do inviável histórico, o papel do trabalhador social que optou pela mudança não pode ser outro senão atuar e refletir com os indivíduos com que trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades de sua sociedade”.

Paulo Freire, 1982

Será necessário um esforço conjunto, co-gereciado paritariamente, com a participação da população, no cotidiano dos Cecco's, na perspectiva da reorientação e reformulação de valores onde o repertório de cada indivíduo se potencialize e a abordagem de vários setores sociais sobre estes indivíduos se dê holisticamente.

Portanto a relativização de um dado saber e um dado poder, o reconhecimento do território, a relevância das condições de vida e da história coletiva e individual determinando a forma de ser e de adoecer das pessoas no mundo, aliados a escuta sensível à ressingularidades; concorrão para inaugurarmos um novo processo onde testemunharemos o desejo, a solidariedade, a crítica, a liberdade, a organização coletiva, o afeto, a cidadania... protagonizando o seu próprio “script”.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS E INDICAÇÕES NORMATIVAS: RECEPÇÃO – ACOLHIDA

A recepção - acolhida não significa “receber pessoas encaminhadas”, mas fundamentalmente um momento de “acolhimento” (amparo e hospitalidade) às pessoas que chegam para conhecer mais um serviço, muitas vezes após inúmeros encaminhamentos anteriores marcados pela burocracia e a não-escuta, desprovidos portanto, de afeto, de empatia, de possibilidade, consequentemente, do estabelecimento de vínculo.

No Cecco enquanto espaço aberto à escuta, ao olhar, a inserção imediata deverá ser facilitada sem “*a priori*”: de ficha de registro, entrevista, encaminhamento, papéis..., signos institucionalizadores típicos dos serviços públicos de saúde que intermediam a escuta, o olhar, o “vínculo” e anteparam a responsabilidade na não absorção de demanda - desejo - necessidade do outro.

Estando o Cecco estruturado fundamentalmente em ações abertas, poderá receber a quem chega de forma diferenciada, já proporcionando o mínimo de contato interpessoal e oferta de ativi-

dades que possam promover uma aproximação de vida, não burocrática, com quem procura.

Toda recepção - acolhida deverá possibilitar um conhecimento do local (caminhada, visita monitorada), e da proposta, para tanto todo Cecco deverá possuir como material subsídio a esta primeira e importante atividade de acolher o “novo” que chega, cartilhas, gibis e/ou boletins que esclareçam de forma simples e lúdica o que é o serviço dos Cecco’s em geral, e o seu papel no modelo de atenção à saúde como um todo além do cronograma de atividades daquele Cecco especificamente. Também deverá ser estimulada a apresentação de filmes-vídeos, de curta duração, que abordem a dimensão mais global da questão manicomial e os vários serviços substitutivos às instituições totais manicomiais (Hospitais Psiquiátricos, Asilos,...) destacando exemplos de funcionamento e depoimentos de alguns Cecco’s e em particular daquele em que se encontra o usuário.

FUNIONAMENTO RECEPÇÃO - ACOLHIDA

Deverá se dar todos os dias úteis, em qualquer horário no período de 8:00 às 17:00 (média do horário de funcionamento da maioria dos Cecco’s).

- Plantão de um técnico da equipe para a ação de recepção - acolhida diária
- Utilização de um bloco de registro que conste nome, endereço, idade, ocupação, procedência, motivo, de todos que procurarem o Cecco e a conduta do profissional.
- Realização de entrevista pormenorizada poderá se dar no mesmo dia da acolhida ou ser agendada para outro dia, dependendo da situação (no mapa de atendimento individual ou grupal).
- Em caso de usuário em crise, na acolhida, deve-se intervir imediatamente com abordagem técnica seguida de encaminhamento, com acompanhamento de um técnico se necessário.

Para tanto pressupõe sensibilização e preparação cuidadosa de todos profissionais do Cecco para a tarefa de recepção - acolhida (através de discussões, leituras e jogos).

Todo Cecco deverá ter exemplares de guias de serviços de saúde mental da cidade, gibis sobre Cecco’s e outros materiais gerais informativos (saúde, educação, cultura,...) que deverão estar à disposição da população para consulta e/ou distribuição.

O contato com este material deverá ser monitorado pelo profissional da recepção - acolhida como atividade oferecida ao usuário ou pequenos grupos de usuários que chegam (poderá se fixar rotineiramente alguns horários aglutinadores para esta exposição).

O compromisso essencial deste serviço deverá ser com a não institucionalização dos indivíduos, das diferenças, dos desejos, etc., não significando, entretanto ações desprovidas de planejamento, organização e limites (na ocupação de espaços/no cumprimento de contratos), mas que suponham uma relação entre seres vivos com direitos e deveres sob o princípio da responsabilidade e da solidariedade, portanto sob o princípio de uma nova ética, que deverá estar marcado explicitamente desde a chegada do usuário ao serviço.

ENTREVISTA INICIAL

Deverá possibilitar identificação de todo usuário e sua referência, quando houver, de acompanhamento de saúde em unidade especializada ou não, dado fundamental para a população alvo.

Deverá conter histórico de vida desde composição familiar, história ocupacional e de saúde, habilidades específicas, projetos de vida, interesses e expectativas.

Deverá identificar quanto ao Cecco como soube e porque procurou.

Em se tratando de população alvo estes dados serão imprescindíveis para um contato com os serviços, principalmente de saúde, a fim de se efetivar a referência e contra referência. Devendo ser uma prática dos profissionais dos centros de convivência e cooperativas o contato pessoal com os profissionais na unidade de saúde onde o usuário (pop. alvo) é acompanhado, possibilitando assim a integração necessária para uma ação mais globalizante junto ao usuário e garantia de retaguarda mútua.

ENTREVISTA DE ACOMPANHAMENTO

Deverá ser garantida a população alvo, uma vez ao mês, entrevista de acompanhamento, ou seja, troca de impressões e informações do profissional do Cecco com usuário e familiares sobre a qualidade da participação, da oferta de serviços e o significado terapêutico na vida destes. Esta entrevista poderá se dar individual ou coletivamente.

A indicação é que cada profissional da equipe técnica tenha a responsabilidade de acompanhar um determinado “montante” de usuários

A indicação é que esta primeira entrevista seja individual ou em grupo familiar realizada por profissional técnico, podendo ser agendada ou ocorrer no dia da chegada do usuário ao serviço, entretanto sempre após a acolhida.

A equipe técnica do Cecco deverá estar atenta, a partir da entrevista inicial, a inserção da população alvo em atividades/oficinas, devendo orientar a esta demanda, a partir de conhecimento de seu histórico de vida, quais atividades mais propícias e as menos indicadas para um primeiro momento. Isto significa que a equipe deverá ser vigilante quanto à escolha do usuário que não será de toda arbitrária, devendo ser monitorada e esclarecida quanto a possíveis cuidados ou riscos (Exemplo: usuário que faz uso de determinado medicamento que compromete respiração ou excita o organismo quando de superestimulação por movimentos, neste caso atividades que exijam grande desempenho motor como dança, corrida, aeróbica... deverão ser evitadas ou moderadas enquanto persistir a medicação).

(população alvo), a fim de possibilitar a vinculação e um melhor reconhecimento de participação e evolução destes.

A equipe deve se organizar e se predispor para esta tarefa de “adoção qualificada”, onde a empatia recíproca deve ser considerada na efetivação da tarefa, assim alguns técnicos serão a referência para alguns usuários, não exclusivos responsáveis, mas antes referência para a própria garantia de suporte e definição de atribuições na equipe, recriando códigos de vinculação.

REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA (Equipamentos de Saúde)

O centro de convivência e cooperativa poderá receber encaminhamento de todos os equipamentos de saúde, devendo em caso de população alvo receber anexado um relatório, de histórico e tratamento de saúde, pelo profissional responsável pelo usuário encaminhado.

A UBS (Unidade Básica de Saúde) é a porta de entrada do sistema e, portanto deverá priorizar a absorção da população alvo do Cecco, principalmente em se tratando de grupos com menores “chances de vida psíquica” (alcoolistas, drogaditos, psicóticos, suicidas).

Constituirá pré-condição à participação no Cecco o acompanhamento em UBS dos P.T.M. (portadores de transtorno mental) que careçam de atendimento ambulatorial em saúde mental.

A fim de sensibilizar e desmistificar as ações de saúde desenvolvidas pelo Cecco, através de novas consígnias terapêuticas é indicado que o Cecco de forma sistematizada desenvolva junto às UBS oficinas livres (expressão corporal, confecção de máscaras, vídeo, mímica, massagem, exploração de cores através de papel e plantas, etc...) principalmente junto às filas de espera de corredor, grupos de 3ª idade, ... funcionários e técnicos, como possibilidade de ampliar horizontes de aproximação e atração de usuários ao Cecco.

Em casos de surtos, crises de pessoas acometidas de transtorno mental, frequentadores do Cecco, caberá a equipe técnica sempre que avaliar necessário somente após tentativas de resposta no equipamento, encaminhar ao serviço de emergência psiquiátrica do P.S. do Hospital Geral de referência, o qual por sua vez deverá impedir o encaminhamento para internação em hospital psiquiátrico, se a internação for indicada esta deverá se dar em leitos psiquiátricos ou de clínica médica,

dependendo do quadro, no próprio hospital geral.

Necessária se faz a garantia a nível distrital e regional de uma sistematização de remoção de usuários do Cecco ao P.S., quando acionados pela equipe técnica, constituindo-se em prioridade.

Não obstante deverá se constituir em norma de conduta o acompanhamento, por no mínimo 1 (um) técnico do Cecco, aos usuários, população alvo, encaminhados a qualquer outra unidade de saúde (UBS, P.S. Hospital-Dia...), na qualidade de “acompanhamento terapêutico” que venha a facilitar a inserção e a preservar o valor terapêutico do vínculo, que gradativamente promova a ligação com um novo serviço (um novo espaço de contrato) e também de forma gradativa se afaste apostando no exercício de autonomia do usuário, e na capacidade de acolhida terapêutica destes outros equipamentos.

A avaliação para internação em enfermaria de saúde mental ou mesmo para tratamento intensivo em regime de hospital-dia pressupõe uma avaliação técnica mais minuciosa e especializada em equipe multiprofissional, devendo, portanto não recair tal atribuição somente à equipe técnica do Cecco. Entretanto a equipe do Cecco deverá apontar sempre que avaliar necessário tal conduta em relatório e/ou discussão do caso ao P.S. em caso de indicação de internação em enfermaria de saúde mental, e ao hospital-dia em caso de indicação de atendimento intensivo.

O Cecco deverá efetuar visita agendada a cada equipamento de saúde, a fim de conhecer o serviço, os profissionais, o conselho gestor, a característica da demanda, ... e de discutir e esclarecer sua normatização, objetivos, característica e oferta, devendo fornecer material de esclarecimento e divulgação do trabalho a todos os equipamentos.

REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA (Outros Recursos Sociais)

O Cecco deverá manter contato estreito com os recursos sociais pertencentes ao seu território de abrangência, e contatos gerais-pontuais com instituições ou recursos da cidade como um todo;

- Escolas
- Creches
- Associações (de usuários, de bairro...).
- Centros de Juventude

- Bibliotecas
- Centros Esportivos e Desportivos
- Casas de Cultura
- Teatros
- Cinemas e Cineclubes
- Rádios
- Movimentos Populares
- Sindicatos
- Centros Comunitários
- Igrejas
- Parques Municipais
- Fábricas

Objetivando tanto absorver demanda dos locais, conhecer a realidade destes e em alguns casos, garantir a inserção de usuários dos Cecco's nestes recursos; efetuar planejamento para ações conjuntas e troca de subsídios.

(por exemplo) ser atividade curricular de determinada cadeira-escolar, a visita ao Cecco de classes de alunos para o desenvolvimento de determinada atividade dirigida pelo professor e técnico do Cecco; empréstimo de livros pela biblioteca e desenvolvimento de oficinas de leitura)

Ao Cecco cabe efetuar visitas aos recursos da região da qual é referência, a fim de conhecer o serviço prestado e se fazer conhecido em seu objetivo de trabalho, para tanto subsidiando o

local com material de esclarecimento de proposta e de divulgação.

Em se tratando de Escolas e Creches caberá a equipe dos Cecco's visitas mais organizadas e sistematizadas que objetivem a sensibilização destes equipamentos, a fim de planejarem conjuntamente a utilização do Cecco por esta população institucional e, em contrapartida, ações mais dirigidas de Educação Popular em Saúde Mental, por parte dos Cecco's, aos usuários e à estrutura destas instituições educacionais.

Caberá ao Cecco à iniciativa de divulgação e apoio, como também parceria privilegiada e incondicional na viabilização do Projeto: Centro de Apoio e Projetos que introduz nas Escolas e Creches Municipais os considerados diferentes (portadores de necessidades especiais em geral deficientes, doentes ...), em espaços comuns (p.e.) em classes regulares, não especiais - sinal nítido de segregação -, com a retaguarda de salas de apoio com recursos materiais e humanos especializados para além do curso regular, aberta a interessados em geral.

Todo Cecco deverá montar cadastro e arquivo de recursos da comunidade local e geral da cidade, constando identificação, endereço, objetivo, filosofia de trabalho, tipo de oferta, a quem se destina, pessoa de contato-referência e telefone.

ATIVIDADES EXTERNAS COM MOVIMENTOS SOCIAIS, INSTITUIÇÕES EM GERAL E UNIDADES DE SAÚDE

- Sendo o Cecco um espaço facilitador de expressão de heterogeneidades, de espelho da sociedade manifesto na mistura dos inseridos mais aceitos e menos aceitos;
- Sendo o Cecco um provocador de valores ao arrogar para si a tarefa de colaborador na reinserção social dos discriminados, explicitando na verdade uma concepção para além do jargão, força de expressão "reinserção social", pois não há como reinserir o inserido, antes e fundamentalmente procurará refletir e questionar o conceito de inserção e a qualidade desta, identificando o grau de perversidade do lugar socialmente dedicado aos "diferentes";
- Sendo o Cecco um defensor da qualidade de vida e não obstante entendendo o ser humano enquanto um ser produtivo: de

vida/de sonhos/de trabalho-vivo/de prazer-desalienação/de construção/de originalidade-criação...;

- Sendo o Cecco um espaço possibilitador de participação num mundo do trabalho a partir da equação:

$\frac{\text{Convivência} + \text{Cooperação}}{\text{Produção Singularizada}} = \text{Poder Contratual}$
--

- Sendo o Cecco um palco privilegiado como um "laboratório de vivências e modelos de vinculação", questionador de uma dada normalidade e de uma dada relação com a Natureza;
- Sendo o Cecco um ousado instigador da atuação viva na vida, à mera contemplação da "natureza viva";

- Propõe o constante agrupar e o consorciar de pessoas organizadamente, a fim de discutirem o mundo através dos óculos da arte ou do estigma, mas sob a égide da convivência pacífica porém questionadora que a frequência das trocas pode possibilitar.
- Como o mundo fora do Cecco também convive, questiona e se organiza/desorganiza, é de extrema importância aproximar e ampliar horizontes dentro deste mundo comum. Assim deverá constituir tarefa prioritária dos profissionais do Cecco o contato para conhecimento e troca com os Movimentos, Entidades Sociais, outros da área a quem o Cecco abrange e é referência como Movimentos de saúde, educação, mulheres, negros, índios, culturais, ambientalistas, Pastorais, Sindicatos, Sociedade amigos... Igrejas, Terreiros de Umbanda, Candomblé,..., a fim de dar visibilidade a realidade local, promovendo junto a estes segmentos discussões e reflexões sobre a cultura manicomial, ou seja, a cultura da discriminação, da exclusão, da marginalização, da segregação e extermínio do que incomoda, do que é diferente, do que não se enquadra nos padrões de normalidade edisciplinada. Como também detectar espaços e práticas de equilíbrio psicossocial utilizados pela população.

Este processo de educação popular, onde se associa sofrimento mental e qualidade de vida das pessoas, onde se associa manicômio com fábrica, escola, asilo, família..., onde se associa aculturação e alienação, deverá ser protagonizado pelos Cecco's a fim de clarear cadeias explicativas e processuais de sofrimentos e mistificações, e acima de tudo favorecer a inserção de outros indivíduos nos canais organizados de mobilização da sociedade, valorizando ações que busquem preservar costumes, culturas, crenças de populações migratórias, por exemplo, e, portanto diferenciadas.

Portanto deverão ser planejadas, organizadas e avaliadas ações que promovam o fluxo: Cecco - Movimentos e Entidades Sociais - Cecco como atividade externa das mais fundamentais, que busquem resgatar as potencialidades e as identidades abafadas nos cantos dos bairros, regiões, sinais de sanidade de um povo de seu nome e raiz, e a participação efetiva da comunidade organizada na apropriação da coisa pública, principalmente do Cecco, via canais de co-gestão.

Outro aspecto do trabalho externo será o mapeamento *in loco* das instituições em geral que existem na região (Biblioteca, Cinema, Teatro, Escolas, Creches, Centros de Juventude, Fábricas,...) a fim de:

- Conhecer sua filosofia de funcionamento, objetivos, história, população alvo ...;
- Favorecer, quando interessar, o fluxo de referência e contra-referência;
- Colaborar na descrição do perfil da região onde se inserem os usuários do Cecco;
- Possibilitar discussões sistemáticas do Sentido do Manicomial;
- Impressões gerais.
- A confecção de relatórios das visitas a estas unidades/instituições deverão constituir arquivo valioso ao Cecco.

Com relação às unidades públicas de saúde, deverá caracterizar atividade inerente e condicionadora ao bom funcionamento do Cecco, o conhecimento das unidades de referência para a população alvo, em particular para a população acometida de transtorno mental.

Para tanto a visita destas unidades deverá se valer de ações organizadas e periódicas através de:

- Desenvolvimento de Seminários internos às Unidades com discussão de casos exemplares;
- Conhecimento e discussão das normatizações de ambos os equipamentos; - Visitas monitoradas ao cecco;
- Retorno sistematizado dos encaminhamentos realizados de uma unidade à outra;
- Planejamento e Organização conjunta de atividades comuns em qualquer uma das unidades (por exemplo: Gincanas de Arte "Fazendo Arte"; Mostra Livre "O que se sabe fazer"; Conversas dirigidas em filas de espera "Quem conta acrescenta uma ponta"; Almoço Comunitário; Roteiros para Educação Ambiental "Caminhada Ecológica" ...)

Importante ressaltar a necessidade de proximidade e troca entre os profissionais das várias unidades além de um conhecimento do local (instalações e propostas) a fim de facilitar um fluxo responsável e solidário, e não meramente burocrático.

O vínculo deverá constituir algo não teórico, portanto, quesito básico para o bom desenvolvimento do trabalho articulado.

As visitas e as ações domiciliares para o Cecco deverão ser uma prática pautada fundamentalmente na necessidade de garantir o acesso do usuário ao Cecco e de dar elementos para um melhor conhecimento das condições de vida de uma determinada pessoa ou família, variável sinalizadora de recursos internos e externos disponíveis a facilitar ou não, o processo de convivência, de cooperação e conseqüentemente de chances de vida de um indivíduo ou um coletivo em que este se insere.

Diferentemente da conhecida rotina da maioria das unidades de saúde, a visita e a ação domiciliar para o Cecco deverá possibilitar intervenções diretas ou indiretas, sempre que necessárias, na dinâmica familiar diária e oferecer orientações, principalmente de cunho social de direitos a bens e serviços e propriamente o exercício de cidadania (contribuição âncora do serviço social articulado ao restante da equipe).

A rotina do Cecco deverá estar marcada, de forma sistemática e planejada, por esta ação (visita e ação domiciliar), que carrega em sua essência dois dispositivos imprescindíveis ao fenômeno Convivência - Cooperação, para além dos muros do Cecco:

I. “Radar” identificador de situações geradoras ou fatos explícitos de marginalização, maus tratos, segregação (por exemplo, “cárcere privado”, abandono, violência, fome, exploração de trabalho, classe especial em escola comum, ...);

II. “Modelo Estimulador” de Educação Popular em Saúde Mental Comunitária e/ou de Leitura do Adoecimento Patrocinado pela Institucionalização, por envolver a vizinhança, referências da família, movimentos populares e sindicais, no compromisso coletivo para soluções conjuntas diante de situações geradoras de sofrimento.

Fator Desmistificador da “chamada loucura”, identificando e questionando os determinantes sociais do sofrimento mental, e Incentivador de ações comunitárias solidárias em acolher quem sofre mentalmente, potencializando os próprios recursos da comunidade (por exemplo, famílias substitutas à crianças, idosos, deficientes, doentes ..., mesmo que durante parte do dia, quan-

do do horário de trabalho dos “responsáveis”, afim de evitar o encaminhamento a instituições totais: orfanatos, casas para deficientes, asilos, hospícios, outros...).

Sendo os indivíduos seres de múltiplas relações e inserções em variados contextos (família, trabalho, escola, comunidade...), o que refletimos acima se aplica enquanto princípio a outros contextos mais fechados pela característica institucional (por exemplo, fábricas), considerando-se as devidas proporções e parcerias nesta ação (por exemplo, trabalho conjunto com Centros de Referência de Saúde do Trabalhador, Unidades Básicas de Saúde, Núcleo de Ação Educativa-NAE...).

A visita ou a ação apesar de constituir uma rotina do Cecco, também poderá ser solicitada por usuários, familiares, movimentos populares, instituições para sensibilização e/ou até avaliação de conduta.

Poderá a visita caracterizar-se enquanto recurso importante na compreensão de afastamentos ou ausência de usuários da população alvo ou não.

Portanto a visita e a ação domiciliar deverá funcionar como elo mais direcionado e expressivo de vinculação com indivíduos e contextos e não com números, CIDs ou prontuários.

O Cecco deverá se organizar para estar atento e pronto a ir ao encontro de quem lhe pede ajuda através de várias linguagens e formas, muitas vezes através da própria ausência.

OFICINAS (A linguagem de artistas-obreiros)

A arte tem um dever social que é o de dar escape às angustias da época.

Antonín Artaud

O Centro de Convivência a Cooperativa não deverá ser simplesmente sinônimo de oficinas, sua vocação não se assemelha a de uma escola profissionalizante, ou de espaço de cursos vivenciais, técnicos, ou ainda de espaço de lazer descompromissado e aleatório.

O Centro de Convivência e Cooperativa investirá numa auto-identidade de espaço propiciador à invenção de novas consígnias de expressão, relação, convivência, e poder de troca-barganha, confeccionados a partir do referencial próprio de cada usuário, tendo como pano de fundo, a ser considerado, um mesmo arcabouço social-ideológico a que todos estamos diferentemente submetidos.

A conjugação de vários elementos para a construção de novas consígnias se utilizará, na maior parte das vezes, do original ofício de “obrar” a própria vida à luz de sons, movimentos, cores, toques, expressões, olhares, falas, grunhidos... ingredientes combinados à criatividade, a renovação e a descobertas vocacionais-críticas, constituindo experiência singular e incentivadora de coletivização e negação do isolamento.

As oficinas enquanto atividades dos Centros Convivência e Cooperativas, internas ou externas, deverão constituir espaço facilitador à convivência não objetivando em primeira instância o ensinar e o avaliar de um dado aprendizado, sendo que o desejo ou mesmo a apreensão de determinada técnica ou conteúdo, poderão ser inspirados ou mesmo facilitados a serem desenvolvidos, como objetivo secundário, por vezes, em outros espaços ou atividades a serem formuladas pelo Cecco.

As oficinas deverão se caracterizar enquanto aglutinadoras de pessoas diferentes (oficinas heterogêneas preferencialmente). O instrumento facilitador desta aglutinação deverá ser a tarefa proposta pela oficina, fundamentalmente, evitando os “naturais” agrupamentos (culturalmente estimulados) por patologia, por dificuldades comuns, ou seja, por característica estigmatizante (por exemplo: grupo de psicóticos, grupo de deficientes, hipertensos, idosos ...)

Não obstante se pelo tipo de tarefa houver um maior interesse de determinado grupo heterogêneo, isto não constituirá desobediência às metas, estas são indicativas e provocadoras de postura vigilante-crítica por parte do corpo técnico em relação ao risco dos guetos, pela sua característica segregacionista, que paradoxalmente pode em dado aspecto significar “espaço-forma” de busca de “pseudo-proteção” em um dado conjunto estigmatizado, opção pelo isolamento coletivo ao isolamento individual. Há que se cuidar de maneira hábil e delicada a fim de se discernir este mecanismo perverso do agrupamento dos iguais, significando perpetuação de guetos à simples opção, por conta da senha - tarefa inspiradora e impulsionadora, de determinadas associações de pessoas com dadas características homogêneas.

Por exemplo: uma oficina de dança de salão que agrega pessoas de 3ª idade (idosos) em sua esmagadora maioria: poder ser entendido este fenômeno aglutinador homogêneo como um dado positivo ao processo de convivência e resgate histórico de identidade destes indivíduos, numa provável manifestação de prazer.

Portanto, o que há de novo e tecnicamente relevante a se explorar na concepção de oficinas, além dos objetivos, da composição de seus participantes, da construção de consígnias referenciadas na manifestação da subjetividade e na ressingularização dos indivíduos, é propriamente a forma que estas oficinas se apresentam.

Assim deverá se trabalhar a preservação da tarefa muito mais enquanto linguagem do que significação técnica com dado conteúdo programático a ser desenvolvido. Possibilitando uma aproximação de pessoas que queiram entrar em contato com a música, a dança, o teatro, a pintura sem exames pré-admissionais de aptidão e sem sabatinas periódicas de avaliação de desempenho. Exercício este bastante singular que estará sob a coordenação e vigilância de um corpo multidisciplinar que também estarão em curso de um ressignificado da própria ação profissional (postura, desenvolvimento, postulados teóricos ...)

Quando identificamos a linguagem como o aspecto qualitativo e diferenciador da oficina, das atividades dos Cecco's, identificamos um

dos aspectos fundamentais de sustentação da proposta de convivência, pois a linguagem será o instrumento guia de manifestação de signos, a serviço da comunicação entre indivíduos que poderão utilizar diversos órgãos do sentido ou mesmo elementos diversos, o próprio afeto para captar e expressar ideias, sentimentos, modos de comportamento.

A convivência, assim, irá assumindo um contorno de convivência tanto individual quanto coletiva, ou seja, de cada pessoa reconhecendo o seu próprio signo, decodificando o signo de outros indivíduos e resignificando um signo(s) grupais de manifestação de sentimentos, ideias, contatos; movimento este por si só analítico-crítico no seu tempo, na sua forma própria e bastante original pela simplicidade dos instrumentos utilizados.

Deveremos ir identificado processualmente as pessoas se agruparem em torno de tarefas como dançar, cantar, dramatizar, pintar, ... pelo prazer e/ou oportunidade que tais tarefas-linguagens proporcionam para a própria linguagem do corpo, da história, do afeto de cada indivíduo se fazerem ouvidas e fundamentalmente trocadas na relação com o outra, como um primeiro reexercitar de poder de troca subjetiva onde alguém se reconhece como determinante de algo próprio e original para poder oferecer, mostrar a outrem: sinal de identidade e diferenciação, elementos imprescindíveis a idiosincrasia, a construção de cidadania.

As oficinas deverão ter como alvo de preocupação, por parte de seus profissionais responsáveis, a reflexão diária da determinação social do sofrimento dos indivíduos manifesta principalmente na diferença de oportunidades, nas limitações impostas pelas condições de vida, de trabalho, na qualidade das relações interpessoais. Tal ação deverá objetivar um processo desmistificador e reorientador de nexos-causais na cadeia determinística do sofrimento das pessoas. Em se tratando de sofrimento psíquico patrocinado pelo estigma, pela segregação..., através da problematização da imagem e papel social veiculados acerca do indivíduo acometido por transtorno mental, do portador de deficiência, do idoso, das crianças e adolescentes de rua, ... se buscará no dia a dia da convivência, o questionamento, a reflexão e o enfrentamento conjunto, evitando negação da realidade ou mesmo atitudes de compaixão, racionalização e/ou explicações religiosas/místicas, principalmente por parte daqueles que monitoram, assumem a coordenação

ou acompanham voluntariamente. Os trabalhos, sendo de responsabilidade do corpo técnico subsidiar e supervisionar este desenvolvimento diário e promover discussões sistematizadas.

Por exemplo:

- Trabalhador mutilado na máquina de uma firma ou com depressão psicótica “ocupacional”- conviver com a diferença no Cecco pressupõe fazer a relação das condições e organização do trabalho a que esteve ou está submetido, a necessidade de horas extras, o stress ... e o acidente, o sofrimento;
- Criança portadora de determinada deficiência mental - conviver com a diferença no Cecco pressupõe recuperar a história gestacional, acesso ao pré-natal ao leito obstétrico e principalmente rememorizando condições de assistência ao parto e a chance-probabilidade das lesões ao nascer ... e o acesso obtido a esclarecimentos e orientações;
- Adulto suicida ou alcoolista - conviver com a diferença no Cecco pressupõe considerar o desemprego, a decepção no amor, a auto-estima ... e o desespero, a fuga;
- Criança de rua - conviver com a diferença no Cecco pressupõe considerar a migração, a exploração de mão de obra barata, a expulsão da escola, a fome, a violência, o abandono, o aliciamento, a corrupção e a aventura da “pseudo-liberdade” ... concorrendo para a desconfiança, a formação de guetos e a insensibilidade afetiva relacional-reacional;
- Idoso hipertenso. choroso - conviver com a diferença no Cecco pressupõe considerar o papel social da velhice caracterizado pela desqualificação, improdutividade, abandono, institucionalização ... carência de afeto, psicossomatização, solidão”.

A convivência não poderá se furtar à leitura de mundo, a visão de homem, a história de cada um será a partir do que está fora: arte, música, o esporte... que cada um poderá aos poucos falar (em diversas linguagens) do que está dentro, desde potencialidades até preconceitos, dores, culpas e sonhos, para novamente como numa espécie de espiral retornar ao fora e olhar sob outro ângulo através de outros instrumentais, talvez mais coletivos. Invariavelmente surpreendendo-se modificado em busca do delicado discernimento, incômodo necessário, entre a desigualdade e a diferença.

CONSIDERAÇÕES PARA OPERACIONALIZAÇÃO:

O planejamento específico, execução e avaliação diária destas atividades deverão ser feitas conjuntamente pela equipe técnica, oficineiros, voluntários e usuários.

As oficinas a serem oferecidas deverão atender fundamentalmente a demanda da população, devendo os recursos humanos e materiais se adequarem a tais necessidades. Embora algumas atividades despertem particular interesse de um grupo (por idade, sexo, característica de deficiência ou limitação, condição social, etc.) as mesmas não devem ser restritas a estes segmentos de pessoas. Todas as atividades devem estar abertas a qualquer usuário que possa se interessar por elas.

Deve ser observada a norma que propõe indicativamente um índice percentual para a garantia de heterogeneidade dos grupos-oficinas. (vide Metas).

Cabe à equipe técnica estar atenta aos diferentes interesses, possibilidades e limitações dos usuários, bem como estimular e favorecer a integração orientada ao grupo e a atividade.

Importante ressaltar uma cadeia na dinâmica das oficinas a ser observada a fim de não correr riscos, da ordem:

- Atividade pela atividade
- Descompromisso na vinculação
- Usuários submissos (pacientes) a um dado movimento técnico

Para tanto, deve-se considerar o processo de constituição e desenvolvimento de uma atividade enquanto processo grupal, estimulando e acompanhando a característica da interação, troca e comunicação que se estabelece entre os elementos do grupo e o produto final desta atividade.

É imprescindível a sensibilidade e a escuta para decodificar as senhas que facilitam ou não a participação de determinadas faixas etárias ou funcionam como “iscas” para determinados segmentos. Decodificar estas pistas contribui para uma melhor compreensão das especificidades dos vários segmentos, estimula a empatia e a criatividade em atingir a ampliação de participação. Pressupõe, portanto pesquisa, estudo e planejamento cuidadoso.

Destacamos alguns exemplos mais comuns de “linguagens-senhas-iscas” facilitadoras de aglutinação inicial de determinados grupos:

Dança de Salão; Artesanato; Roda de Conversa (histórias, casos, receitas, poesias); Tai-Chi-Chuan; Capoeira; Atividade de Circo; Leituras de Contos Infantis; Jogos de Mesa; Caminhadas; Brincadeiras Infantis; Ginástica; Música; Coral; Relaxamento; Ioga; Ikebana; Origami; Cerâmica; Cozinha Experimental; Horta; Jardinagem; Plantas Medicinais e Ornamentais; Trabalhos Manuais (tricô, crochê, corte e costura); Tear; Papel Reciclado; Sucata: Teatro; Bonecos-Fantoches; Marcenaria; Cartonagem; Confecção de Máscara,- Pipas e Instrumentos Musicais; Macramê, Argila; Jogos Esportivos; Massagem; Danças Populares e Folclóricas; Bocha: Artes Plásticas; Pintura; Expressão Corporal, etc. Deve-se cuidar e direcionar para que algumas oficinas, que por sua característica, propiciam um se constituir enquanto embriões de núcleos de trabalho-cooperativas possam ser desenvolvidas por iniciativa do Cecco, como é o caso:

por exemplo: da marcenaria, hortas, jardinagem, tear, cozinha, artesanato, cartonagem, papel reciclado, etc.

Toda oficina-atividade deverá contar com a participação atuante (não apenas de observador ou de provedor de infra-estrutura) de 1 (um) profissional do corpo técnico enquanto suporte específico ao oficineiro e/ou enquanto próprio coordenador.

As atividades Eventuais como palestras, passeios, assembleias, festas, participação em eventos comemorativos, feiras culturais, etc., são assim denominadas por não se constituírem atividades diárias, entretanto devem ser fruto da discussão e organização conjunta através da comissão gestadora. Salientamos o grande valor destas atividades que avançam para um espaço ainda menos protegido, pela sua amplitude pública, como o são os cinemas, os passeios em ônibus comuns, às feiras. a padaria, o mercado, a praça, o teatro, os eventos culturais, o zoológico, onde a questão da cidadania do diferente pode e deve ser escancarada afim de tensionar e provocar novas conquistas contratuais com a mesma “mater-sociedade”, genitora das desigualdades.

... Subiu a construção como se fosse máquina. Ergueu no patamar quatro paredes sólidas/Tijolo com tijolo num desenho mágico. Seus olhos embotados de cimento e lágrima ... Sentou pra descansar como se fosse um pássaro e flutuou no ar como se fosse um príncipe ...

Chico Buarque

Cabe a equipe do Cecco estimular, facilitar e promover a formação de núcleos de trabalho cooperado entre seus usuários, objetivando a retomada de participação no mundo do trabalho e numa dada produção: de bens, de serviços, de conhecimentos regidos pelo princípio da convivência e da cooperação.

Entendemos por princípios de convivência e cooperação, fundamentalmente uma nova qualidade de relações marcando contratos afetivos e de trabalho, ou seja, a decodificação do que são consideradas limitações e deficiências - *em diferenças*, e esta heterogeneidade gerando produções conjuntas, concebendo assim as pessoas num novo patamar de concepção de homem e de mundo.

Ao reorientarmos códigos estigmatizantes com função social estabelecida na direção da alienação, facilitadora da exploração e da manutenção da relação dominador/dominado, introduzirmos uma possibilidade de também re-significarmos o olhar sobre cada um de nós e sobre um coletivo, relativizando parâmetros de potencialidades e limitações de cada um, portanto identificando-as de forma não globalizante na vida dos indivíduos, enquanto determinantes prévios do fracasso ou êxito e sim enquanto características a serem questionadas, respeitadas e consideradas no momento em que atividades de convívio e de trabalho forem se estabelecendo.

Deverá assim ser estimulada a manifestação das potencialidades e a utilização destas na relação com o mundo do trabalho. Caracterizando as limitações e/ou dificuldades enquanto parte de um indivíduo e não a própria identidade deste. Superar “*a priori*” culturais impeditivos a novas conquistas, delegando ao desejo e a iniciativa o poder de alterar pressupostos aparentemente inquestionáveis

por exemplo: uma pessoa portadora de deficiência física, membros inferiores, que utiliza cadeira de rodas para se loco-

mover, decide desenvolver a capacidade de dançar. Estimular sua participação em atividades de dança deverá proporcionar fundamentalmente, a oportunidade de reorientação do conceito de dançar, rompendo padrões pré-estabelecidos.

Ninguém é deficiente mas antes “*porta*” ou está acometido de uma determinada “*não eficiência*”, para determinada ação ou tarefa, o que na verdade muitas vezes pode analogamente significar diferenças da ordem das vocações. Portanto o mais “*eficiente*” poderia ser o mais vocacionado a desenvolver determinada tarefa. Há que se estimular as eficiências às não eficiências a fim de ampliar chances de vida e de prazer aos indivíduos.

Conseqüentemente Os núcleos de trabalho, embriões de cooperativas se desenvolverão enquanto espaços de construção conjunta, complementar e somatória no investimento de força, disponibilidade e “*vocação-eficiência*” de cada um na produção de algo coletivo e não alienado, tendo como pano de fundo a discussão das condições de trabalho (processo, organização, ambiente) enquanto determinantes do sofrimento mental.

Assim a cooperação se inscreve no processo do Cecco como característica principal de identidade, ou seja, será através da colaboração, do afeto, do respeito e do investimento somatório que se chegará a uma produção coletiva. A produtividade competitiva, o trabalho repetitivo, a não apreensão do processo de forma globalizante e a não apropriação deste em sua organização desenvolvimento, aspectos característicos de um processo-organização de trabalho alienante, explorador e gerador de sofrimento, que deverão ser mais que evitados, deverão ser combatidos e constituir objetos de discussão explícita nos núcleos de trabalho.

A cooperação, por sua vez, sustentando a estrutura de produção. possibilitará que cada indivíduo contribua com o seu montante máximo de qualidade num contrato grupal de condições “homogêneas” de disponibilidade, investimento, responsabilidade..., homogeneidade balisada pelo *repertório-medida-máxima* de cada um, manifestada através do compromisso individual.

Assim cada um produzirá um dado produto, fruto de discussão e definição prévias acerca de um resultado a ser construído solidariamente a partir da contribuição do melhor de cada um na

dada construção. Consequente e coerentemente com estas considerações e pacto, a divisão do lucro deverá ser igualitária, quando da comercialização deste produto coletivo.

Por exemplo: Em 03 (três) dias de núcleo de trabalho - cooperativa um indivíduo, por suas características e limitações produziu 02 (dois) objetos da melhor forma que lhe foi possível e outro indivíduo produziu 05 (cinco) objetos, também da melhor forma que lhe foi possível, no mesmo grupo sob as mesmas condições de recursos de infra estrutura disponíveis, utilizando o mesmo tempo para execução. A divisão do lucro na venda destes produtos será igualitária, mesmo porque não se tratou de um contrato grupal competitivo e centrado na produtividade.

Portanto, o termômetro sinalizador deste processo e contrato de trabalho, reside justamente na homogeneidade de direitos em respeito às diferenças expressas muito mais na forma do que na essência dos deveres viabilizadores da produção conjunta. Testemunhamos assim um verdadeiro exercício de democracia e convivência responsável e indiscutivelmente muito mais difícil por sua característica contra hegemônica.

Nos núcleos de trabalho-cooperativas, diferentemente das oficinas de convivência, onde o produto final não é o mais importante, onde não há a comercialização e onde o contrato é feito objetivando outras metas, a participação dos usuários pertencentes à população alvo (acometidos de transtorno mental, portadores de deficiências em geral, idosos, crianças e adolescentes de rua, portadores de necessidades especiais) poderão se dar em agrupamentos independente da observância das mesmas taxas percentuais a serem cuidadas na composição das oficinas de convivência, com relação à população “tida normal”, pois a dificuldade de inserção no mundo do trabalho é maior com os estigmatizados, portanto deverão ter prioridade, mas não necessariamente exclusividade nas cooperativas.

Os agrupamentos poderão se dar associando necessidade de trabalho - desejo de desenvolvimento de determinada habilidade - resposta a determinada carência territorial

por exemplo; grupo de senhoras que desejam aprender a confeccionar pães diversos, roscas e identificam na região

a distância da padaria existente para os potenciais consumidores.

Deverá, portanto caber ao Cecco esta delicada tarefa de facilitar a associação destes aspetos e a definição do tipo de cooperativa em conjunto com os usuários, não obstante, observando as condições locais da unidade em poder favorecer o desenvolvimento da determinada opção.

Assim os Cecco's funcionarão como “Laboratórios provisórios” deste ofício de convivência-cooperativa com a ajuda e vigilância do corpo técnico, principalmente na discussão de 04 (quatro) pontos fundamentais:

- 1) Concepção de trabalho, de lucro, de capital, de cooperação e convivência.
- 2) Papel do Serviço Público enquanto facilitador inicial deste novo modelo.
- 3) O investimento em Economia-Popular.
- 4) Autonomia de Gestão e assessoria técnica do Cecco.

Laboratórios Provisórios, fundamentalmente, no que se refere à economia popular, autogestão e constituição de cooperativa, ou seja, aqui entra em cena o papel do Serviço Público. Num primeiro momento caberá ao serviço público oferecer material necessário ao desenvolvimento dos núcleos de trabalho, embriões de cooperativas

(por exemplo) sementes, adubo, espaço para a viabilização de hortas, quando da produção das hortaliças; caberá aos técnicos coordenar as discussões sobre o que fazer com a produção: consumir parte no próprio Cecco, dividir terça - parte com quem plantou para consumo particular e a parte restante vender? ou a venda somente das cenouras e o consumo da couve,?

Ou

(por exemplo) papel, tinta, cola, tesoura, plástico, cera, para a confecção de cartões e a comercialização destes, por exemplo, por ocasião do Natal.

Seja qual for a iniciativa todos terão o primeiro investimento favorecido pela unidade pública, sendo que a comercialização implicará na “devolução” deste investimento na forma de materiais de consumo para outras atividades de continuidade dos núcleos de trabalho, e a dife-

rença de dinheiro recebido ser a possibilidade concreta de se exercitar a divisão igualitária de remuneração ao trabalho cooperado.

Mesmo quando de materiais doados, muito comum de ocorrer nos Cecco's, o raciocínio deverá ser o mesmo de utilização, reinvestimento e possibilidade de remuneração igualitária. Daí denominarmos *laboratório* pela característica experimental e de *laboratório-ensaio* de um modo singular de associação, produção e emancipação gradativa, daí *a provisoriedade do ensaio-experimento*.

Esta passagem inicial para a constituição do grupo com identidade na tarefa, pactos claros e iniciação na própria coordenação e condução das discussões será o sinal da sua caracterização enquanto cooperativa propriamente, sinal também da possibilidade real de desligamento do serviço público e apropriação de outros espaços de forma autônoma, enquanto sujeitos em defesa da própria liberdade, autonomia e dignidade (por exemplo) saída para a construção de hortas em terrenos cedidos pelo governo, ou em terreno próprio.

O montante inicial de dinheiro para fazer movimentar este empreendimento fora dos muros do serviço público deverá ser fruto das primeiras iniciativas nos núcleos de trabalho no Cecco, com lucro dividido e parte ou integralmente aplicado a fim de constituir “fundo-capi-

tal” para emancipação e incentivo em economia popular. Este tempo processual também deverá colaborar na definição, conjunta e assessorada, de normas, objetivos, investimentos e organização da nova qualidade de associação à luz da cooperação e da convivência.

O papel do corpo técnico será de inestimável importância para a leitura da dinâmica das relações, no estímulo a solidariedade, na abordagem crítica frente ao mundo do trabalho que irá sendo constituído. Deverá assessorar a experiência de re-significado de autonomia e dignidade, durante o tempo que for necessário ou solicitado, mesmo fora da unidade pública nas cooperativas auto-geridas e expandidas.

Como incentivador do regime de economia popular o Cecco não promoverá convênio com fábricas, indústrias, etc. mas antes priorizará estímulo e assessoria ao consórcio de usuários na construção e invenção de suas formas de produção.

Em se tratando de população alvo, principalmente os acometidos de transtorno mental, o valor na efetivação deste contrato associativo constitui fator fundamental a sua resingularização, ou seja, o resgate da valorização, do exercício de cidadania quando da apropriação, pelo então estigmatizado, do seu poder de troca, de barganha, de compra e venda, de voz, vez e voto no jogo social.

COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

É indicado que 01 (um) técnico em cada Cecco seja responsável pela coordenação e educação popular sobre a proposta e a vida diária do Centro de Convivência e Cooperativa.

Deverão ser constituídas em todos os Cecco's oficinas de jornal e comunicação com os usuários para a confecção de seus próprios boletins que possam ser utilizados como subsídio aos usuários novos, aos visitantes e mesmo como veículo de comunicação interno ao serviço e externo com a comunidade em geral e os equipamentos sociais.

Estas oficinas deverão possibilitar a confecção de outros elementos de comunicação e difusão de produções literárias, poéticas,... dos usuários, que promovam a manifestação da memória-histórica territorial através de murais e painéis de poesia, cordéis, gibis, crônicas, contos infantis, memória-

-oral e transcrição em manual do local - cantigas de roda, brincadeiras, uso de ervas medicinais, estórias da história local, história da história -.....

Os núcleos de comunicação alternativa como jornal, rádio, da região em que se insere o Cecco, os grandes jornais locais, os núcleos de comunicação e imprensa dos distritos de saúde ..., deverão constituir contatos sistematizados dos Cecco's afim de favorecer o intercâmbio e a difusão das idéias, das produções dos Cecco's e da viabilização de uma Cultura Antimanicomial contra-hegemônica.

Deverá constituir atividades dos Cecco's a realização de festas, feiras, debates, sóciodramas-públicos ... Em elaboração conjunta com movimentos sociais e entidades locais, que venham a somar com os eventos próprios, folclóricos ou não, de determinada região em que está inserido ou mesmo

que venham resgatar identidades locais adormecidas (por exemplo concentração de nordestinos, interioranos ou imigrantes italianos, espanhóis...), inovando com propostas impulsionadoras de aglutinação e participação destes e outros moradores locais (por exemplo através de atividades de rodas de ciranda, quadrilhas e fogueiras, festa da macarronada, do tango e do sapateado..).

Deverá constituir atividades dos Cecco's a ordenação dos eventos comemorativos relativos a semana de luta antimanicomial por ocasião da comemoração do Dia Nacional de Luta 18 de maio - e a participação e divulgação das atividades comemorativas a nível da cidade.

ALIMENTAÇÃO X ATIVIDADES COM ALIMENTOS

Considerando-se o Cecco como um espaço aberto que não responde a “*guarda*” de seus usuários, guarda entendida como urna característica de rígida disciplinarização institucional, visto que a permanência e continuidade do usuário pode ser, muitas das vezes, determinada pelo interesse e desejo do mesmo;

Considerando-se a importância da construção coletiva de experiências de convivência onde o processo de conhecimento, produção, cuidado possa ser fruto de um confeccionar conjunto entre usuários e técnicos;

Entendemos que a questão da alimentação merece urna reflexão de seu papel neste contexto.

Ao analisarmos a importância da comida na vida das pessoas como expressão da própria sobrevivência, identificamos a ligação do ato de alimentar-se ao ato de manter-se vivo, expressão última de auto-cuidado, não necessariamente auto-estima, mas inevitavelmente preservação de vida.

Num “ritual” mecânico e diário de ingerir alguma coisa para saciar a fome ou mesmo para cumprir, um horário determinado culturalmente, é mais difícil se observar o processo do alimentar-se associado à convivência no agrupamento de pessoas como observamos em grupos de colegas de trabalho ou de adolescentes que se juntam para lanchar, para um café... e fazem daquele momento um verdadeiro encontro de trocas, de manifestação de ideias, afeto e prazer.

A alimentação é a senha mais comum e primitiva que favorece o agrupamento de pessoas e aproximações íntimas.

Entretanto também é a alimentação um fator sinalizador das carências e das desigualdades sociais a que está submetido um povo, por ser uma necessidade básica dos seres vivos, portanto acesso a ela constitui um direito de cidadania e um pressuposto à vida.

Assim, pensar em alimentação num espaço como o Cecco, onde a convivência entre os diferentes busca suscitar questionamentos e reflexões sobre as desigualdades, sobre a cidadania e busca acima de tudo favorecer a organização das pessoas e sua auto-estima, pressupõe pensar a alimentação como um instrumento tri-disparador:

- Disparador de reflexão do papel social que o não acesso ao alimento, diversificado e de boa qualidade, representa para o desenvolvimento dos povos;
- Disparador de reflexão crítica sobre o manejo *paternalista-assistencialista* utilizado pelas instituições, e suas consequências no comportamento e na formação de opinião dos indivíduos;
- Disparador de “*produção de auto-estima e solidariedade*”, propiciando um exercício simples e original de cuidado de si e do outro, reproduzindo, revivendo e recriando experiências absolutamente comuns a todos os indivíduos.

Este jeito de olhar o ato da alimentação nos remete a um cenário muito diferente do conhecido cenário institucional assistencialista que apesar de necessário, resguardadas as circunstâncias, a forma e o-momento histórico, aqui não está em avaliação de mérito, pois efetivamente, em sua essência; colide com as intenções dos Cecco's que deverão cuidar para direcionar e explicitar uma construção-processual-crítica de alimentação muito mais enquanto atividade com alimentos do que compromisso sistemático de prover refeições. Devendo tais atividades se constituírem enquanto consequência, entre outras, de um dado trabalho conjunto.

Assim caberá aos técnicos dos Cecco's trabalharem junto aos usuários o valor das hortas e canteiros, desde a descoberta da terra, o conhe-

cimento de seu cio, do seu temperamento associado ao tempo das estações, ao tempo do sol e da chuva.

Conhecendo a terra seu pulsar e limitações, poder reconhecer nela e se aventurar enquanto transformador desta mesma terra.

A responsabilidade no cuidado, o acompanhamento no processo de mudança da semente, a tarefa coletiva não taylorista na construção do produto final, serão elementos essenciais à confecção de uma comida cujo sabor tenderá a ser muito singular; não pelo segredo de cozinha na “*pitada esperta*” do sal, mas antes pela característica do contrato coletivo, onde as diferenças associam-se em suas limitações e possibilidades solidariamente efetivando uma produção.

Assim as hortas e os pequenos canteiros poderão cumprir também este papel de auxiliador da alimentação nos Cecco’s.

Entendendo, entretanto, que este cultivo é simbólico do processo de alimentarse, posto que não será possível o plantio de todos os ingredientes ou mesmo da maioria destes para a preparação de uma sopa ou outro prato qualquer.

Portanto deverá ocorrer previsão orçamentária onde se garanta a compra de alguns ingredientes básicos que auxiliem na viabilização de uma sopa diária ou almoços coletivos semanais, saladas, mexidos, sucos, chás, etc.

Vale ressaltar que tanto o plantio, a colheita, a preparação do alimento e a transformação deste num dado “prato” deverá ser a tarefa dos próprios usuários com a colaboração e sob a orientação de técnicos da equipe do Cecco, a fim de poderem vivenciar a formação da coisa viva, a sua transformação e a sua utilização para preservar outras vidas, numa cadeia simples mas que exige dedicação, trabalho conjunto e disponibilidade.

A horta é apenas um exemplo, apesar de conhecida e altamente facilitadora do processo

descrito, assim como também impulsionadora de outras aquisições onde esta experiência poderá ser pré-requisito, como a formação futura de núcleos de trabalhos cooperados na produção e venda de alimentos de cozinha alternativa, de hortas comunitárias,...

Entretanto onde não for possível o desenvolvimento das hortas poderemos pensar na transformação de alguns produtos básicos, em oficinas dirigidas preparando alimentos simples, visto que o importante é a experiência em confeccionar processual e coletivamente alimentos, símbolos concretos de sustentação de vida que proporcionem a vivência do cuidar de si e de outrem.

Assim exemplarmente, apenas com a existência de pães doados poderemos com alguns ingredientes mais e um forno de barro transformá-los em bolinhos, pudim de pão, etc. Ou mesmo com “todinho” de pacotinho e frutos servidos nos Centros Esportivos transformá-los em chocolate quente de bule, salada de frutas, torta de frutas, sorvete de chocolate ... Ou ainda promover almoços comunitários onde além do que se produziu coletivamente possam se somar contribuições trazidas da casa de cada usuário e funcionário, possibilitando um alimentar-se em conjunto, um encontro comunitário.

Finalmente cabe ressaltar que não será atribuição da unidade fornecer alimentação de forma sistemática e assistencialista, portanto, não deverá ter em seu quadro de lotação de pessoal cozinheiros ou auxiliares de cozinha. Não obstante deverá incluir em suas listagens de recursos materiais permanente e de consumo: fogão, geladeira, armários, pia, gás, panelas, utensílios, ingredientes alimentares diferenciados, segundo a realidade de cada Cecco. Deverá ser viabilizada a construção de forno de barro para a confecção não só de massas em geral (bolos, pães,...) como de queima de barro para oficinas de argila, e outras.

REUNIÕES

Reuniões Internas

REUNIÕES DE EQUIPE - onde deverão ser planejadas e avaliadas as ações gerais do Cecco, discutidas as relações de equipe, as dificuldades do trabalho, aspectos pertinentes à população alvo; apontadas as propostas e mudanças a serem encaminhadas a comissão gestora; discuti-

das questões técnicas, distribuídas as tarefas: comunicados os informes do CTA distrital, dos encaminhamentos da comissão gestora, informes gerais pertinentes, etc.

Deverão participar destas reuniões semanais todos os profissionais do Cecco e de outras se-

cretarias presentes no dia a dia do serviço (por exemplo professores de SME, agentes culturais de SMC desde que prestando serviços no Cecco). Poderão participar das reuniões os oficineiros e os voluntários.

REUNIÕES DA COMISSÃO GESTORA - onde deverão ser apreciadas as propostas de planejamento da atividade do Cecco, as dificuldades rotineiras, de relação intersecretarial; as

demandas dos usuários, dos funcionários e da administração, a fim de serem avaliadas e encaminhadas de forma deliberativa.

Deverão compor a Comissão Gestora de forma paritária representantes da população usuária, dos funcionários, o Coordenador do Cecco e representante de outras Secretarias Municipais ou Movimentos Sociais que estejam ativamente participando da vida diária da unidade.

Reuniões Externas

REUNIÕES ADMINISTRATIVAS - a equipe ou um representante deverão participar de reuniões administrativas convocadas pelo nível regional, local ou central, desde que avisados com antecedência, por memorando ou ofício, caso contrário deverá ser responsabilidade do coordenador avaliar e responder pela saída de membros da equipe.

REUNIÕES DOS GRUPOS DE TAREFAS - deverão ser incentivados Os espaços de discussão e aprofundamento sobre o dia a dia de construção do projeto - Cecco, através de grupos-tarefa, ou seja, encontros no nível central de representantes de funcionários e coordenadores de todos os Cecco's sob a coordenação de SMS, afim de estudarem, aprofundarem conceitos e através do cotidiano irem trocando e estruturando melhor as ações nas cooperativas, oficinas de convivência etc. Indica-se que estas ocorram quinzenalmente, na forma de comissões de trabalho.

Como atribuição dos grupos tarefas conjuntamente- com a comissão intersecretarial, fica indicada a realização de Encontros Abertos anualmente para se discutir a realidade diária dos Cecco's, cumprimento de metas, o impacto do serviço frente à Política Manicomial, a coerência com os princípios teóricos, éticos, ideológicos do projeto no cotidiano das atividades, a real apropriação e participação da população na execução diária, o investimento do intersecretarial, etc. Os encontros deverão ser organizados e abertos a vários segmentos: Funcionários de Saúde em geral, Usuários dos diversos Serviços de Saúde Mental, Movimentos Sociais, Entidades, Comunidade Científica, interessados em geral e o Governo Municipal.

As indicações de tais Encontros-Seminários deverão em forma de relatórios subsidiar deliberações sobre os rumos do Projeto.

FORUM DISTRITAL E/OU REGIONAL - indica-se a necessidade de se investir em reuniões quinzenais na forma de Fórum de Saúde Mental, aberto a todos os profissionais de saúde interessados na questão mental, juntamente com o segmento populacional representado nos Conselhos Gestores, a fim de discutirem integração de serviços e ações, fundamentalmente viabilizando o processo de referência e contra-referência, vital ao bom funcionamento do Cecco e a consequentemente desmistificação de seu papel no Modelo Antimanicomial.

CURSOS, SEMINÁRIOS, SUPERVISÕES - a participação em cursos, palestras, seminários e supervisões visam o aperfeiçoamento do profissional e portanto do trabalho que está sendo desenvolvido na unidade, devendo ser oficializada a liberação pelo coordenador junto ao Distrito de Saúde sem prejuízo do serviço.

“De perto ninguém é normal!”

Caetano Veloso

Compreendemos por população alvo os segmentos populacionais com menores chances de vida, vida “física e psíquica”, nosso olhar deverá, portanto incidir sobre as “chances” de manifestação de subjetividade, de autonomia, de cidadania.

Alvo deverá significar tão somente o nosso ponto de mira, nosso objeto primeiro e mais delicado, para onde deverão convergir esforços, planejadamente.

Identificamos que estes segmentos populacionais com menores chances têm sua identidade marcada pelo estigma que marginaliza e segrega, anulando possibilidades de convivência e troca, impedindo que a sociedade se incomode com estes seus “produtos”, como o são destacadamente os indivíduos acometidos de transtorno mental, os portadores de deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes de rua ...

Assim num lugar como o Centro de Convivência e Cooperativa onde se pretende a aproximação e troca de pessoas diferentes que possam reivindicar e conquistar chances de vida iguais, estes segmentos da população deverão ter seu acesso mais do que facilitado, diríamos garantido.

Caberá, portanto, ao corpo de profissionais o constante trabalho de localizar esta população, proporcionar fluxo dos serviços municipais, movimentos, entidades, a fim de convergir para a convivência em espaços públicos os indivíduos propositadamente afastados do convívio e depositados em clausuras domiciliares ou institucionais.

Não significa com isto que deverão, por ser alvo, serem exclusivamente o único objeto de preocupação. Deverá constituir preocupação fundamental Os usuários que correspondem ao segmento populacional classificado como “normal”, pois a dialética se fará aí neste encontro dos dois tipos de segmentos populacionais: os tidos *normais e os desiguais para* em esforço conjunto de convivência e cooperação, sob o cuidado técnico, transformarem-se num único alvo - *os diferentes* -.

A equipe técnica atentará para propiciar condições favoráveis ao acesso, a inserção e ao convívio destes vários segmentos. Entretanto, sempre vigilante, à convivência dos “diferentes” e não dos “iguais”.

Iguais enquanto homogeneidade de identidade firmada a partir do aspecto que justamente diferencia alguns segmentos populacionais de outros supostos normais, e portanto, “supostamente” indiferenciados - pressuposto dos guetos.

Assim ao observarmos agrupamentos por patologia ou condição: drogados, idosos, deficientes, pobres, famintos, abandonados na rua, ... enquanto as senhas dos agrupamentos promovidas pela organização do serviço, identificamos que estas características qualitativa e ideologicamente funcionam como sinais de marginalização para a exclusão de um dado convívio. Se consideradas tais características como aspectos de vida percebemos que os indivíduos podem se agrupar a partir de outras senhas, a tarefa, por exemplo, se agrupam independente e apesar destas características “marginalizadoras”; um exercício de individuação.

Em outra vertente de homogeneidade observamos a senha que aglutina utilizando o acesso aos privilégios, a bens e a uma qualidade de inserção social - pressuposto da elitização.

Ambos os pressupostos sinalizados atuam como fomentadores da cultura manicomial. ou seja, o caldo de valores e pensamentos sociais vigentes que escorre instigando relações de diferenciação pelo estigma e não pela idiosincrasia.

Portanto, não há de persistir dúvidas quanto a definição de população alvo: compromisso de sensibilidade em atrair e facilitar inserção responsável do que priorização na prestação de serviço marginalizador e muitas vezes alienante.

Foram os próprios movimentos organizados de pessoas portadoras de deficiências, idosos, etc. que reivindicaram no processo da história atual a necessidade da convivência dos diferentes em busca de um patamar de igualdades de direitos, questionando e re-significando o conceito de normalidade.

Portanto, será de vital importância, os Cecco's não se constituírem em espaços específicos ou exclusivos de doentes, deficientes, marginalizados, mas antes e fundamentalmente em espaços de encontros a partir das tarefas-facilitadoras, encontros promocionais de uma verdadeira contra-cultura de convivência em novas consignias de relações humanas.

“Uma coisa perdurará, que é a relação do homem com seus fantasmas, seu impossível. sua dor sem corpo, sua carcaça noturna: e, uma vez colocado o patológico fora de circuito, a sombria vinculação do homem à loucura será a lembrança intemporal de um mal desaparecido em sua forma de doença, mas que sobrevive como infelicidade”

Michel Foucault

“Toda espécie de amor é um descanso para a loucura”

Guimarães Rosa

Há que se inscrever “a lei” enquanto função que localize o “homem” dentro de seus limites de expressão de si, enquanto sujeito coletivo.

Haverá um tempo em que a função de dar voz e significado ao código interno “inconsciente” não será mais atribuição dos “facilitadores-exclusivos” que podemos denominar os “pensadores de dentro” (psis), mas certamente o mundo poderá se instrumentalizar em seu cotidiano-relacional para fazê-lo de maneiras diversas e inventivas na busca maior de um resignificado de papéis, sentimentos, impressões e manifestações de subjetividades.

Como aponta Guatarri, a ressingularização que carece de instrumentais também singulares, apesar do arcabouço técnico-teórico indispensáveis, se processará independente dos aventais brancos, ou seja, independente de um modelo médico de compreensão e abordagem do fenômeno: sofrimento mental.

Somos convidados, pois, a um exercício reflexivo com o projeto Centro de Convivência e Cooperativa em que condiciona aos que se lancem a ele, um desvencilhar de preconceitos e de proposição técnicas cristalizadas na abordagem do sofrimento humano.

Assim:

Em não se tratando de um serviço de encontros “free-lance”, descompromissados em lazer contemplativo e absorto;

Em não se tratando de mais um exemplar de depósito de discriminados, em massas homogêneas, pelos suas desqualificações;

Em não se tratando de um serviço que vise explorar intencional e demagogicamente a produção do “tido desqualificado” para exibi-la como o “fruto belo do ventre-lixo”;

Em não se tratando de uma versão maquiada e modernizada de instituição de guarda e assistencialista desenvolvida em espaços manicomial, marcados pela violência da disciplina-rização vigiada;

Em não se tratando de invenção de serviço para garantia de emprego a “malabaristas” -profissionais comprometidos com a lógica hegemônica de centralização de poder e autonomia estritamente técnica;

Em não se tratando de aventura experimental em negar o saber técnico e a responsabilidade do serviço público de saúde referenciado, sobre a saúde dos indivíduos;

Em não se tratando de descientificizar a ação terapêutica inscrita em *novo setting*;

Em não se tratando de mitificar ou converter em espaços mágicos a possibilidade resultante de transformação das chances de vida dos indivíduos marginalizados;

Em não se tratando de concorrer setorialmente à autoria da reinvenção de novas formas de fazer saúde;

Vamos identificando oportunamente, após afirmativas elencadas, um contorno simples e bastante original que indica ao Centro de Convivência e Cooperativa o papel de colaborador diferenciado no processo terapêutico dos que sofrem psiquicamente e dos que sofrem pela condição de estigmatizado. A terapêutica neste contexto se inscreve sob outro contrato, que se distancia do usualmente padronizado, tanto pela formação acadêmica quanto pela prática profissional privada e a sua fiel reprodução nos espaços de saúde pública.

As senhas que introduzem os profissionais neste lugar “desprotegido” de divã, sala de espera, distanciamento pessoal, cartões de retorno, tempos cronometrados, portasfechadas, são senhas antigas e conhecidas que de original trazem tão somente o instrumental que utilizam para se manifestarem, pressupondo em contrapartida, interlocutores munidos de uma nova visão da prática terapêutica frente ao sofrimento psíquico.

Tais senhas deverão localizar-se no Cecco já a partir da dinâmica de relações onde a escuta, a entrada, proporcionem o acolhimento do outro

e cuidem para que o afeto e a confiança processem o vínculo sob novos dispositivos contratuais, valendo-se de cenários privilegiados e comuns como as oficinas, facilitadoras de coletivização e individualização.

A leitura da fala do desejo deverá se dar associada a outras falas, como as linguagens variadas nas oficinas-atividades, assim, longe de ser uma “laborterapia” o que deverá se processar é a terapêutica da vivência do “se relacionar”, mesmo que esta se faça intermediado por uma ação que poderá ser dançar, pintar, cantar ou mesmo caminhar e apreciar um por do sol. Há de se considerar também o histórico vivencial asilar, institucionalizado ou não em cada indivíduo, a fim de que o rendimento da intervenção terapêutica possa proporcionar ao usuário do Cecco a internalização de vivências novas, de contato com os desejos próprios e alheios, e a reeducação para novos hábitos e desempenhos sociais.

Assim o que, observamos, na ação dos profissionais, é o surgimento de um novo postulado: a ação terapêutica-educativa, por sua intensidade e ampla abrangência junto à vida psíquica, a visão de mundo e ao desempenho de um novo papel social dos então marginalizados-segregados, e dos coadjuvantes-parceiros deste processo os “tidos normais”, numa clara ação pedagógica.

O terapêutico enquanto *setting* no Cecco, entretanto, deverá se diluir para além da oficina (tarefa circunscrita), se pretende manifesto desde a mais simples e primária vivência de circular neste espaço, de conviver com suas normas construídas conjuntamente, de se misturar em ações rotineiras e comuns como comemoração de aniversário, tomar um lanche, ir ao cinema ... sendo que nas oficinas, pela característica da problematização de questões e ações, toda retaguarda a. dificuldades no relacionamento, inadaptação ou conflito, deverão ser objetos da ação profissional-técnica.

Será no encontro do indivíduo consigo mesmo em seus ensaios de singularização. No encontro com o outro explicitamente diferente, que deverá residir à essência do terapêutico, promovendo um sentir e um pensar resignificados num processo verdadeiramente *Terapêutico-Anárquico*, por não se constituir enquanto psico, ocupacional, fono ... terapias em seus paradigmas mais convencionais.

A fim de sintonizar coerentemente com a proposição da determinação social do sofrimento psíquico, uma prerrogativa que não constitui privilégio dos acometidos por transtorno men-

tal, toda ação verdadeiramente terapêutica deverá ser antes não alienante, não encerrada na leitura unilateral da fala dos desejos, dos objetos internos ..., mas alçar também para a leitura do “fora” problematizando o lugar e o papel social de cada um, marginalizado ou não, e de um determinado grupo.

Entretanto apesar do leque de ações e cobertura atribuídas ao Cecco, sua vocação é essencialmente de Fomentador de Saúde. Seu objeto é a vida, a chance e a diversidade de manifestação desta, a qualidade desta vida em movimento e em interação com outras tantas expressões de vida.

Ter a vida por objeto primeiro significa muito mais do que a preservação desta, comumente exemplificada na ausência da doença ou da assistência à doença, mas antes e fundamentalmente é a qualidade desta vida o que está em cena em suas características mais diversas, desde o acesso a bens, a cultura, a educação, ao trabalho, a convivência, a história... até o direito de cada indivíduo se exercitar sujeito de seu próprio “destino”, patamar máximo de respeito a vida, o direito de cidadania, uma espécie “rara” de saúde.

Se avançarmos na direção do concreto cotidiano do serviço poderemos nos deparar com situações que inspiram um tipo de assistência não à doença, mas de proteção à vida, esta mesma vida protagonista primeira do Cecco.

Trocando em miúdos será comum até como parte, estereotipada ou não, da identidade do estigmatizado-segregado, se apresentarem ao convívio acompanhados de diferentes “elementos”, que por sua concretude e sinal absoluto de “miséria e risco”, introduz não só a possibilidade de reflexão acerca de seu significado simbólico ou não, na ordem da auto-estima, de expressão de abandono e animalização ... mas inevitavelmente introduz o risco real de convivência pelas características concretas não subjetivas, impositivas ao franco convívio humano.

Assim o usuário da população alvo, principalmente, que se apresenta

(por exemplo) com piolhos, unhas compridas e sujas ... e de certa forma provoca no grupo reações de afastamento, comunica uma mensagem que precisa ser decodificada e não psicologizada ou negada, desde dificuldade concreta de cuidado, até dificuldade da ordem da auto-estima.

Entretanto seja no nível do grupo de usuários, seja no nível do corpo técnico as ações deverão ser tão concretas quanto à situação exemplificada.

- **Como realizar tal ação sem perder o caráter terapêutico-educativo e sem recair na caracterização assistencialista?**

A opção poderá ser de transformar as ações em atividades onde a tarefa focal possa ser, por exemplo, o cortar a unha, o limpar os cabelos, o escovar os dentes, ... o cuidado de si e do outro, na forma de oficina que discuta estas questões em suas necessidades, dificuldades e significados onde todos participem inclusive os profissionais técnicos; e/ou ainda a opção poderá ser dos profissionais do Cecco investigarem e proporem intervenções da própria família, problematizando a questão com eles no espaço do Cecco ou no domicílio.

Outra situação exemplar e também impeditiva de convívio numa outra ordem, poderá ser descrita pela necessidade de:

(por exemplo) viabilizar a feitura de carteira de identidade, companhia para ir ao banco receber direitos, para ir ao tratamento na UBS, dar encaminhamento a questões judiciais, participar do Coral-Cênico da Saúde Mental, conseguir vaga em escola pública regular...

Além de surgirem muitos elementos de análise e compreensão da dinâmica de vida do indivíduo ou grupo de indivíduos, sem sombra de dúvidas, deverá constituir papel do Cecco e conseqüentemente da equipe de profissionais, a facilitação destas conquistas tanto na localização de soluções fora do Cecco e portanto devendo informá-las, quanto na disponibilidade do profissional do Cecco em desempenhar o papel deste *acompanhante qualificado "provisório"*, também facilitador de uma conquista - das mais singulares, de autonomia e poder contratual.

O importante a ser frisado é que tanto no primeiro quanto no segundo exemplo descrito acima toda ação deverá estar revestida de valor terapêutico-educativo tanto para os usuários quanto particularmente para os profissionais, ou seja, problematizá-las e, preferencialmente de forma coletiva, buscar resposta no próprio grupo de convívio e no seio da família, quando houver.

Assim, mesmo tendo como atribuição no papel dos profissionais ações aparentemente assistencialistas e desqualificadas pela não es-

pecificidade técnica, estas assumem o caráter de senhas reais de defesa crítica da vida, que reinventem um modo de fazer saúde, fomentando o exercício de cidadania.

Entendendo o fluxo de referência e contra-referência no modelo de atenção à saúde mental, vale ressaltar que apesar das vocações complementares e não nivelares dos vários serviços, deve-se observar os princípios de equidade, universalidade, integralidade e regionalização nas ações, porém, quanto ao princípio da hierarquização não será aplicado à saúde mental. Pois bem, isto deverá significar que o fenômeno sofrimento mental nas formas mais variadas que se apresente carece de abordagens que considerem o valor terapêutico do vínculo, vínculo-referência a pessoas, local, experiências.

Conseqüentemente, no que diz respeito ao cecco, mesmo em momentos de crises, surto, delírios, uma outra conduta deve entrar em cena que não a burocracia do encaminhamento e a aplicação cindida e automática de um modelo de fluxo tomado ao avesso e rigidamente, desarticulado de afeto e de avaliação prognostica relacional-circunstancial.

Assim sendo, muitas serão as vezes que deverá constituir ação dos diversos serviços de saúde mental e particularmente do Cecco, o suporte, a continência técnica-afetiva à situação de sofrimento extremo, a orientação familiar, e/ou acompanhamento individual enquanto facilitador de participação, ocorrendo em nome de uma compreensão mais dialética do sentido do terapêutico e do assistencial, do fluxo, da referência e contra-referência da atribuição vocacional de cada serviço de atenção..., instrumentais a serviço do bem estar do homem e não o contrário.

Deve-se, portanto relativizar preposições através do bom senso, da responsabilidade coletiva e do exercitar miúdo e diário de um, também, novo *feeling* terapêutico.

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CECCO (Um Ensaio a Transdisciplinariedade)

A utopia que perseguimos com o projeto Centro de Convivência e Cooperativa é basicamente a conquista de uma nova qualidade nas relações entre os seres vivos, relações que possam estar marcadas pela expressão dos desejos e a disponibilidade em se “empatizar” com o outro em suas singularidades e diferenças.

Este tipo de conquista deverá, quiçá um dia, não carecer de corpo técnico especializado para facilitar, nada mais nada menos, do que um patamar simples, original e pouco difundido entre os “homens” que é a predisposição à fraternidade, ao encontro crítico consigo e com o mundo, a uma espécie de convivência não alienada e não discriminadora.

Entretanto consolidar esta conquista pressupõe processo lento e trabalhoso onde um corpo técnico especializado ocupa papel de indiscutível e indispensável valor.

Na mesma medida da necessidade deste corpo profissional, polariza-se um outro ponto de valor que é a especificidade e as armadilhas que esta representa, pela trajetória histórica que as disciplinas “do humano”, preocupadas com a leitura das falas do mundo, travam com a ciência afim de se legitimarem; e neste vão de insensibilidade na percepção da vida acabam, por vezes, se prostituindo frente a história.

Mas deverá se apostar e investir na contribuição e na constante reciclagem dos multiprofissionais imprescindíveis a uma reformulação da saúde pública e no resgate da seriedade e resolutividade desta.

Assim, uma equipe básica de profissionais de categorias diversas, não médica, pela vocação mais promotora de saúde dos Cecco's, deverá atuar integralmente revendo posturas básicas que a academia postulou.

Não se realizarão contratos para psicoterapias, terapias ocupacionais, terapia fonoaudiológica ... mas antes e fundamentalmente a partir do singular de cada um destes lugares (de construção de conhecimentos) se desenhará um novo lugar de construção de conhecimento onde as diferentes contribuições específicas se consorciem em torno de um mesmo objeto: “*a vida em convivência e em cooperação com suas multi-caras*”. Superar um modelo de relações e trabalho comumente vertical e compartimen-

talizado, constituirá adubo necessário a construção de uma transdisciplinariedade, ou seja, analogamente a convivência dos diferentes no Cecco, a junção de vários e diferentes saberes produzindo cooperadamente um novo saber.

Não constitui opção aleatória a composição da equipe técnica profissional deste projeto, entretanto, não podemos deixar de admitir que tais categorias não são exclusivas ou insubstituíveis. Não se faz necessária uma aventura na argumentação do porque não outras categorias profissionais, exercício insólito, mas sim na argumentação objetiva e básica do porque estas categorias.

Dentro do quadro da saúde as disciplinas que por excelência trabalham o indivíduo enquanto ser social em relação consigo (objetos internos, desejos) e em relação com o mundo (sociedade, direitos, trabalho, educação, comunicação, relações interpessoais...), foram convidadas a compor o quadro do Cecco a fim de contribuírem para a leitura e ação sobre o fenômeno do sofrimento psíquico, do sofrimento humano.

Adequando instrumentais, revendo abordagens, *setting* ... cada especificidade deverá contar fundamentalmente com a sensibilidade individual de cada profissional e a disposição em se alterar como pessoa a partir de um patamar de conhecimento e acúmulo reconhecidos e valorizados.

Assim num campo como o Cecco onde as diversas linguagens são as senhas facilitadoras na subjetivação de relações e trocas que ousam questionar, em exercício de análise e síntese, conceitos e preposições pré-estabelecidas na direção da autonomia e da reinserção no mundo do trabalho construindo poder de barganha não é difícil se tecer exemplarmente uma *Liga*:

- Entre o fonoaudiólogo e a sensibilidade junto à consígnia dada pela fala concreta, da comunicação. do cantar e se identificar com os sons que contam e reorientam histórias, posturas e relações...;
- Entre o psicólogo e a sensibilidade junto à consígnia dada pela fala do desejo, do subjetivo entremendo relações, do diferente e o estigma, indicando hiatos na convivência a serem amparados e lidos...;

- Entre o terapeuta ocupacional e a sensibilidade junto a consígnia dada pela fala construída de elementos históricos e internos manifesta na ação produtiva individual e coletiva de caráter crítico-questionador ...;
- Entre o assistente social e a sensibilidade junto a consígnia dada pela fala do fora, do acesso a informação de direitos e deveres, do acesso a uma compreensão crítica de um mundo normativo em movimento ...;
- Entre o educador em saúde pública e a sensibilidade junto a consígnia dada pela fala de uma produção de sofrimento humano, entrelaçando cadeias explicativas que introduzam a determinação social do dado sofrimento e as suas brechas de transformação ...

Este exercício em identificar as *Ligas* é puramente didático, estático e exemplar, visto que a dinâmica deverá ser em movimento espiral e como tal, muitos trocarão de lugar com outros e se surpreenderão em ações novas, porém, revestidas de um referencial interno e de (armação peculiares).

Caberá aos outros profissionais de apoio técnico: auxiliar de enfermagem, vigia, auxiliar administrativo da saúde, serventes ... a possibilidade também de reciclarem e se arriscarem neste espaço diferenciado de trabalho como colaboradores deste processo de re-significado das relações.

OFICINEIROS E VOLUNTÁRIOS: o intersecretarial deverá tornar realidade a entrada destes novos e importantíssimos personagens que trarão efetivamente fôlego a intervenção dos

pensadores-leitores do fenômeno humano (corpo técnico), e se agregarão na construção da transdisciplinariedade.

Caberá a estes profissionais também um repensar de suas práticas enquanto programáticas, avaliativas a avançarem para práticas fomentadoras de vivências livres que estimulem o despertar de repertórios não padronizados e referenciados, particularmente, em critérios individuais próprios, relativizando valores maniqueístas e não facilitadores de ressubjetivação como o feio e o bonito, o certo e o errado, o bom e o ruim...

Assim, estes obreiros da arte, da música, da dança, do plantio, do esporte, da literatura, do tear, do teatro ... trarão ao alcance de todos a senha específica, em forma de linguagem solta, de instrumentais valiosos e caros a um garimpo processual: de se fazer criativo, de se fazer singular, coordenando oficinas temáticas sob o princípio da convivência, contando com o apoio do corpo técnico especializado e captando a “arte” popular-local, afim de transportá-la para a atividade da oficina, num processo de valorização do referencial do outro e de despertar de novas vocações e potencialidades.

Portanto contar com estes personagens-profissionais no trabalho diário do Cecco, impulsiona a otimização do papel da equipe técnica no trato mais subjetivo da qualidade da convivência nas atividades em geral; e traz escarradamente a beleza da diversidade: trampolim disparador de vivências arriscadas, pelo “generoso” grau de liberdade na direção da (re)invenção.

PARTICIPAÇÃO POPULAR (O controle social através do co-gestão)

“O verdadeiro Poder segreda, em sua essência, o hábil exercício da parceria e da relativização”

I. C. L

O pressuposto básico para a definição das atividades a serem organizadas e propostas pelo Cecco é o planejamento e a avaliação conjunta entre as secretarias existentes no local (podendo ser diferente a composição em cada Cecco), a representação dos funcionários e a população usuária organizada. Compondo assim o Conselho Gestor.

Sinal expressivo de democracia, coerência com as deliberações das Conferências de Saúde e compromisso com uma forma descentralizada e popular de administrar o bem público, é o investimento aberto nas formas de Conselhos Gestores Tripartites.

Nos Conselhos Gestores Tripartites a paridade e a identidade deliberativa, acerca do planejamento, segundo características territoriais, encaminhamentos e avaliação, configuram o contorno necessário à viabilidade do controle social sobre o serviço público.

Logo, deverá constituir prioridade por parte dos Cecco's, com a assessoria distrital, a formação dos Conselhos Gestores observando a paridade e a singularidade deste serviço onde as três partes: Administração, Funcionários e Usuários apareçam de forma pluralista, ou seja, pela natureza intersecretarial, tanto administração quanto funcionários possam vir de vários setores-secretarias diferentes, e mesmo o segmento usuário, por sua característica múltipla, pela expressiva participação de movimentos organizados, como meta, enquanto "usuários" dos Cecco's além dos individualmente representados.

Portanto, caberá em cada unidade a avaliação de seu perfil e a partir daí a adequação qualitativa na composição do Conselho.

Indicamos que pela importância da participação do segmento organizado: movimentos sociais, de entidades, outros, se realizem periodicamente

(trimestral ou semestralmente) plenárias abertas que possam discutir as mesmas questões de relevância do Conselho Gestor, afim de:

- viabilizarem um canal legítimo de participação de segmentos tão variados;
- subsidiarem a própria discussão do Conselho Gestor na qualidade de indicadores de propostas.

O modelo adotado enquanto composição tripartite-paritária pela PMSP respeita o deliberado pelas Conferências Municipal e Nacional de Saúde a saber:

Administração	25%
Funcionários	25%
Usuários	50%

ATRIBUIÇÕES DAS VÁRIAS SECRETARIAS AUTARQUIAS, EMPRESAS ... MUNICIPAIS NOS CECCO'S

A viabilidade da abrangência do serviço que o Centro de Convivência e Cooperativa propõe está intrinsecamente ligada a ação conjunta de natureza singularmente intersecretarial, pelo pioneirismo da ação, que requer atribuições diferenciadas e explicitadas na vontade política e na previsão orçamentária de cada setor.

O Grupo de Trabalho Centro de Convivência e Cooperativa, o Colegiado de Saúde Mental e o

CTA da Secretaria Municipal de Saúde acatam o deliberado pelo relatório do Grupo de Trabalho Intersecretarial: Cultura, Cidadania e Saúde Mental que discorre, entre outras coisas, as atribuições de cada segmento municipal em relação à viabilização Intersecretarial do serviço Centro de Convivência e Cooperativa, condição que visa assegurar as ações cotidianas do projeto (vide Relatório em anexo).

METAS E PERCENTUAIS INDICATIVOS PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA

Composição da Equipe:

- 02 (dois) Psicólogos
- 02 (dois) Terapeutas Ocupacionais
- 02 (dois) Assistentes Sociais
- 01 (um) Fonoaudiólogo
- 01 (um) Educador em Saúde Pública.
- 01 (um) Coordenador (nível universitário)

Totalizando 09 (nove) Profissionais Técnicos em sua maioria com jornada de 40 horas/semanais

- 02 (dois) Auxiliares Administrativos da Saúde
- 01 (um) Atendente ou Auxiliar de Enfermagem
- 02 (dois) Serventes
- 02 (dois) Vigias

Obs.: Como .uma conquista técnica da própria categoria foi contemplado a nível de composição de equipe 01. (um) Educador em Saúde Pública para cada Cecco com jornada de trabalho de 20 horas/semanais.

ATIVIDADES INTERNAS

70% - das atividades deverão ser internas ao Cecco

Indicações de distribuição:

45% - coordenação ou acompanhamento de oficinas, cooperativas, atividades dirigidas e não dirigidas (vídeo, brinquedoteca, biblioteca ou cantinho de leitura, abordagens livres)

25% - atividades de rotina eventuais: - recepção e acolhida;

- Entrevistas;
- “atendimentos” individuais ou familiares - plenárias de usuários
- Almoço comunitário - festas
- palestras
- reuniões internas

Taxa Percentual - indicativa de distribuição de usuários por oficina/atividades dirigidas:

População Alvo - compor 50% das oficinas/atividades

Indicação de distribuição a fim de se privilegiar os acometidos de transtorno mental:

30% - Portadores de Transtorno Mental (P.T.M.)

20% - Idosos, Crianças e Adolescentes de rua, Portador de Deficiência, Portador de Necessidades Especiais (I./CR/AR/PD/PNE)

50% - População Geral

Exemplo da média por atividade:

Oficina com 20 (vinte) participantes:

06 (seis) P.T.M.

04 (quatro) outros da População Alvo

10 (dez) População Geral

Importante ressaltar que é aproximadamente (=), pois a realidade local territorial, o processo de implantação e fundamentalmente a sedimentação de uma nova cultura antimanicomial:

- tanto nos serviços - expressas no sucesso de uma rede de referência e contra referência
- tanto na comunidade - expressas na qualidade e intensidade de apropriação da coisa pública e do acesso para exercício de cidadania de usuários em geral (população alvo ou não) no Cecco;

Sinais de compreensão e convencimento de novas senhas para o relacionamento humano e cuidado da saúde, independente de taxações fixas normativas.

Sem dúvida, constituirá fruto de longo processo de trabalho, imprescindível criativo, intenso, dedicado, e não discriminador, de um corpo técnico articulado a outros profissionais e segmentos populacionais.

Portanto esta indicação em taxa percentual é puramente aproximativa, pois acima de tudo pretende ser um termômetro para garantia de não guetos (apenas doentes, ou acometidos de transtorno mental ou apenas população geral principalmente na composição das oficinas), e não constituir camisa-de-força normativa, um contrasenso aos princípios do próprio projeto Cecco.

ATIVIDADES EXTERNAS

30% das atividades deverão ser externas ao Cecco. Indicações de distribuição:

20% - Atividades com movimentos sociais e populares, entidades em geral, instituições de saúde, reuniões administrativas, grupos de terapia, fóruns.

5% - Visitas e Ações Domiciliares

5% - Passeios ou Atividades Externas de Socialização (pic-nic, zoo, cinema, teatro, feira andar de ônibus, mercado, visitas a outros Cecco's, bibliotecas, etc).

Caracterização em Estimativa (frequência, duração, atribuição, participação) 20 (vinte) oficinas por semana:

Sendo:

04 - (quatro) oficinas por dia (24 à 6a feira)

08 - (oito) oficineiros por semana, sendo que cada oficineiro poderá desenvolver 02 oficinas por semana sobre a mesma temática, de preferência.

05 - (cinco) Núcleos de Trabalho - Cooperativas (proposta de serem cinco núcleos diferentes com temáticas também variadas, com frequência a ser definida pelo grupo interessado. Poderá ter frequência diária).

Média de duração das Oficinas:

02 (duas) horas de execução

01 (uma) hora para planejamento e registro/semanal

Média de duração dos Núcleos de Trabalho-Cooperativas:

03 (três) horas de execução

01 (uma) hora para relatório e discussão/diária

Média de acompanhamento ou coordenação de Oficinas e/ou Núcleos de Trabalho-Cooperativas por profissional universitário:

05 (cinco) por semana

Média de participantes por Oficina:

20 (vinte) participantes

Média de participantes por Núcleo de Trabalho-Cooperativa:

15 (quinze) participantes

Será atribuição do corpo técnico acompanhar todas as oficinas na qualidade de coordenação ou de co-coordenação, quando da existência de oficineiro-coordenador. Este corpo especializado de profissionais terá a clara atribuição técnica de *leitor-interventor-facilitador* da convivência dos diferentes, cuidando para que a tarefa não se esvazie de significado, perpetuando alienação. Assim como, não obstante, deverá atentar, para quando da necessidade,

de ação específica junto à dinâmicas geradoras de sofrimento individual ou coletivo no grupo e efetuar intervenção direta ou indireta.

As oficinas deverão ser realizadas em duplas (técnico/oficineiro, técnico/técnico, técnico/voluntário).

As atividades ordinárias ocorrerão de 2ª a 6ª feira, na maior parte dos locais, em períodos de 08 (oito) horas diárias. Deverão ser organizados plantões, com cada 3 (três) profissionais. Por sábado ou domingo, 1 vez por mês.

Cada profissional deverá se dispor a um “plantão-final de semana” de 06 (seis) horas/bimensais, entretanto estes plantões deverão ocorrer com planejamento e em consonância com a característica e realidade local que justifique a importância deste investimento.

Atividades extraordinárias poderão ser propostas respeitando-se o mesmo princípio anterior de necessidade local-territorial associada a possibilidade e interesse do Cecco.

Média de Plantões de Recepção-Acolhida:

Contando com a equipe de 08 (oito) técnicos, excluindo o coordenador, cada técnico deverá ter em média 05 (cinco) plantões/mensais (manhã e/ou tarde).

Média de Passeios ou Atividades Externas de Socialização:

01 (um) mensal

Média de Visitas-Ações Domiciliares:

04 (quatro) ao mês (deverá ser realizada por uma dupla de profissionais, considerando a equipe de 09 (nove) profissionais).

Média de reuniões:

Reunião de Equipe: 01 semanal/4 horas duração
Reunião de Planejamento: 01 quinzenal/2 horas duração
Reunião de Supervisão - 01 quinzenal/3 horas duração

Divisão de Atividades em horas semanais por profissional universitário

Carga horária calculada por profissional - (40 horas/semanais)

15 (quinze) horas - oficinas e núcleos de trabalho - cooperativa

04 (quatro) horas - recepção - acolhida e entrevista

05 (cinco) horas - atividades dirigidas, não dirigidas e eventuais.

03 (três) horas - atividades com movimentos sociais, instituições em geral, unidades de saúde.

02 (duas) horas - passeios ou atividades externas de socialização

01 (uma) hora - visitas e ações domiciliares

10 (dez) horas - reuniões internas e externas, supervisão e cursos.

Portanto deverá responder ao seguinte parâmetro indicativo percentual:

24 (vinte e quatro) horas atividade interna: 60%

06 (seis) horas atividade externa: 15%

10 (dez) horas reunião/supervisão/curso: 25%

Metas em Estimativas de “Potenciais” a serem construídos

(porém condicionados a investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Espaço Físico)

- Estima-se a capacidade “potencial de absorção”, aproximadamente de 120 pessoas/dia utilizando o Cecco.
- Pesquisamos e avaliamos que a média estimada de “potencial na frequência” do mesmo usuário seja de 04 (quatro) horas/diária em 03 (três) vezes por semana.

Os usuários podem utilizar o Cecco todos os dias, pelo período que desejar.

O Cecco deverá estar aberto com atividades diariamente, não justificando seu fechamento para fins de reuniões de rotina (por exemplo).

A coordenação da Unidade e a equipe deverão se organizar a fim de, na ocorrência de reuniões que envolvam muitos componentes do Cecco, viabilizarem rodízio ou outro recurso que possibilite a continuidade do serviço prestado à população, com qualidade.

QUALIDADE DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DE UMA ECOLOGIA DA SUBJETIVIDADE (A Utopia do Cecco)

“A Felicidade morava tão vizinha que detolo até pensei que fosse minha”

Chico Buarque

“Nada a temer senão o correr da luta nada a fazer senão esquecer o medo abrir o peito a força de uma procura fugir as armadilhas da mata escura ... Vou descobrir o que me faz sentir eu caçador de mim”

Milton Nascimento

A vida aqui protagonizada é a vida plena em suas manifestações mais diversas, num encontro de olhares, sons, movimentos, projetos, cheiros ... uma espécie de “natureza”.

A “natureza” do humano, a “natureza” do animal, a “natureza” da natureza. Naturezas que deixam de ser naturais (pré-determinadas e homogêneas) para se singularizarem diferenciadas em confronto direto com o Estabelecido.

Esta preposição de reinventar o olhar comumente lançado sobre o “conhecido-estabele-

cido” concorre para uma apropriação histórica do mundo e de si, e neste apropriar reorientar papéis e verdades a partir de referenciais outros, mais individuais e coletivos, pela dialética da ação, sinal inquestionável de qualidade de vida.

Portanto como manifesto de afronto aos métodos coercitivos, medicalizantes e segregadores o Centro de Convivência e Cooperativa vem de um lado possibilitar esta *idiosincrasia* - sinal de criatividade e individualidade, e de outro possibilitar a *coletivização organizada* na conquista de saberes e de poder capaz de barganhar com o mundo sua própria transformação.

Uma delicada e fina costura que dá Liga e Substrato ao surgimento de uma Ecologia da Subjetividade, que encadeada em espiral dinâmica vai operando sobre os desejos, convívio e produções; Criando uma atmosfera de cumplicidade entre todos os “tecelões desta imensa teia qualificada pelo respeito à vida; na busca de promover aos indivíduos o encontro desalienado “do que se é e de tudo que se pode ser”.

Assim há que se explicitar e valorizar Os mais tímidos sinais de subversão de uma ordem dis-

cipladora de energia libidinal, de energia criadora, mantenedora de um *status quo*.

O que dizer de uma subjetividade manifestada e processada na vida de indivíduos que mesmo que temporariamente trocam:

- o efeito alucinógeno de uma droga como a cola, o esmalte, o craque, pela atividade de em conjunto constituírem outras viagens com pipas, bonecos, teatro, malabarismos... se aventurando a um autorizar-se de resgate de infância, de releitura da própria *trajetória-histórica-pessoal*, de dribles com a sorte para garantia de vida.
- a condição de descartáveis humanos, na suposta improdutividade, nos moldes produtivos do capital, pela chance auto-concedida de produtores-criativos de ações adormecidas, vitais a outros indivíduos, gerando as cadeias complementares, (por exemplo através de: rodas de contos de história/coral), possibilitando manifestação de desejos e potencialidades

Tantos poderiam ser, exemplarmente, os sinais concretos de construção desta tão perseguida qualidade de vida, onde o prazer de conduzir os desejos de construção de uma “espécie” de felicidade própria em conjunto com outras espécies de felicidades alheias possam eleger a fantasia como parceira não alienígena mas antes indicadora de singularidade, sob a égide da liberdade e da solidariedade.

Um sinalizador muito caro e de valor histórico ao processo de elaboração deste arcabouço teórico-prático do sentido da convivência cooperada, foi o nascimento do CORAL -CÊNICO DA SAÚDE MENTAL. Um ensaio intersecretarial, um ensaio acima de tudo de *intersubjetividades* que a essência do projeto *diário-concretizado* dos centros de convivência e cooperativas impulsionaram a partir de ideias ousadas e solitárias que consorciadas germinassem um exemplar de Cooperativa de Arte. Onde a beleza e a sonoridade ocupam partituras e cenários muito primitivos por sua característica comum e emocionantemente surpreendentes por sua singularidade em reinventar o agradável talvez uma espécie também comum de utopia e, conseqüentemente, de uma “espécie” de qualidade de vida.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAL SOBRE CULTURA, CIDADANIA E SAÚDE MENTAL

(Referente a1ª Parte do G.T. - Centro de Convivência e Cooperativa) JUSTIFICATIVA
(Análise e Considerações)

PROPOSTA DE UM PROJETO DE LEI-CECCO (Texto e Anexos) CENTRO DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA

Justificativa

Entendendo a questão da Saúde Mental num prisma mais globalizante, identificamos como cenário privilegiado de determinação do sofrimento mental, as más condições de vida e de trabalho, a teia de relações que se estabelecem culturalmente na promoção da discriminação, da desvalorização da expressão de subjetividade dos indivíduos, na valorização da relação de castas e perpetuação de desigualdades, e desestímulo à produção coletiva.

Observamos a difusão dos pressupostos das instituições totais, presentes na matriz de sus-

tentação das instituições em geral, como “norteadores mor” de um processo de institucionalização, ou seja, impeditivo da expressão e do exercício de cidadania valendo-se portanto da discriminação, da marginalização, da segregação e exclusão do diferente, do “desviante”, sob o parâmetro da disciplina e da norma vigente, expressos na lógica da “pseudo-verdade” das dinâmicas escolares, do acesso e assistência à saúde, das políticas de urbanização.

Portanto fazer saúde mental, pensar saúde mental, pressupõe um desmonte de estruturas

determinantes de sofrimento, exige ações múltiplas e conjugadas de vários setores governamentais, condição básica ao enfrentamento da cultura manicomial, a cultura de segregação que gera sofrimento, adoecimento e morte física-psíquica, sustentadas pelo pensamento eugenista impregnado na história e cultura de nosso povo.

Assim, uma Política Municipal de intervenção na área de saúde mental deverá ser implementada por uma ação intersecretarial que garanta o trabalho multidisciplinar que a tarefa exige.

Esta ação se traduziu na atuação do Grupo de Trabalho Intersecretarial “Cultura, Cidadania e Saúde Mental”, constituído pela Portaria 112, de 30.03.92, pela Senhora Prefeita, composto por representante das secretarias, autarquias e empresas municipais (SMS, SME, SMC, SEME, SSO, DEPAVE, SEHAB, SEMAB, SMT, COHAB, CMTC, Guarda Metropolitana e Corpo Municipal de Voluntários) coordenado pela SMS, que realizou reflexão coletiva sobre a questão da saúde mental, buscando compatibilizar as especificidades de cada área em uma intervenção mais integrada na cidade.

Contribuindo dessa forma no processo de re-significação do conceito de saúde mental, coerente com a abrangência que se tem imprimido à noção de cidadania, cumprindo assim o poder público municipal sua tarefa educativa, em sua interlocução com o município e com o servidor.

Concretizando na disponibilidade de espaços físicos, recursos humanos e materiais a viabilização, de fato, desse trabalho junto à população.

Na concretização dessas diretrizes destacamos, entre outras ações, o Centro de Convivência e Cooperativa que se caracteriza como um espaço alternativo-substituto, ao modelo manicomial assistencialista, segregacionista, hegemônico em nossa cidade representado pelo Hospital Psiquiátrico.

Nos Centros de Convivência e Cooperativas são desenvolvidas atividades coletivas de cunho cultural, artístico, esportivo ou educacional com a finalidade de modificar as relações sociais e também pessoais, no cotidiano de segmentos populacionais: doentes mentais, portadores de deficiências, idosos, crianças e adolescentes de rua, portadores de necessidades especiais, num convívio direto em agrupamentos heterogêneos, juntamente com a população tida como “normal”; com vistas a uma reinserção na sociedade.

As ações de convivência através da intensificação dos contatos interpessoais de grupos diferenciados constituirão a tradução do enfren-

tamento à discriminação, à marginalização e à segregação, expressas, exemplarmente, em situações como: a criança abandonada, a mulher desrespeitada, o jovem desempregado, o viciado, o idoso sem sonhos e sem vez, o indivíduo sem prazer, sem possibilidades de projetos de vida, sem direito de cidadão.

Para realização deste trabalho os Centros de Conveniência e Cooperativa foram idealizados e instalados em espaços públicos (Parques, Praças, Centros Esportivos ou Desportivos e Centros Comunitário de Cohab ou Espaços que se caracterizam como públicos), como um serviço que valorize a vocação destes espaços e amplie suas potencialidades possibilitando a população em geral a real apropriação no uso destes locais de forma organizada, crítica e criativa, assessorada pelo serviço público na facilitação de um uso amplo, na interlocução entre comunidade e suas formas de organização.

As atividades desenvolvidas integrarão necessidades diversas sistematizandoas, em propostas diárias que objetivem a construção conjunta de uma nova qualidade de vida., monitoradas responsabilmente por equipes técnicas e equipes de apoio.

Vale destacar a potencialização dos espaços externos como áreas verdes, áreas livres, quadras, ... enquanto cenário privilegiado de atividades e utilização dirigida. No entanto, deve ser considerada a necessidade de utilização de espaços existentes ou a serem construídos que viabilizem ações de convivência em salas de múltiplo uso, ateliês, galpões e quiosques, sinal circunscrito de urna intencionalidade de ação em oferta planejada, não espontaneísta, mas aberta ao uso livre e organizado de todos os interessados.

É importante ressaltar a característica das atividades enquanto expressão da necessidade da população usuária, enquanto resgate de sua cultura, o que vem de encontro à valorização da história e da identidade desta mesma população.

Num primeiro momento favorecendo a conveniência através da riqueza que é a linguagem artística (dança, artesanato, música, teatro, artes plásticas...), da linguagem esportiva, cultural ... (jogos de mesa, jogos de quadra, relaxamento, massagem, ... rodas de conversa, folclore local, culinária, utilização da terra, prática orientais milenares...) para, processualmente favorecer a organização destas pessoas e o seu despontar em ações cooperativas de cunho produtivo e de reinserção na economia popular.

Compatível com os princípios da não discriminação e da convivência dos diferentes, as ações cooperativas devem integrar, na produção e comercialização, indivíduos cuja sobrevivência não pode estar submetida aos princípios da avaliação de mérito e da produtividade. Tanto a produção junto a comercialização, deverão se subordinar a capacidade e limitações de cada um nas suas diferenças, sendo assim coerente com os princípios básicos do processo de convivência.

As atividades de convivência e de cooperativa se constituem dessa forma, em irradiadoras nos espaços comunitários e nas sociedade em geral, de uma nova concepção e prática de relações sociais realmente humanas, democráticas e superadoras das desigualdades.

Pela sua vocação de facilitador de relações, de promotor de convivência e estimulador de organização coletiva e valorizador de manifestações artísticas e culturais da população local, **independente** de sua condição social, de saúde, econômica, raça, cor, idade, sexo, religião, ..., deverá contribuir na construção de uma nova qualidade de vida.

PROPOSTAS:

Elaboração de um Projeto de Lei que cria os Centros de Convivência e Cooperativas como serviços intersecretariais idealizados para espaços públicos como Parques Municipais, Centros Esportivos, Centros Comunitários de Cohab's, Centros Desportivos Municipais, Praças ou outros espaços públicos e adequados aos princípios do projeto.

O Centro de Convivência e Cooperativa deverá se caracterizar enquanto um serviço de espaço público, no qual está inserido. Portanto será parte integrante das ações que caracterização o próprio espaço público devendo o planejamento de suas atividades estar em consonância com as necessidades e perfil da demanda da comunidade local, para a qual será referência.

Quando da existência de uma administração local, no dado espaço público, o serviço no centro de conveniência e cooperativa estará submetido a esta administração, no que diz respeito a gerenciamento geral, -do local como um todo. Em centros comunitários da Cohab/SP esta prerrogativa não será observada. Deverá ser constituído em todos os locais, um conselho gestor no qual as secretarias envolvidas na execução local, o coordenador do Cecco, a administração do espaço, quando houver, e representantes de

funcionários e usuários deliberarão sobre planejamento e avaliação das atividades a serem oferecidas, de modo a facilitar integração, ações conjuntas e garantia de acesso e participação de toda a população interessada.

Por ser o Centro de Convivência e Cooperativa um serviço que objetiva fundamentalmente a ousada tarefa de reorientar valores contratuais a nível social e cultural dos considerados “diferentes, desviantes, deficientes, incapazes, perigosos ou insanos”, com o restante da população considerados “adequados, sadios, produtivos, normais”.

Por ser o Centro de Convivência e Cooperativa um serviço que utiliza como instrumento de trabalho da linguagem artística, esportiva, cultural, artesanal ..., enquanto facilitadora de convivência e produções, carecendo portanto de orientação dirigida e assessoria técnica permanente.

Por ser o Centro de Convivência e Cooperativa um serviço impulsionador de reflexão e questionamento de valores, estimulador da organização e desenvolvimento de potencialidades, que busca a mistura dos diferentes de forma a não favorecer “guetos”.

Por ser o Centro de Convivência e Cooperativa um serviço que necessita de aparato técnico específico afim de viabilizar responsabilmente a execução e acompanhamento diário do projeto como garantia de vigilância crítica à integração dos serviços de saúde, ao desenvolvimento individual e coletivo, a convivência dos diferentes e de retaguarda técnica a situações novas em grupos heterogêneos ou não, que envolvem relações interpessoais e necessidade de suporte a momentos mais suscetíveis de crises, surtos ou dificuldades específicas.

Faz-se indiscutivelmente necessária a formação de uma equipe técnica multiprofissional capacitada a orientar, dirigir, acompanhar, estimular, integrar, ou mesmo assessorar o desenvolvimento diário das ações em cada Cecco da cidade, bem como uma equipe de apoio; implicando na criação de cargos, conforme quadro de pessoal anexo (**Anexo A**)

Esta equipe deverá estar subordinada a um técnico de nível universitário, que desempenhará a função de coordenação das ações do Cecco, administrando a vida funcional da equipe técnica e da equipe de apoio.

Anexo A

Quadro de Pessoal

CARGO	CATEGORIA	PROVIMENT	TOTAL CARGOS	
			1992	1993(-92)
01	COORDENADOR (*)	SMS	19	11
02	PSICÓLOGO	SMS	38	22
02	TERAPEUTA OCUPACIONAL	SMS	38	22
02	ASSISTENTE SOCIAL	SMS	38	22
01	FONOAUDIÓLOGO	SMS	19	11
01	EDUCAD. EM SAÚDE PÚBLICA	SMS	-	30
01	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SMS	19	11
01	AGENTE CULTURAL	SMS	19	11
03	A.A.	SMS	57	33
01	PROF. ED. FÍSICA(**)	SMS	19	11
01	PROF. ED. ARTÍSTICA(**)	SMS	19	11
02	VIGIA	SSO-SEPAVE	38	22
03	SERVENTE	E/OU SMS E/OU SEME	57	33
02	AUX. ADM. DA SAÚDE	SMS	38	22
	TOTAL PARCIAL		418	242
TOTAL GERAL CARGOS			660	

(*) Nível Universitário

(**) Estes Profissionais desenvolverão atividades educacionais, ou seja, de cunho educativo nos Cecco's, estando amparados pelos princípios vigentes no Estatuto do Magistério publicado em DOM de 27/06/92.

OBS: Deverão ser contratados oficineiros, como trabalho temporário. Pela característica da demanda o tipo e a frequência de oficinas deve variar dando oportunidade a diversificação - indicada pelos usuários, como forma de aglutinar pessoas numa determinada tarefa. Caberá, portanto, a SMS repassar a verba a SMC para a contratação de oficineiros, ou seja, artistas, artesãos,

etc ..., com aptidão e conhecimento de técnicas específicas de dança, artesanato, mímica, canto, marcenaria, cerâmica, costura, conto de história, tear, grafiteagem, mágica, confecção de bonecos, malabarismo, tai-chi-chuan, culinária, etc, que através da realização das oficinas de convivência, usem estas linguagens, não como curso, mas sim como instrumentos que objetivem aglutinar e coletivizar as pessoas e seus mundos internos.

Deverão ser em média 08 (oito) oficineiros por Cecco, considerando a característica local de real necessidade de cada Cecco, durante o período de no máximo 06 (seis) meses, e possível renovação, sem contanto caracterizar vínculo empregatício com o Serviço Público.

ATRIBUIÇÕES INTERSECRETARIAIS:

CABERÁ AO CORPO MUNICIPAL DE VOLUNTÁRIOS manter corpo de voluntários nos Cecco's. Para isto deverá fazer recrutamento e o cadastramento constante de voluntários junto à sociedade bem como, em trabalho conjunto com os técnicos dos Cecco's, treinar os inscritos, garantindo a avaliação e reciclagem dos mesmos, capacitando-os a lidarem com a heterogeneidade dos usuários. Cabendo ainda ao C.M.V.. o investimento em campanhas de esclarecimento e informação sobre o papel dos Cecco's e dos voluntários neste serviço.

CABERÁ À GUARDA CIVIL METROPOLITANA a lotação de guardas metropolitanos fixos nos equipamentos onde existam os serviços dos Cecco's, se responsabilizando em parceria com a S.M.S. por treinamento e reciclagem específicos de forma a atender as necessidades do serviço e da heterogeneidade de seus usuários.

Equipe técnica, equipe de apoio, agentes culturais, professores, voluntários, guarda metropolitano, etc. comporão um mesmo corpo de trabalho, uma mesma equipe com atribuições diferenciadas.

CABERÁ À COMPANHIA DE HABITAÇÃO/SP o repasse dos Centros Comunitários ou áreas para a implantação de Cecco's nos conjuntos habitacionais, cabendo às demais Secretarias a implantação, administração e manutenção dos Cecco's.

Caberá também o investimento em campanhas de esclarecimento e informação junto aos moradores dos conjuntos habitacionais sobre a proposta e funcionamento dos Cecco's em geral.

CABERÁ À SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO auxiliar na implantação e dar assistência técnica às hortas comunitárias nos Centros de Convivência e Cooperativas, ou por eles acompanhadas; através de cursos de olericultura, fornecimento de ferramentas, sementes e adubos orgânicos, sendo este último em conjunto com as administrações regionais de SAR que fornecerão transporte próprio para os locais interessados;

Compete ainda a SEMAB, estudar a possibilidade e viabilidade de colocação da produção das hortas em equipamentos municipais de abastecimento.

CABERÁ À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO contratação de 01 (um) Professor de Educação Artística e 01 (um) Professor de Educação Física para cada Cecco da cidade;

Promoção e intercâmbio entre profissionais das Unidades Escolares e dos Cecco's;

Planejamento Escolar das EMEIS/EMPG's/EDA's/ED. DE ADULTOS, que inclua a participação de alunos e docentes nas atividades dos Cecco's;

Integração direta de ações entre CAP (Centros Públicos de Apoio e Projetos) e os Cecco's;

Discussão da questão "Convivência dos Diferentes" como tema incluído no programa curricular. Campanhas escolares de esclarecimento e discussões do serviço dos Cecco's;

Compete ainda a SME o suprimento de materiais gráficos em geral, brinquedos de estimulação e recreação e materiais de sucata diversos, a serem utilizados nas oficinas e Cooperativas.

CABERÁ À SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E LAZER viabilizar a implantação de Cecco's em alguns Centros Educacionais e Esportivos da cidade. Deverá priorizar e facilitar, entretanto, a implantação em CDM's, desde que seja de interesse comum da unidade e da comissão intersecretarial (Decreto 0126.137 de 13 de junho de 1988. Dispõe sobre Cambes Desportivos Municipais, e dá outras providências), amparados no artigo 11 deste Decreto que diz Os CDM's, inclusive os já implantados, ficam obrigados a atender os requisitos da prefeitura, previamente comunicados, quanto a utilização do imóvel, de forma a permitir o máximo aproveitamento do local e de sua capacidade de atendimento;

Compete ainda a SEME facilitar a utilização das dependências de todas as suas unidades para a realização de eventos e atividades esportivas contidas num cronograma de atividades compatibilizando com o calendário da SEME e da Unidade em questão. Como também viabilizar a divulgação das atividades dos Cecco's em todos os seus equipamentos;

Também como competência a SEME se responsabilizará pelo material de consumo específico para a prática de esportes (bolas, redes, jogos de salão, etc), devendo oferecer apoio técnico em eventos esportivos e recreativos, organizar e ministrar cursos e treinamentos sobre ginástica respiratória, recreação, estimulação, etc;

Deverá caber a SEME em parceria com SAR a manutenção da instalação dos Cecco's como parte integrante do próprio Centro Educacional e Esportivo e/ou Centro Desportivo Municipal, e a superação dos bloqueios arquitetônicos, e iniciar prioritariamente nos equipamentos onde se encontram instalados os serviços dos Cecco's;

Caberá a SEME a regulamentação de normas, regimentos internos, nos Centro Educacional e Esportivo e Centro Desportivo Municipal afim de permitir a execução de atividades tipo: festas, eventos com a comercialização de produtos, sob a supervisão de todas as secretarias envolvidas no local, afim de viabilizar as cooperativas nos Cecco's.

CABERÁ A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES o investimento em uma Política de transporte adaptado a portadores de necessidades especiais que facilite o acesso da população alvo dos Cecco's aos espaços da cidade, em linhas próprias conectadas com metrô, nucleados por serviços essenciais a fim de facilitar fundamentalmente a utilização dos Cecco's pelos portadores de deficiências em geral, principalmente os deficientes físicos que utilizam cadeiras de rodas, portadores de transtorno mental, idosos (+ 50 anos), gestantes, crianças e adolescentes de rua sendo respeitado o caráter aberto destas linhas ao passageiro comum;

Cabendo ainda a SMT a constante vigilância e investimento em campanhas de esclarecimento de uso e objetivo das linhas.

CABERÁ, À COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS a operacionalização de transporte adaptado aos portadores de necessidades especiais que deverão ter no serviço Cecco's um de seus principais nucleadores de itinerário e funcionamento;

Cabendo também à CMTC em parceria com a SMS, o investimento em treinamento e capacitação constante de seus motoristas e cobradores, devendo contratar monitores para cada carro com o papel de auxiliar embarque, desembarque, ciceronear o trajeto, funcionando como guia de informações e esclarecimentos de questões da ordem operacional e dos serviços ao qual este transporte acessa, principalmente esclarecendo e informando sobre o funcionamento e objetivo dos Cecco's e dos Centros Públicos de Apoio e Projetos (CAP-SME);

Caberá ainda à CMTC o investimento em campanhas periódicas sobre a questão dos portadores de necessidades especiais, o papel do transporte

especial e o serviço dos Cecco's em seu jornal do ônibus e/ou em outros instrumentos disponíveis para este fim, principalmente em pontos de parada de ônibus.

CABERÁ À COMPANHIA DE ENGENHARIA E TRÁFEGO viabilizar sinalização na cidade através de plaqueteamento de modo a possibilitar o conhecimento e acesso aos Cecco's de todos os interessados e promover junto as Escolinhas de Trânsito e ao Projeto Vivencial de Trânsito e inclusão de esclarecimentos sobre o serviço Cecco e o transporte especial que o atende;

Cabendo ainda à CET um estudo diagnóstico, nas imediações de cada Cecco, a fim de verificar adequação de semáforos, travessias, sinalizações gerais, etc. e viabilização prioritária com relação à reformulação e adaptação.

CABERÁ À SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO a viabilização de integração de suas equipes técnicas de Habi-Regionais às equipes técnicas multiprofissionais dos Cecco's nos trabalhos junto à população de abrangência destes serviços afim de facilitarem ações conjuntas a nível externo ou interno aos Cecco's;

Cabendo ainda à SEHAB o investimento em processos de esclarecimento e informação junto aos mutirões de habitação sobre os serviços dos Cecco's e a importância do espaço de convivência e de cooperativa para toda a população, principalmente aqueles segmentos mais marginalizados por suas diferenças expressadas na idade, na condição de saúde ou capacidade produtiva.

CABERÁ À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA a contratação e provimento de 01 (um) agente cultural que terá como atribuição no trabalho comunitário a pesquisa sobre cultura local e a organização de eventos artísticos e atividades culturais em geral, planejadas conjuntamente; e 03 (três) A.A. (de arte, música, teatro) para serem lotados em cada Cecco, compondo a equipe técnica;

A SMC deverá possibilitar a integração dos Cecco's com as casas de cultura favorecendo um mesmo fluxo e infra-estrutura para efetivação regular de ciclos de vídeos, eventos artísticos e atividades culturais em geral planejados em conjunto;

Caberá também a parceria com a SMS no que se refere a contratação de oficinairos onde a SMS repassará recurso, executará escolha e SMC efetuará contratação;

Caberá ainda a SMC viabilização de participação e integração dos portadores de necessidades especiais em seus equipamentos (casas de cultura, bibliotecas, teatros, etc), como também o investimento em campanhas de esclarecimentos, informação e divulgação sobre os serviços dos Cecco's. como também deverá caber aos setores de SMC ao qual competem a pesquisa, acompanhamento e registro, estudos da importância dos Cecco's no resgate da identidade histórico-cultural dos seus usuários em geral.

CABERÁ À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a coordenação do Centro de Convivência e Cooperativa;

Caberá ainda a SMS a contratação e provimento, para cada um dos Cecco's, de equipe técnica composta por Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Assistentes Sociais, Fonoaudiólogos, Educador em Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem e de um profissional nível universitário para o papel de coordenação do serviço;

Deverá caber também a SMS o investimento em reciclagem e supervisão destas equipes a nível programático e institucional-relacional, como também a viabilização de integração de referência e contra-referência dos equipamentos de saúde mental e de saúde geral com os Cecco's;

Caberá a SMS o suprimento de todo material administrativo e de material de consumo, e de uso nas oficinas, exceto os de competência de outras secretarias;

Compete também efetuar reserva orçamentária a fim de repassar a SMC para contratação semestral de oficinheiros para todos os Cecco's;

Caberá ainda a SMS em parceria com SMC e SME a viabilização de campanhas de esclarecimentos e a confecção de material educativo e informativo sobre os Cecco's e a sua complementariedade de serviço ao público associada a ações de outros serviços de saúde, educação. cultura. etc.

CABERÁ À SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS - DEPARTAMENTO DE PARQUES E ÁREAS VERDES a viabilização de implantação dos serviços dos Cecco's nos parques municipais da cidade, considerando interesse da comunidade e viabilização intersecretarial;

Deverá caber a SSO-Depave favorecer a integração do serviço dos Cecco's aos serviços de educação ambiental e das equipes técnicas correspondentes;

Compete também a SSO-Depave o apoio técnico à execução de oficinas de jardinagem e a viabilização em seus espaços de hortas e jardins que possam favorecer a organização de núcleos de trabalho-cooperativas;

Compete também a SSO-Depave em parceria com a SAR das instalações dos Cecco's como parte integrante do próprio parque e a superação dos bloqueios arquitetônicos prioritariamente nos parques onde se encontram instalados os serviços dos Cecco's;

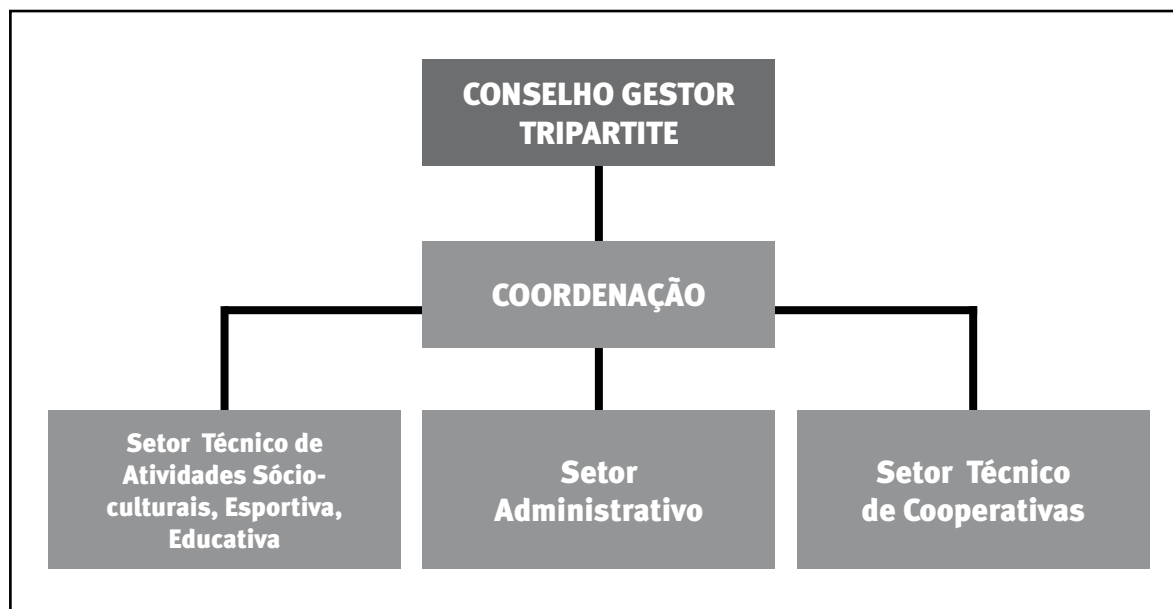
Cabendo ainda a SSO-Depave em parceria com SMS a construção ou ampliação de-espacos para Os Cecco's, quando necessário, respeitando as características ambientais dos parques, por indicação do 'Conselho Gestor (**vide anexo B**).

Anexo B

Organograma de funcionamento do CECCO

Vem esboçado na proposta de SMS, como uma sessão técnica que define a lotação do corpo técnico e parte das atribuições:

Organograma de Funcionamento do CECCO



Composição do Conselho Gestor Tripartite ou Paritário:

- administrador do local onde o Cecco está inserido
- coordenador do Cecco
- representante de outras secretarias existentes no local
- representante dos funcionários em geral
- representante dos usuários

Esta sessão técnica deverá estar ligada diretamente ao Distrito de Saúde correspondente à localização do equipamento público, onde o Cecco estiver inserido.

Caberá às outras Secretarias adequar às suas estruturas organizacionais a inserção do serviço Centro de Convivência e Cooperativa, para efeito de alocação de pessoal e procedimentos administrativos.

Por entender o pioneirismo deste trabalho em âmbito intersecretarial e a delicadeza da proposta de integração dos diferentes para o exercício de cidadania, justifica-se o cuidado no acompanhamento continuado e intersecretarial, na vigilância por um bom resultado.

Portanto deverá ser criada uma Comissão Intersecretarial de Centro de Convivência e Cooperativa formada por 01 (um) representante de cada se-

cretaria, empresa ou autarquia envolvida. representantes de movimentos sociais, de usuários, de trabalhadores dos Cecco's de forma paritária com as seguintes funções:

- acompanhar implantação de novos Cecco's;
- supervisionar o processo diário do trabalho e o cumprimento das diretrizes;
- assessorar nas dificuldades programáticas e relacionais das equipes;
- garantir a efetivação intersecretarial do serviço;
- acompanhar o cumprimento no disposto na Lei, coordenar e participar de uma pesquisa e estudo da resolutividade e abrangência do serviço dos Cecco's junto à população alvo e a repercussão e contribuição junto à população geral, no que se refere aos objetivos básicos do serviço.

Esta comissão deverá realizar:

- reuniões periódicas de planejamento e avaliação;
- visitas ordinárias aos serviços agrupados por zonas-pontos cardeais da cidade a saber: (Norte/Sul/Leste/Oeste/Centro)
- encontros bimensais da comissão com os coordenadores dos equipamentos e seus distritos de saúde;
- seminários promovidos intersecretarialmente, sobre centros de convivência e cooperativas
- A Comissão Paritária Intersecretarial deverá estar sob a coordenação da SMS

DIMENSIONAMENTO DO MÍNIMO ESPAÇO FÍSICO NECESSÁRIO AOS CECCO'S

- 01 sala para Equipe e Administração;
 - 01 cozinha comunitária;
 - 01 salão grande para atividades múltiplas (dança, teatro, música, exposições, etc);
 - 02 salas de convivência (biblioteca, leitura, vídeo, sala de estar com almofadas ...);
 - 01 sala de múltiplo uso (oficinas, atendimento individual, grupal, ...);
 - 01 quartinho para almoxarifado;
 - 02 banheiros (01 adaptado e com chuveiro);
 - 01 galpão para cooperativa (marcenaria, cerâmica, silkscreen ...);
 - 02 quiosques grandes semiabertos para ateliê de artes, artesanato, tear ...;
 - 01 forno de barro;
 - 01 mesa de alvenaria (oval e grande bancos de alvenaria em torno desta ao ar livre)
- Espaços pequenos/médios e/ou grandes para o desenvolvimento de hortas e jardinagem

**Projeto: Centro de Convivência e Cooperativa
Proposta de Política de Desenvolvimento de Pessoal**

No transcorrer da História, o tema da Saúde Mental foi, inicialmente, objeto de reflexão da área da Filosofia, passando pouco a pouco a ser apropriado pela área médica. No entanto foram se desenvolvendo estudos que indicaram a influência recíproca do meio ambiente, arquitetura, alimentação, cultura, educação, saúde física, etc. em relação à saúde mental. Assim, na visão holística do ser humano, a saúde mental só pode ser investigada como uma questão interdisciplinar, na medida em que exige a contribuição de todas as áreas do conhecimento para seu enfrentamento. O conceito norteador desta nova postura é a visão anti-cartesiana que considera corpo e alma como uma coisa só, constituindo ambos um organismo global.

Portanto, uma política municipal de intervenção nessa área deve ser implementada por uma ação intersecretarial que garanta o trabalho multidisciplinar que a tarefa exige. Os Cecco's entre outros, constituem-se dessa forma, em um espaço alternativo de convivência dos diferentes que com objetivo de combater a discriminação, segregação e marginalização de grupos sociais com maior risco de institucionalização, busca responder a este desafio.

Instalados em Parques Públicos, Centros Esportivos e Desportivos Municipais, Praças, Centros Comunitários “pretendem, através de atividades coletivas de cunho cultural, artístico, esportivo, educacional etc., modificar qualitativamente as relações sociais através da apropriação da coisa pública pela comunidade, pelas pessoas consideradas normais ou não, enquanto sujeitos autônomos de um processo singular num espaço de convivência”. Para tanto, conta com uma equipe multiprofissional composta por Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Educador em Saúde Pública, Auxiliar de Enfermagem, Professor de Educação Artística e Educação Física, (da Secretaria Municipal da Educação), Oficineiros e Agente Cultural (da Secretaria Municipal da Cultura) e monitores voluntários da própria comunidade.

Envolve, portanto direta e indiretamente, por sua natureza intersecretarial, profissionais não tradicionais à área de Saúde.

Justifica-se assim, a criação de um programa especial de formação profissional que oriente a atuação desses servidores em consonância com o novo significado que o conceito e as práticas em saúde mental vêm assumindo e que se explicitam na política traçada pela SMS, para a área. Essa tarefa educativa, por sua complexidade, exige a ação conjunta dos R.H. de cada Secretaria envolvida, cabendo ao R.H. da Secretaria da Saúde papel de destaque na execução do mesmo. Os primeiros subsidiarão o trabalho de planejamento do programa, com o conhecimento que detêm acerca da especificidade dos servidores envolvidos. Ao R.H. da Saúde delega-se a responsabilidade pela implementação tendo em vista sua estrutura descentralizada já se encontrar consolidada nas administrações regionais de Saúde e ainda pela competência técnica de que dispõe para formação nessa área.

Tendo em vista, Os vários níveis gerenciais implicados nesse projeto, o programa deverá contemplar ainda, um espaço especial para formação gerencial que, problematizando as várias alternativas de organização do tra-

balho, contribua para o equacionamento daquela que seja a mais adequada para uma ação intersecretarial, redundando em relações de trabalho que se caracterizem pela integração entre o vários projetos específicos de cada secretaria e o Projeto Cecco. O objetivo é que, do vigia ao técnico especializado, todos se percebam como sujeitos do processo de trabalho, responsáveis pelo sucesso ou fracasso do mesmo.

Aos R.H. das secretarias, caberá ainda o engajamento em campanhas sociais de sensibilização e informação, especialmente no que se refere aos funcionários municipais. Na qualidade de servidores e munícipes, constituem-se em público privilegiado tanto no acesso à informação como enquanto usuário dos recursos municipais. Exemplo bem sucedido de servidores-usuários, têm sido as experiências que vêm sendo realizados pela SMS, através das equipes de Saúde Mental, com funcionários municipais alcoolistas. São parceiros, por excelência, dos R.H. nesse trabalho, a CIPA, através de suas comissões internas de prevenção de acidentes.

Sugestão de temas para o Programa de formação profissional:

- Saúde x Doença - Qual o limite?
- A cultura manicomial
- O direito à cidadania e à diferença
- Visão holística do ser humano
- O significado de um trabalho intersecretarial
- O trabalho em co-gestão
- Relações de trabalho nas equipes multi-profissionais

Documento CECO Campinas

CONCEITUAÇÃO

São dispositivos comunitários que compõem a rede de atenção substitutiva de saúde mental, que convida os usuários dos serviços de saúde e comunidade em geral a vivências de laços sociais e afetivos.

POPULAÇÃO ALVO

As práticas são destinadas a toda a comunidade, abrangendo com isso diferentes faixas etárias e realidades, com atenção especial a populações com vulnerabilidades diversas.

ACESSO

É um espaço aberto a quem quer que manifeste o desejo por alguma prática. No caso de pessoas com necessidades de atenção específica, menos autonomia, propõe-se participação das redes: familiar, saúde e intersetoriais.

OBJETIVOS

Geral

Construir coletivamente espaços de convivência nos territórios capazes de operar no fortalecimento de vínculos solidários, através de práticas que promovam cultura, educação, saúde e lazer, garantindo a singularidade de cada um, acolhimento e desenvolvimento das potencialidades.

Específicos

1. Propiciar, nos espaços de convivência, ações que potencializem a apropriação e as trocas de habilidades, saberes e afetos.
2. Possibilitar, nos espaços de convivência, ações que favoreçam a apropriação e preservação do meio ambiente e do espaço público.
3. Fomentar o exercício da cidadania com o consequente aumento do poder contratual.

4. Fomentar experiências de geração de renda a partir da experimentação de atividades grupais que resultam em um produto apresentável e comercializável na sociedade.
5. Estimular práticas potencializadoras de resiliência para pessoas, grupos e/ou comunidades em situação de vulnerabilidade social.
6. Fomentar espaços de discussão e ação que propiciem visibilidade para a temática da Reforma Psiquiátrica contribuindo para uma crescente transformação cultural.

METODOLOGIA

I) Gestão

Observa-se que a coordenação local destes dispositivos tem papel essencial nas seguintes questões:

- 1) Participar dos fóruns pertinentes com os gerentes locais das Unidades Básicas de Saúde, Centros de referência e CAPS visando articular ações, em parceria, que contemplem as diferenças e promovam a inclusão.
- 2) Conhecer e articular ações entre as diversas secretarias, garantindo que haja a entrada e permanência de práticas intersetoriais nos CECOs e no território.
- 3) Garantir a gestão participativa e democrática dos CECOs através dos fóruns: assembleia, reunião de equipe, conselhos, etc.
- 4) Fazer a gerência dos recursos humanos, financeiros e físicos dos CECOs, tais como:
 - Propor parcerias de RH com as diversas secretarias, voluntariado, etc
 - Construir caminhos possíveis de coresponsabilização de outros setores no custeio deste dispositivo
 - Prezar pelo cuidado e manutenção do espaço dos CECOs

- 5) Realizar a gestão cotidiana compartilhando responsabilidades pelas diversas ações desenvolvidas no dia-a-dia, no que tange aos objetivos dos CECOs
- 6) Os gestores dos CECOs devem participar das reuniões de Coordenadores nos Distritos de Saúde auxiliando na construção da integralidade da rede.
- 7) Os Coordenadores dos CECOs devem receber Apoio Institucional dos Distritos e avaliados no cumprimento de sua missão no território, na intersecção com os CAPS e Unidades Básicas de Saúde. Para tanto, deve ser assegurado aos Distritos acesso a todas as dependências do estabelecimento e mantida à disposição toda a documentação pertinente (livro de acolhimento, ofertas intersetoriais, planilhas do Sigab, entre outros), respeitando-se o sigilo e a ética, necessários ao acompanhamento dos processos de trabalho.
- 8) Garantir Supervisão Sistematizada pra contribuir com o processo de trabalho dos CECOs.

II) Faturamento

Os CECOs reconhecidos na Secretaria de Saúde como dispositivos da rede substitutiva da Saúde Mental, podem se cadastrar e passar a ter centro de custo e profissionais inscritos no CNES.

O faturamento nos CECOs perpassa pela relação entre o recurso humano inscrito no CNES, as práticas produzidas por eles ou sob sua supervisão e o número de participantes das práticas ofertadas.

Os CECOs devem planejar na FPO (Ficha de Previsão Orçamentária) os tipos e número de práticas resultantes destes três elementos, e deste modo produzir o faturamento de suas ações.

III) Modos de registro e avaliação

Os CECOs devem organizar formas de registros que garantam que se possa observar interesses e participação da população alvo nas práticas ofertadas.

Propõe-se que Cadernos de acompanhamento das atividades sejam realizados por todos os que coordenem práticas nos CECOs, constando nome dos participantes, observações gerais de como interagiram durante o fazer e/ou breve relato dos participantes sobre o dia deles no CECO e assinatura dos participantes.

IV) Intersetorialidade e Parcerias

O princípio da intersetorialidade deve ser premissa da construção cotidiana dos CECOs, no sentido de orientar ações internas e externas que busquem o desenvolvimento do convívio entre as pluralidades de discursos e práticas.

Considera-se que a saúde, a cultura, a educação, o esporte, a habitação são diálogos transversais na vida da população que circula nos CECOs e que nas práticas ali ofertadas transformam seus saberes.

As parcerias podem ser feitas com diversas instâncias e equipamentos, tais como: equipamentos de saúde (Unidades Básicas de Saúde, Módulos, CAPS, ESF), equipamentos de educação (creches, escolas de ensino fundamental e médio, escolas para jovens e adultos), ONGs, empresas privadas, entidades e grupos do território (igrejas, conselhos locais, etc).

V) Práticas Mínima e de Pertinência

1) Receptividade e acolhimento:

Esta prática consiste em cotidianamente receber a população que chega nos CECOs e promover encontros.

Os encontros podem se dar em pequenos ou grandes grupos, através ou não de atividades ofertadas.

O fato de estar no CECO muda o próprio CECO! Daí a importância do RH dos CECOs estar atento para facilitar este trânsito de pessoas/saberes/fazeres que transforma.

2) Práticas Coletivas:

Consistem em pequenos ou grandes projetos de ação coletiva que se realizam com dia e local marcado. O local pode ser dentro ou fora do CECO.

Podemos destacar:

- Atividades Verbais: como assembleia, rodas de conversa...
- Atividades esportivas e de lazer: jogos de mesa, de quadra, de memória, entre outras.
- Atividades artísticas e culturais: rádio, jornal, teatro, biblioteca, música, dança, pintura, desenho, festas temáticas, eventos comemorativos, etc.

- Atividades de Educação e Cidadania: FUMEC, história e projetos de intervenção sobre cultura popular, preservação do meio ambiente, hortas e jardins comunitários, reciclagem, orientações sobre recursos da comunidade, oficinas de educação em saúde, entre outras.
- Práticas Integrativas: Terapia Comunitária, Massagens, Ginástica Harmônica, Lian gong, entre outras.
- Atividades de incubação de geração de renda.

Em todas as atividades é mister termos a inclusão de diferentes saberes e potencialidades, a fim de que trocas aconteçam.

A questão da pertinência de diferentes atividades no CECO perpassa pela análise do objetivo da oferta em consonância aos objetivos dos CECOs.

Tratando-se dos CECOs como espaços potencializadores da convivência humana e inclusão das diferenças, as ofertas devem ser preferencialmente grupais e os mais heterogêneos possíveis.

VI) Horário de Funcionamento e Recurso Mínimo:

1) Quanto ao horário de funcionamento:

Os CECOs devem funcionar das 8:00h às 17:00h de segunda a sexta-feira, podendo ampliar seu horário e/ou dia de funcionamento caso haja recurso disponível.

2) Quanto ao recurso mínimo:

- 1 Gestor
- 1 Assistente Administrativo
- 1 Auxiliar de Limpeza
- 1 Técnico Universitário - Terapia Ocupacional ou Psicólogo
- 2 Monitores - Sistema de Segurança

3) Quanto ao Espaço Físico:

Preferencialmente em espaços públicos que garantam adequações para receber deficientes físicos (segundo Lei Municipal) e que possibilitem que as práticas coletivas sejam desenvolvidas com qualidade.

GRUPO DE TRABALHO:

Camila Cristina de O. Rodrigues - CAPS Estação e Centro de Convivência Armando Veloso
 Carolina H. A. Moraes Sombini - Centro de Convivência e Cooperação Tear das Artes
 Gal Soares de Sordi - Centro Cultural Cândido/FUMEC, Centro de Convivência Espaço das Villas, Centro de Convivência Rosa dos Ventos
 Karine Cambuy - Espaço de Convivência Bem viver
 Rogéria Misorelli - Apoio Institucional de Saúde Mental Distrito Sudoeste
 Sibebe Ribeiro Campos Martins - Espaço de Convivência Portal das Artes
 Sylbene Maria Siqueira Frigéri - Centro de Convivência Armando Veloso
 Taluana Nunes Ferreira - Centro de Convivência e Cooperativa Toninha

Documento apresentado ao Colegiado da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas em novembro de 2008 como parte do Planejamento de Gestão 2009-2012

Lei Municipal nº 2.466, de 31/05/2010

Dispõe sobre a criação do Centro de Convivência Conviver de Embu e das providências correlatas.

FRANCISCO NASCIMENTO DE BRITO, Prefeito, no uso de suas atribuições legais:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criado o Centro de Convivência Conviver de Embu, Órgão integrante da estrutura da Secretaria de Saúde e ao qual está submetido, para atenção e atendimento aos munícipes.

Art. 2º Compete ao Centro de Convivência Conviver de Embu:

I - promover a aproximação da população com pessoas que vivem situação de exclusão, oferecendo fora do marco institucional práticas que visem modificar qualitativamente as relações sociais;

II - ofertar oficinas e atividades que tenham como prioridade o acesso aos usuários dos serviços de saúde mental; portadores de deficiência física, mental ou sensorial; pessoas em situação de rua; pessoas com HIV e outros em situação de vulnerabilidade física ou mental;

III - organizando grupos a partir dos interesses e disponibilidades dos usuários, respeitando a heterogeneidade dos grupos sociais;

IV - promover saúde através de ações coletivas e diversificadas, com ênfase em atividades que promovam qualidade de vida e hábitos saudáveis como: dança, arte, música, artesanato, biodança, esporte, entre outros, em espaço público com ações intersecretarias e gestão da saúde;

V - criar uma cultura de apropriação do espaço saudável, onde a arte, o lazer e o convívio estejam presentes no cotidiano da população da Cidade e entorno, possibilitando o protagonismo dos usuários nas atividades da unidade;

VI - ampliar para outras situações e espaços o centro de convivência;

VII - desenvolver as atividades proporcionando encontros setoriais dentro dos segmentos específicos da saúde mental, criando oportunidades para reflexões e ações, preparando os usuários para o exercício pleno de seus direitos de cidadão;

VIII - contribuir para a criação de políticas públicas para saúde mental de forma intersetorial: trabalho, transporte, lazer, cultura, meio ambiente, assistência social e educação, garantindo a inclusão social;

IX - fomentar discussões, pesquisas e projetos de geração de renda e trabalho, priorizando grupos que vivem maior situação de vulnerabilidade, contribuindo para a autonomia, redução de crises, e melhora na autoestima dos usuários.

Art. 3º Da Estrutura e Funcionamento:

I - o Centro de Convivência Conviver de Embu será representado pelo Secretário de Saúde para todos os fins;

II - a estrutura administrativa do Centro de Convivência Conviver de Embu compreende:

- a)** Gerente com nível superior na Área da Saúde Mental;
- b)** Terapeuta ocupacional;
- c)** Profissional de nível superior na Área da Saúde Mental;
- d)** Oficineiros;
- e)** Assistente administrativo;
- f)** Serviços gerais.

III - poderá ser instalado em variados espaços da Cidade, que sejam facilitadores do convívio de diversos grupos sociais, tais como: parques, centros culturais, ginásio de esportes, e outros convenientes e adequados, que possibilitem a construção de laços sociais e a inclusão de pessoas que por fatores físicos mentais e sociais, encontram-se em maior situação de vulnerabilidade.

Art. 4º Fica o Centro de Convivência Conviver de Embu, ora criado, autorizado a celebrar convênios, contratos e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, mediante projetos específicos e nos termos legais.

§ 1º A celebração de convênios, contratos ou acordos de parceria, ficará sujeita à apreciação e aprovação do Projeto pelo Conselho Municipal de Saúde e pela deliberação e implementação pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º No caso de eventual celebração de convênios, contratos e parcerias, que onerem o Município, ficará sujeito à apreciação e aprovação do Projeto pela Câmara Municipal.

Art. 5º A regulamentação da estrutura de funcionamento do Centro de Convivência de Embu Conviver será procedida através de decreto do Executivo.

Art. 6º Ficam criados no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, os Cargos constantes no Anexo I, parte integrante desta Lei na quantidade, regime, forma de provimento, carga horária, referência de vencimento e demais características.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei, ocorrerão por verbas próprias do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estância Turística de Embu, 31 de maio de 2010.

FRANCISCO NASCIMENTO DE BRITO
Prefeito

Registrada e Publicada por fixação, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, em 31 de maio de 2010.

FELIPE ALVES MOREIRA
Assessor Jurídico - Gabinete



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP
Psicologia todo dia, em todo lugar.

realização

